

0

**R
E
V
I
S
T
A**

**DO
INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE
MATO GROSSO
1992**

OMOS CXXXVII - CXXXVIII

NO LXIV

3490

Revista
do
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Tomo - CXXXVII - CXXXVIII
Ano LXIV

Edição do
Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
Cuiabá - 1992

DIRETORIA

Presidente: - Luís Philippe Pereira Leite
1º Vice-Presidente: - Archimedes Pereira Lima
2º Vice-Presidente: - Virgílio Alves Corrêa Neto
1º Secretário: - Pedro Rocha Jucá
2º Secretário: - Vera Randazzo
Tesoureiro: - Nilza Pinto de Queiroz
Orador Oficial: - Paulo Pitaluga Costa e Silva

CONSELHO FISCAL

Membros: Lenine de Campos Póvoas
Raimundo Pombo Moreira da Cruz
Dunga Rodrigues

SEDE PRÓPRIA: CASA BARÃO DE MELGAÇO

*Rua Barão de Melgaço, 3.869
(esquina da Travessa Voluntários da Pátria)
Cuiabá - Mato Grosso - CEP 78005-500*

Escritura de doação do Governo do Estado, de 15 de abril de 1931, às fls. 96v a 97v, do livro 143, do Cartório do 2º Ofício de Cuiabá, e transcrito sob nº 2.102, fls. 199, livro 3-B, em 15/04/1931, no R.G.I. de Cuiabá. Estatutos registrados no Cartório do 1º Ofício, sob nº 14, em 24/04/1930.

Reconhecido de Utilidade Pública, pela lei Estadual nº 815, de 08/10/1930. Conta Bancária: BEMAT - 02.3708-B (agência da Rua 13 de Junho, em Cuiabá-MT).

1992

ÍNDICE

O CENTENÁRIO DE JOSÉ DE MESQUITA - Clóvis de Mello	09
O LEGADO DE JOSÉ DE MESQUITA - Antônio de Arruda	29
ESCRITORES MATOGROSSENSIS: JOSÉ DE MESQUITA Almir Bodstein	35
DISCURSO EM HOMENAGEM PELO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOSÉ DE MESQUITA Benedito Pereira do Nascimento	38
JOSÉ DE MESQUITA - O POETA - João Antônio Neto	44
ESTILÍSTICA EM JOSÉ DE MESQUITA - UMA INTRODUÇÃO Benedito Pedro Dorileo	50
HOMENAGEM A JOSÉ DE MESQUITA - Vera Randazzo	58
OFÍCIO AO GOVERNADOR DO ESTADO SUGERINDO A OUTORGA DA ORDEM DO MÉRITO DE MATO GROSSO A ARACY RONDON AMARANTE	74
OFÍCIO DO CHEFE DA CASA CIVIL SOBRE A ACOLHIDA DA PROPOSTA	76
ANTECEDENTES E CONSEQÜÊNCIAS DA CONJURAÇÃO MINEIRA - Satyro Benedicto de Oliveira	77
A BEM DA VERDADE - Adauto de Alencar, Clóvis de Mello, João Alberto Gomes Monteiro, Paulo Pitaluga, Vera Randazzo	87
LUMINAR DA FILOSOFIA - Luís-Philippe Pereira Leite	96
LÉCIO GOMES DE SOUZA - João Alberto Novis Gomes Monteiro	98
FENELON MÜLLER - Archimedes Pereira Lima	104
CENTENÁRIO DO ILUSTRE MATOGROSSENSE FENELON MÜLLER - Lenine de Campos Póvoas	106
A FAMÍLIA AZEREDO EM MATO GROSSO - Adauto de Alencar	110
A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CUIABA - Pedro Rocha Jucá	116
O ÍNDIOS PARECI NA HISTÓRIA DE MATO GROSSO Elizabeth Madureira Siqueira	121
UM CERTO "ANAL DE VILA BELA" - Paulo Pitaluga Costa e Silva	143

DESENHO DE JOSÉ DE MESQUITA,
FUNDADOR DA ESCOLA DE
STATIGROS (SSE DE L. L. L.)

1910 de 1910

EDIÇÃO

EM HOMENAGEM A

JOSÉ DE MESQUITA

O CENTENÁRIO DE JOSÉ DE MESQUITA, FUNDADOR DA ACADEMIA MATOGROSSENSE DE LETRAS

Clóvis de Mello

I -

A 10 de março de corrente ano de 1992, a Academia Matogrossense de Letras e o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso comemoram o centenário de nascimento de JOSÉ DE MESQUITA, membro Fundador destas entidades culturais, as mais antigas do nosso Estado.

JOSÉ DE MESQUITA nasceu em Cuiabá, a 10 de março de 1892, filho de José Barnabé de Mesquita (Sênior) e Maria Cerqueira de Mesquita.

Os dados colhidos no arquivo do pranteado Des. MESQUITA, por seu ilustre filho, Dr. Fernando de Mesquita, fornecem as seguintes informações:

1) - Dados Biográficos:

Nasceu a 10 de março de 1892, em Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, filho de José Barnabé de Mesquita (Sênior) e Maria Cerqueira de Mesquita.

Bacharel em Ciências e Letras, pelo Liceu Salesiano São Gonçalo de Cuiabá (1907) e em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo (1913), tendo sido escolhido orador da turma.

Exerceu os cargos de Professor de Português da Escola Normal, Procurador Geral do Estado de Mato Grosso, Diretor da Secretaria do Governo, Juiz de Direito da Comarca do Registro de Araguaia, Professor da Faculdade de Direito de Cuiabá (Direito Constitucional) e Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que presidiu de 1930 a 1940, aposentando-se em 1945.

Após sua aposentadoria, dedicou-se à advocacia, tendo exercido, ainda, o cargo de Secretário Geral do Território Federal do Guaporé, hoje Rondônia, e Procurador Municipal da Prefeitura de Cuiabá.

Fundador da Academia Matogrossense de Letras, presidiu-a, ininterruptamente, desde sua fundação até o seu falecimento.

Representou o Tribunal de Justiça no Congresso Nacional de Direito Judiciário e na Conferência Brasileira de Criminologia (1936); o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Estado, no congresso Histórico Nacional (1938) e a Academia Matogrossense de Letras, no 1º Congresso das Academias (1936).

Foi condecorado pelo Papa Pio XI, com a Comenda da Ordem de São Silvestre, pelos serviços prestados à Ação Católica (1933) e foi condecorado, pelo Ministro da Guerra, com a Medalha do Pacificador, pelos serviços à Pátria (1960).

Faleceu no dia 22 de junho de 1961, em Cuiabá.

A respeito de seu falecimento, publicou o jornal *"O Estado de Mato Grosso"*, de 23 de junho de 1961, a seguinte nota:

"De luto a inteligência matogrossense pelo falecimento, ontem, do Desembargador José de Mesquita. O féretro sairá da Academia Matogrossense de Letras, onde está sendo velado".

Por outro lado, o Tribunal de Justiça do Estado, pela Portaria nº 18/61, de 23 de junho de 1961, decretou luto oficial pela perda daquele que, durante 10 anos, exercera a Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça.

Em homenagem póstuma aquele que muito fez por sua terra e sua gente, a Câmara Municipal de Cuiabá, pela Lei nº 600/61, de 08 de novembro de 1961, aprovou o projeto que dava a denominação de Rua Desembargador José de Mesquita à antiga Rua do Araés.”

2) - Dados Bibliográficos

- Poesias - Cuiabá - 1919
- Elogio histórico ao Dr. Antônio Corrêa da Costa - Cuiabá - 1921
- O Catolicismo e a Mulher - Cuiabá - 1921
- Elogio fúnebre do Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque Cuiabá - 1926
- Terra do Berço (poesias) - Cuiabá - 1927
- A Cavalhada (contos) - Cuiabá - 1928
- Um Paladino do Nacionalismo (elogio) - Cuiabá - 1929
- Semeadoras do Futuro (discurso) - Cuiabá - 1930
- Epopéia Matogrossense (poesias) - Cuiabá - 1930
- O Taumaturgo do Sertão (biografia) - Niterói - 1931
- O Atentado contra a Justiça (tese de direito) - Cuiabá - 1932
- Espelho de Almas (contos) - Premiado pela Academia Brasileira de Letras - Rio de Janeiro - 1932
- João Poupino Caldas (ensaio biográfico) - Cuiabá - 1934
- O Sentido da Literatura Matogrossense (conferência) - 1937
- Pela Boa Causa (conferência) - Niterói - 1937
- Piedade (romance) - Cuiabá - 1937
- Relatório da Administração da Justiça - Cuiabá - 1937
- Manoel Alves Ribeiro (biografia) - Cuiabá - 1938
- O Sentimento de Brasilidade na História de Mato Grosso (discurso) - Cuiabá 1939
- De Lívia a Dona Carmo (mulheres na obra de Machado de Assis) (ensaio) Cuiabá - 1939
- Professoras Novas para um mundo novo (discurso paraninfal) Campo Grande - 1940
- A Chapada Cuiabana (tese geográfica) - Cuiabá - 1940

- Nos Jardins de São João Bosco (discurso e conferências) - Cuiabá 1941
- O Exército, fator de brasilidade (discurso) - Rio - 1941
- A Academia Matogrossense de Letras (notícia histórica) - Cuiabá 1941
- Três Poemas da Saudade (poemas) - Cuiabá - 1943
- Bibliografia Matogrossense - Cuiabá - 1944
- Escada de Jacó (sonetos) - Cuiabá - 1945
- Roteiro da Felicidade (sonetos) - Cuiabá - 1946
- No Tempo da Cadeirinha (contos) - Cuiabá - 1946
- Os Poemas do Guaporé (poemas) - Cuiabá - 1949
- Imagem de Jaci (romance) - Cuiabá - 1948 (O presente romance não foi editado até o momento).

Além das obras acima mencionadas, colaborou em inúmeras revistas e jornais, tais como: **a)** O "Cruzeiro" de Cuiabá; **b)** O Onze de Agosto e a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo; **c)** Revista da Academia Matogrossense de Letras; **d)** Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso; **e)** Anais Forenses; **f)** Revista das Academias de Letras, do Rio de Janeiro; **g)** Aspectos e Cultura Política do Rio de Janeiro; **h)** Revista do Brasil, de São Paulo; **i)** Revista Nova, de São Paulo; **j)** Ilustração Brasileira, do Rio de Janeiro; **l)** O Malho, do Rio de Janeiro; **m)** Revista Civilização, de Campo Grande.

Jornais: O Povo, O Mato Grosso, Correio do Estado, Correio Matogrossense, O Democrata, A Cruz e O Estado de Mato Grosso, com as famosas crônicas "Domingueiras".

3) - Sociedades a que pertenceu:

- 1) Clube Minerva - Cuiabá; 2) Grêmio Olavo Bilac; 3) Centro Onze de Agosto - São Paulo; 4) Instituto Histórico de Mato Grosso - Cuiabá; 5) Centro Matogrossense de Letras - Cuiabá; 6) Instituto do Ceará (Correspondente) - Fortaleza; 7) Sociedade "Rui Barbosa" (sócio benemérito) -

Cuiabá; **8)** Grêmio “Castro Alves” (Presidente honorário) - Cuiabá; **9)** Academia Minerva de Letras (correspondente) - Belo Horizonte; **10)** Academia Pedro II (correspondente) - Rio; **11)** Academia Matogrossense de Letras (Presidente desde a fundação); **12)** Centro de Cultura Intelectual (correspondente) - Campinas; **13)** Instituto Rio-Grandense de Letras (correspondente) - Porto Alegre, **14)** Círculo Rio-Grandense de Difusão Literária (correspondente) - Porto Alegre; **15)** Grêmio “Rui Barbosa” (correspondente); **16)** Academia Rio-Grandense de Letras (correspondente) - Porto Alegre; **17)** Círculo Amigos de Marden (correspondente) - Espírito Santo; **18)** Grêmio Literário “Euclides da Cunha” (correspondente) - Muqui - Espírito Santo; **19)** Academia de Ciências e Letras de São Paulo (membro efetivo) - São Paulo; **20)** Academia Carioca de Letras (correspondente) - Rio de Janeiro; **21)** Federação das Academias de Letras do Brasil; **22)** Academia Paraense de Letras (correspondente) - Belém; **23)** Centro de Ciências, Letras e Artes (correspondente) - Campinas; **24)** Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; **25)** Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (correspondente) - São Paulo; **26)** Casa “*Humberto de Campos*” (correspondente) - Carolina; **27)** Instituto Genealógico Brasileiro (correspondente) - São Paulo; **28)** Instituto Heráldico Genealógico (correspondente) - São Paulo; **29)** Confraternité Universelle Balzacienne (correspondente) - Montevideú; **30)** Intercâmbio Cultural (membro efetivo) - Guiratinga; **31)** Instituto de Cultura Americana (sócio honorário) - Tolosa (La Plata) - Argentina; **32)** International Institute of American Ideals (membro honorário - correspondente) - Los Angeles - Estados Unidos da América; **33)** Grand Prix Humanitaire de Belgique (comendador “*Humberto de Campos*” - Vila Velha - Espírito Santo.”

II - MESQUITA - *o paladino das letras e incentivador da cultura.*

JOSÉ DE MESQUITA é o maior literato de Mato Grosso. Percorreu todos os gêneros literários e nos legou obra perene, valiosa, extensa e profunda. Figura na galeria dos grandes escritores brasileiros. Romancista, contista, poeta, historiador e cronista, MESQUITA foi o grande paladino das letras matogrossenses.

Jornalista, colaborador dos jornais editados nesta capital, dirigiu, por mais de vinte anos, o jornal "A CRUZ", da Arquidiocese de Cuiabá.

Exerceu a magistratura durante 27 anos (1918/1945), onze dos quais como Presidente do Tribunal de Justiça do Estado (1930/1940). Fundou, no Tribunal de Justiça, com o Des. Palmiro Pimenta, os "Anais Forenses do Estado de Mato Grosso".

Iniciou, em 1915, com Estêvão de Mendonça, sua profissão de advogado e a esta retornou, após aposentadoria na magistratura, em 1945.

Implantou, com outros ilustres mato grossenses, em 1919, por ocasião do bicentenário de Cuiabá, o Instituto Histórico de Mato Grosso, do qual foi Orador Oficial.

Para alargar os horizontes culturais do Estado, fundou, em 22/05/1921, com João Barbosa de Faria e Lamartine Ferreira Mendes cuja solene instalação se efetivou a 07 de setembro de 1922 e que se transformou, a 07 de setembro de 1932, em Academia Matogrossense de Letras.

Sua marcante presença, em maio de 1936, no Rio de Janeiro, no "Congresso das Associações Literárias", como Delegado da Academia Mato Grossense, valeu-lhe a Vice-Presidência daquele memorável conclave, presidido pelo Professor Fernando de Magalhães, representante da Academia Brasileira de Letras.

Foi por indicação de MESQUITA, a pedido de Afonso Costa, Presidente da Academia Carioca de Letras, que aquele Congresso aprovou a criação da "Federação das Academias de Letras do Brasil", em cuja presidência se encontra, hoje, o acadêmico Des. Antônio de Arruda, Membro da Academia Mato Grossense de Letras.

Criou, em 1992, a "*Revista do Centro Mato Grossense de Letras*", posteriormente transformada em "*Revista da Academia Mato Grossense de Letras*".

Paladino das letras e incentivador da cultura, MESQUITA era o mais assíduo colaborador da Revista cujos trabalhos de revisão, pessoalmente, executava.

Durante 40 anos, desde a fundação até o instante derradeiro, MESQUITA dirigiu a Academia Mato Grossense de Letras, a ela se dedicando com amor paterno. Daí a razão pela qual o querido confrade Lenine de Campos Póvoas, referindo-se ao nosso Fundador JOSÉ DE MESQUITA, disse que *“ele foi, enquanto viveu, o seu Presidente, coração e alma desta Academia”*

III - MESQUITA - O jornalista:

Relata Virgílio Corrêa Filho, em conferência proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a 26 de julho de 1961, que JOSÉ DE MESQUITA, desde muito cedo começara a escrever para o Jornal *“O Comércio”*, sob o título *“Notas Paulistas”*. Este jornal fora fundado, em 1910, por Estêvão de Mendonça e Amarílio Alves de Almeida. MESQUITA, estudante em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, remetia suas crônicas para Estêvão de Mendonça, versando fatos da Paulicéia. A respeito dessas crônicas, a nossa confeitira Vera Randazzo, sucessora de MESQUITA na Cadeira nº 19 da Academia Matogrossense de Letras, revela tratar-se de um jovem - apenas 18 anos - que escrevia *“num estilo primoroso, num português castiço. Quem lia suas crônicas nos idos de 1910 como Estêvão de Mendonça, que lhas pedira, bem poderia prever que não era apenas um advogado que estava se formando, mas um grande literato, um grande jornalista que já estava pronto!”*

Todavia, JOSÉ DE MESQUITA começara desde muito antes, atividades jornalísticas, publicando seu primeiro trabalho no jornal *“O Cruzeiro”*, órgão do Clube Minerva, sob o título *“Trevas”*, na edição de 11 de abril de 1907, como referiu o saudoso confrade José Adolfo de Lima Avelino, em oração proferida a 05 de novembro de 1957, na Academia Matogrossense de Letras, na sessão comemorativa do cinquentenário de jornalismo de JOSÉ DE MESQUITA.

Em São Paulo, no período acadêmico, colaborou na revista do Centro Acadêmico "Onze de Agosto" e na Revista da Faculdade de Direito de São Paulo.

Em Cuiabá, foi diretor do Jornal "O Povo", no biênio 1916/1917, colaborou em "O Mato Grosso" e no "Correio do Estado". Dirigiu "A Cruz", no período de 1925 a 1953. Fundou e dirigiu as Revistas da Academia e do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, bem como os "Anais Forenses do Estado de Mato Grosso".

Manteve, ainda, colaboração nos jornais: "O Estado de Mato Grosso", a "Cruz" e "Combate", com uma seção denominada "Domingueiras".

Colaborou, também, com publicações de outros Estados: "Revista Ilustração Brasileira", "Gazeta de Notícias" e "Revista da Federação das Academias de Letras".

Foi membro fundador da Associação de Imprensa de Mato Grosso. Na Sessão Magna "In memoriam" do Desembargador JOSÉ DE MESQUITA, promovida pela Academia Matogrossense de Letras, o Acadêmico Gervásio Leite proferiu, em nome da Associação de Imprensa de Mato Grosso, estas palavras memoráveis:

"Aquele formoso espírito que era a linfa vital desta casa, com os fulgores de sua inteligência de eleição, abriu-se desde logo, as emoções da criação artística, como poeta, romancista, cronista, historiador e jornalista e, ao longo de uma vida plena que se realizou integralmente, na fecundidade de uma pena que jamais se esgotou, trabalhou devotamente na seara do espírito, num labor que nem mesmo a pobreza da vida provinciana parada e pasmada, desestimulou ou tragou, na rotina do quotidiano que abafa as vocações mais vivas.

Jornalista ao longo de meio século, as páginas da nossa imprensa dão testemunho vivo dessa atividade em que Mesquita era o soldado das horas indormidas nos bastiões de uma fortaleza que jamais se rendeu ao jogo dos interesses escusos ou no silêncio dos que cedo desertam das agruras de sua missão. Nele, o jornalista viveu dia a dia os esplendores

de sua missão e as misérias do amargo ofício. Na defesa do seu ideário e nas lutas pelos princípios que sempre defendeu, era de uma bravura impressionante. Os poderosos e os que se pretendem poderosos repetidas vezes foram marcados com o ferrete de sua palavra potente e, assim, nesse meio século de atividades jornalísticas, fez da imprensa uma tribuna onde, passo a passo, ensinava e doutrinava pregando aos homens de boa vontade e ferreteando os maus e os injustos, conversando, como queria Rui Barbosa, “todas as manhãs para a rua”, na mesma plenitude de franqueza com que se dirigisse para dentro de si mesmo, porque no seu espírito levava aquele “incêndio comunicativo da fé nos princípios” e “a paixão ignescente do ódio à tirania”.

Jamais lhe salteou o espírito o comodismo dos seus interesses pessoais injustificados por aqueles que ele marcava com o signo indelével de sua palavra impressiva. Ao contrário, vezes sem conta, podíamos vê-lo na serenidade daqueles que lutando pela verdade não sentem as feridas que o fragor da luta lhes causam. Nunca cedeu, assim, às artimanhas dos poderosos que não lhe podendo calar a voz calavam fundo os seus interesses de cidadão e de pai de família. Ai então surgia, formidável, ao lado do jornalista, o jurista e a campanha que encetava ganhava brilho e majestade porque era o homem desarmado lutando, com destemor, pela verdade e pela justiça contra o poder dos poderosos que acabavam impotentes e destroçados pelo lutador que hoje revenciamos.

É que Mesquita compreendia o jornal como uma tribuna que só podia ser ocupada pelos nobres de espírito. A imprensa não devia ser o pasquim ou o vazadouro das injúrias atassalhantes e onde os homens que comandam a coisa pública desnudam-se expôndo as suas mazelas, num espetáculo muitas vezes repugnante. Para ele o jornal era a tribuna da verdade e, encantando com o brilho de sua

cultura, ensinava aquelas verdades eternas que não podem ser obscurecidas mesmo nesta época caótica de derrocadas. Para ele o jornal era uma escola e uma cátedra, não o órgão verrineiro que, nas suas colunas mofinas, faz da injúria e da calúnia o pão com que os pasquineiros se nutrem mas, o jornal que edifica, o jornal que dignifica, o jornal, enfim, que faz da instituição divina da palavra o instrumento ideal de crescimento e seleção do espírito humano.

O jornalista que assim prega, que assim edifica, que assim ensina, é aquele que Rui denominou "mestre de primeiras letras", "catedrático da democracia em ação", "advogado", "censor", "familiar" e "magistrado". E assim foi o confrade ilustre que a morte nos roubou, cujo convívio a todos encantava pelas maneiras cavalheirescas, pela amenidade do trato, pelos requintes da cortezia que faziam dele um "gentleman" no mais nobre e elevado sentido da palavra.

Mestre das letras e da imprensa devemos recordá-lo na plenitude de sua vida que o destino permitiu que ele realizasse plenamente, e que se eternizasse nos seus filhos os exemplos que deu a sua terra e aos homens de seu tempo."

IV - MESQUITA - O historiador:

Orador Oficial do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, coube a JOSÉ DE MESQUITA fazer o elogio histórico de diversas personalidades, tais como: Dr. Antônio Corrêa da Costa, Arcebispo D. Carlos Luís d'Amour, Modesto de Melo, General Caetano de Albuquerque, Prof^o João Pedro Gardez, Naturalista Carlos Lindmann, Manuel Amarante e Otávio Pitaluga, Des. Luís da Costa Ribeiro, Bispo D. Antônio Malan, Gal. Malan D'Angrogne.

Conforme assinala Virgílio Correa Filho, na conferência já citada, proferida a 26/07/61, “a tarefa (de Orador Oficial do Instituto) exigia-lhe pesquisas, a que se entregou cada vez mais acuradamente, conforme evidenciou magnífica série de ensaios de real valia histórica. Para firmar os fundamentos da “*Genealogia Cuiabana*”, considerou diversos ramos - “*André Gaudie Ley*” - “*Nobiliário Matogrossense*” - “*Corrêa da Costa*”, “*Prados e Figueiredos*”, “*Alves Corrêa e Moreira Serra*”, “*Mesquita Muniz e Pinhos e Azevedo*”, títulos em que se desdobravam as suas percucientes investigações pelos arquivos públicos e eclesiásticos, em que tinha fácil acesso, como por igual aos cartórios.

Em biografias separadas, tratou, de “*Um homem e uma época*” - “*Monsenhor Bento Severiano da Luz*”, que o Instituto Histórico admitiu na classe de sócio correspondente, de João Poupino Caldas e Manuel Alves Ribeiro, dois caudilhos de inquieta liderança regional, do Taumaturgo do Sertão (frei José M. Macerata), que logrou fama de santidade, propagada pelo povo.

Além dos temas individuais, também versou, com análoga perspicácia, outros, de ordem geral, como “*Grandeza e Decadência da Serra Acima*”, “*As Metrópoles Cuiabanas*”, “*Os Jesuítas em Mato Grosso*”, “*A Chapada Cuiabana*”, “*Ensaio de Geografia Humana e Econômica*” oferecido ao “*IX Congresso Brasileiro de Geografia*”, “*Gente e coisas de antanho*”, série de encantadoras crônicas, a exemplo de Vieira Fazenda, que se estenderam por vários números da Revista.

As suas contribuições, indicadas de espírito pesquisador, recomendaram-no à atenção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o acolheu jubilosamente.

Ao tomar posse da cadeira de correspondente em 1939, o discurso que proferiu, acerca de “*O Sentimento de Brasilidade na História de Mato Grosso*”, evidenciou-lhe não somente os anseios do civismo e conhecimento do passado, como ainda os dotes oratórios, cultivados nas tribunas que freqüentava, principalmente em Cuiabá, do pretório à Academia e ao Instituto.

No dia 10 de março de 1992, ao comemorar o centenário de seu egrégio Fundador, a Academia Matogrossense de Letras está lançando a reedição de obras de JOSÉ DE MESQUITA, reunindo, num único volume, sob o título "*Genealogia Matogrossense*"; as obras anteriormente nominadas "*Nobiliário Matogrossense*" e "*Genealogia Cuiabana*".

Estes trabalhos de levantamento genealógico dão bem a dimensão das investigações a que se dedicou MESQUITA, na seara da genealogia e da história, no estudo acurado da origem e da formação das tradicionais famílias cuiabanas e mato-grossenses.

Sob o sugestivo título "*Gente e Coisas de Antanho*", o Profº Carlos Rosa fez editar, em 1978, sob o patrocínio da Prefeitura Municipal de Cuiabá, alguns escritos de JOSÉ DE MESQUITA, publicados inicialmente em jornais cuiabanos e, posteriormente, inseridos em Revistas do Instituto Histórico de Mato Grosso, de 1925 a 1954.

Através destes trabalhos, podemos visualizar as pesquisas realizadas por MESQUITA para esmiuçar as "*coisas de antanho*", num estilo leve, agradável e com um fino traço de ironia.

V - MESQUITA - Romancista, contista, cronista e ensaista:

Como romancista, JOSÉ DE MESQUITA nos legou o romance cuiabano "*Piedade*".

Na visão de Amidicis Tocantins - "*Reminiscências - JOSÉ DE MESQUITA (Polígrafo e homem de bem)*"::

"Na literatura dita de ficção - romance e conto - ninguém o sobrepujou em nosso Estado, alcançando da imprensa indígena e da crítica nacional encomiásticas referências. Com efeito, foi mestre no romance cuiabano que

é "Piedade" - o primeiro da trilogia "Piedade", Fé e Caridade" que, infelizmente, não se concretizou. - Está repleto do bom provincianismo cuiabano, da sutilíssima psicologia humana, da alma encantadora das ruas e logradouros da "Cidade Verde". Alia-se, ali, o pitoresco descritivo da linguagem, técnica hábil, engenhosa, de pessoa que revela alta dose de sentimento artístico na concepção de uma obra prima.

Em seus livros de contos "A Cavalhada", "Espelho de Almas" e "No Tempo da Cadeirinha", nota-se a mesma linha de encanto estético que manobra através da criação dos vários personagens de virtudes provincianas sob esplêndida roupagem literária.

Grangeou nomeada não só como ficcionista, mas ainda, como ensaísta e biógrafo, autor de livros como "A Chapada Cuiabana", "de Livia a Dona Carmo" (as mulheres na obra de Machado de Assis), "Um taumaturgo do Sertão", "Augusto Leverger, o bretão cuiabanizado", "João Poupino Caldas", "Manuel Alves Ribeiro" e outros trabalhos monográficos."

VI- MESQUITA - Advogado, magistrado, jurista emérito e orador consagrado:

JOSÉ DE MESQUITA conquistou sólida formação jurídica, na Faculdade de Direito de São Paulo, onde colou grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Turma de 1913.

Sua paixão pela profissão de advogado, ele a herdou de seu pai José Barnabé de Mesquita (Sênior), que fora advogado nos auditórios da Comarca de Cuiabá. O exercício da profissão de advogado era uma permanente homenagem à memória de seu pai, que perdera quando tinha, apenas, cinco meses de idade.

Iniciando-se, em 1915, na profissão de advogado, sob orientação de Estêvão de Mendonça, foi posteriormente nomeado Procurador-Geral do Estado de Mato Grosso.

Ingressando na magistratura, foi Juiz de Direito da Comarca de Registro do Araguaia e, posteriormente, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Na antiga Faculdade de Direito de Cuiabá (1934/1937), foi Professor da Cadeira de Direito Constitucional.

Quando se aposentou no Tribunal de Justiça (1945), retornou às lides forenses, tendo sido Procurador da Prefeitura Municipal de Cuiabá.

A fase áurea de sua judicatura, exerceu-a no Tribunal de Justiça, quando proferiu numerosos votos e publicou trabalhos jurídicos nos "Anais Forenses do Estado de Mato Grosso", destacando-se como representante de nosso Estado, no Congresso Nacional de Direito Judiciário e na Conferência Brasileira de Criminologia.

O saudoso Prof^o Nilo Póvoas, referindo-se à formação jurídica de MESQUITA e ao exercício de sua judicatura, prestou este significativo depoimento:

“Na complexa individualidade de JOSÉ DE MESQUITA, vários aspectos se nos impõem à consideração. Um deles, porventura o mais expressivo da sua formação espiritual, foi o seu culto apaixonado das letras jurídicas, a que se entregara com o fervor de um asceta, levado por instinto puramente vocacional. Formado pela célebre Faculdade de Direito de São Paulo, que criou e nutriu uma luzida plêiade de eminentes juristas, de lá trouxera o jovem bacharel o espírito forrado por uma sólida cultura jurídica que lhe permitiu consagrar-se lidimo propugnador da justiça, na aplicação das normas do Direito e conservar, na presidência da mais alta Corte Jurídica do Estado, as gloriosas tradições de austeridade do nosso antigo Tribunal da Relação.”

Como distribuidor de justiça, foi ele de um comportamento exemplaríssimo. Não o movera jamais a paixão política que sói, por vezes, arrastar os magistrados a iniquidades, à precaricação e à desonra. As decisões e as suas sentenças, escrevia-as ele com a mão na consciência e os olhos no Juiz Supremo. Eram-lhe elas ditadas pela razão e baseadas, invariavelmente, na lei e no direito. Nunca o vimos vacilar no cumprimento de seus deveres funcionais. Bem compenetrado se achava de que na soberania do Poder Judiciário é que reside a força da autoridade civil e que esta soberania se assenta na integridade dos seus juizes.”

Em artigo publicado no jornal “Diário de Cuiabá”, em 20/11/1990, o eminente Des. Antônio de Arruda assim se manifestou:

“Em 1937, encontravam-se no Tribunal os Desembargadores JOSÉ DEMESQUITA, Armando de Souza, Amarílio Novis, Otávio da Cunha Cavalcanti, Palmiro Pimenta, José Vieira do Amaral, Oscarino Ramos, José Otilio da Gama e Olegário Moreira de Barros. Eram nove Desembargadores, mas esse número foi reduzido a sete pela Constituição Estadual, promulgada nesse ano, sendo postos em disponibilidade os dois mais modernos - Vieira do Amaral e Olegário de Barros.

O Presidente do Tribunal era JOSÉ DEMESQUITA, que vinha exercendo o cargo desde 1930, tendo sido reeleito nos períodos seguintes, até dezembro de 1940. Ocupou assim a presidência durante onze anos consecutivos e neste ponto só perdeu para o Desembargador João Martins França, que foi Presidente do Tribunal durante doze anos, a partir de 1895. No começo de 1937, JOSÉ DE MESQUITA, no exercício da presidência, teve de enfrentar os excessos das paixões que dominavam o ambiente. Acompanhei o julgamento do rumoroso processo de “impeachment” contra

o Governador Mário Corrêa, cujos partidários tentavam tumultuar as sessões. Numa delas, MESQUITA resolveu suspender o julgamento e requisitar força federal para garantir o funcionamento da Justiça, atitude que concorreu para a intervenção federal no Estado, reclamada pelos adversários do Governador. MESQUITA conseguiu superar com dignidade a agitação daqueles dias e pode prosseguir no exercício das funções em que demonstrou notável aptidão para a liderança. Acredito que foi com o desempenho dessa presidência e da outra, mais longa ainda, da Academia Mato-Grossense de Letras, cujos destinos dirigiu por mais de quarenta anos, que JOSÉ DE MESQUITA aprimorou seus dotes inatos de sociabilidade.”

Orador consagrado, MESQUITA a todos conseguia “convencer, persuadir e deleitar”

O mestre Isaac Póvoas destaca em MESQUITA as suas qualidades oratórias, com as seguintes referências:

“Notável foi sem dúvida alguma a atuação desse primoroso homem de letras na arte sublime da oratória. Dificilmente poder-se-á dizer em que ramo do saber humano foi ele maior: se como poeta, como jornalista, como orador ou ainda como contista. Em todas as modalidades em que se manifestem os pensamentos e os sentimentos e da sua erudição. Na tribuna como na poesia, o nosso saudoso conterrâneo começou cedo, visando, naturalmente, atingir cedo à Perfeição. Desde a sua adolescência, o seu nome já figurava como orador dos clubes em que a mocidade de sua época ensaiava os seus passos vacilantes na senda das letras. Com essa sede de saber, cresceu, frondejou como árvore plantada em terreno fértil. Foi às culminâncias das letras, igualando-se aos melhores. De sua vastíssima bagagem oratória, destacamos, pela sua merecida repercussão, “O Sentimento

de Brasilidade na História de Mato Grosso”, discurso de posse no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; “*Professoras Novas para um Mundo Novo*”, discurso parainfantal, em Campo Grande; “*Nos Jardins de S. João Bosco*”, discurso e conferências, São Paulo; “*O Exército, fator de Brasilidade*”, discursos, Rio de Janeiro.”

VII - MESQUITA - O Poeta

Seria imperdoável se neste rápido bosquejo sobre a vida e obra de JOSÉ DE MESQUITA não nos detivéssemos na sua pujante veia poética.

A obra poética de MESQUITA foi extensa: “*Poesias*”, “*Terra do Berço*”, “*Da Epopéia Matogrossense*”, “*Poemas do Guaporé*”, “*Escada de Jacó*”, “*Roteiro da Felicidade*” e outras produções esparsas.

Poeta de rara sensibilidade, ia do parnasianismo ao modernismo, num permanente culto à mulher e com uma impetuosidade sempre ardente.

A respeito da obra poética de MESQUITA, disse a acadêmica Vera Randazzo:

“Sobre a mulher, tem tanta delicadeza, tanto respeito ou tanto amor, que mesmo se às vezes vai além às regiões perdidas da alma e busca os frêmitos mais íntimos, o faz de tal forma que mesmo a sensualidade que se evola dos seus sonetos de amor, não cospurca nunca a imagem feminina, pois é sempre puro e autêntico amor, é sempre belo na emoção.”

(Discurso de posse, em 10/03/1982)

Nesta oportunidade, transcrevemos um soneto de MESQUITA, que, num concurso promovido pela Revista “*Ilustração Brasileira*”, figurou entre os dez melhores sonetos do Brasil:

“ASCENÇÃO”

*“Íngreme e sinuosa, aspérrima e escarpada,
Sob o sol flamejante ou entre tormentas duras,
Cheia de abismos maus, que abrem faces escuras,
Vai a estrada coleando, em busca da esplanada.*

*“Sobes. E na ascensão, entre angústia e torturas,
Tons de ira e de despeito, apôdos e assuada,
Vês diminuir mais as coisas na baixada
e se abrirem os céus em mais amplas alturas...*

*“Hás de sempre encontrar luzes pelos caminhos,
serpes por sob a relva e, nas rosas, espinhos.
Mas nunca te pareça o teu esforço vão.*

*“Lá bem alto cintila a estrela da bonança
e além, teu coração, mais do que a vista alcança,
límpido e claro, o azul da eterna Perfeição.*

VIII - A figura humana de JOSÉ DE MESQUITA:

Meu saudoso pai, Virgílio Corrêa de Mello, cujo centenário de nascimento se comemora a 1º de março de 1992, e que por cinquenta anos labutou nas lides forenses, foi contemporâneo, amigo e admirador de JOSÉ DE MESQUITA, por quem nutria a mais profunda veneração.

MESQUITA era um “gentleman”, tal como o descreveu Gervásio Leite. Quando se encontrava com meu pai, sempre procurava saber de seus filhos, especialmente do “orador mirim” da Escola Modelo “Barão de Melgaço”, que é o humilde autor deste esboço sobre a vida e obra do grande varão matogrossense. A mim, sempre dirigia MESQUITA palavras de carinho e de incentivo. Gostava de incentivar os jovens.

JOSÉ DE MESQUITA era nobre nos gestos, nas palavras e na ação. Tranquilo e sereno, nobre e justo, alegre e afável, possuidor de imensa cultura jurídica e literária, MESQUITA sabia tratar com a mesma fidalguia, humildes e poderosos.

Casou-se em primeiras núpcias, em 1915, com D. Anna Jacintha Pereira Leite. O casal teve oito filhos, três dos quais faleceram em tenra idade.

Consoçou-se em segundas núpcias com D. Laura Pereira Leite, em 1942, de quem houve um único filho.

MESQUITA, católico praticante, amigo, confiante e aparentado com D. Aquino Corrêa, era profundamente devotado à família.

Apaixonado por sua terra e sua gente, MESQUITA devotou-se de corpo e alma na tarefa hercúlea de liderar as atividades culturais em Mato Grosso, arrostando todas as dificuldades que as circunstâncias lhe impunham. Venceu todos os obstáculos e conseguiu consolidar as duas grandes instituições que fundou: o Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e a Academia Matogrossense de Letras.

Manteve assíduo intercâmbio com as instituições do País e do Exterior, sem prejuízo das atividades decorrentes do exercício da judicatura ou da profissão de advogado.

A "*Casa Barão de Melgaço*" foi doada ao Instituto Histórico e, ao então Centro Matogrossense de Letras, graças à sua pertinácia na consecução dos ideais a que devotou sua vida (Decreto nº 01, de 23/11/1930). A escritura de doação, datada de 15/04/1931, trás as assinaturas de Dom Aquino e de MESQUITA, que representaram as instituições donatárias. O doador, o Estado de Mato Grosso foi representado pelo Interventor Federal, Cel. Antônio Menna Gonçalves.

Pela Lei nº 1.079, de 21 de julho de 1930, o "*Centro Matogrossense de Letras*" já fora declarado de utilidade pública pelo Dr. Anibal Benício de Toledo, Presidente do Estado.

Faço estas referências, porque na Sessão Magna de inauguração da "Casa Barão de Melgaço", realizada a 24 de junho de 1931, sob a Presidência de honra de D. Aquino Corrêa, quem mais exultou foi JOSÉ DE MESQUITA, nosso Presidente perpétuo, que ali foi "o coração e a alma da Academia" e que dali, cercado do respeito e da veneração do povo matogrossense, haveria de partir para a derradeira morada.

MESQUITA não morreu! Sua vida e sua obra viverão eternamente, para exemplo das gerações porvindouras!

O LEGADO DE JOSÉ DE MESQUITA

Antônio de Arruda

José Barnabé de Mesquita, ainda jovem e pequeno comerciante em Diamantino, resolveu mudar-se para Cuiabá, em 1880. Em Cuiabá, Mesquita Sênior aperfeiçoou seus conhecimentos, tornando-se professor de Latim no Liceu Cuiabano e depois advogado provisionado. Liberal, foi abolicionista e um dos fundadores do Partido Republicano em Mato Grosso. Faleceu prematuramente, em 1892, aos 37 anos de idade.

Neste mesmo ano, nasceu-lhe o único filho, que lhe herdaria o nome e as qualidades. José de Mesquita foi realmente digno continuador do pai, seguindo-lhe as mesmas tradições de honradez e de caráter. Foi até além, porque teve uma vida mais longa e pôde construir uma brilhante carreira e colocar-se no primeiro plano da cultura matogrossense. Formado pela Faculdade de Direito de São Paulo, voltou para Cuiabá, advogando algum tempo e ingressando depois na magistratura, que exerceu por 27 anos. Foi Presidente do Tribunal de Justiça de Mato Grosso durante onze anos consecutivos, o que demonstra seu prestígio perante os colegas.

Desde cedo, Mesquita militou no jornalismo e nas lides literárias. Publicou muitos livros e opúsculos e deixou esparsa em jornais e revistas vasta colaboração. Trata-se de trabalhos que representam mais de 50 anos de laboriosa atividade. Exemplo raro esse, porque o comum no homem de letras é o cansaço precoce, o desencanto e a perda do entusiasmo da juventude.

Entre as obras publicadas por José de Mesquita, destacam-se:

Poesias: Terra do Berço, Escada de Jacó, Roteiro de Felicidade.

Romance: Piedade.

Contos: A Cavallhada, Espelho de Almas (premiado pela Academia Brasileira de Letras), No Tempo da Cadeirinha.

Ensaios: A Chapada Cuiabana, A Academia Matogrossense de Letras, Bibliografia Matogrossense de Letras, Bibliografia Matogrossense (em colaboração com Firmo Rodrigues).

Biografias: João Poupino Caldas, Manoel Alves Ribeiro.

Além de construir uma obra variada e rica, Mesquita foi também um grande incentivador da vida cultural e animador fecundo das boas causas. A Academia Matogrossense é um atestado vivo de sua extrema dedicação às coisas do espírito. Pode-se afirmar que a Academia nasceu em sua própria casa, pois nela reuniu um grupo de intelectuais que, em 1921, assentaram as bases do Centro Matogrossense de Letras, núcleo da atual instituição. Foi também sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso (1919) e da Federação das Academias de Letras do Brasil, além de ter pertencido, como sócio efetivo ou correspondente, a inúmeras instituições culturais.

Também, em "A Cruz", que dirigiu por muitos anos, e em outros jornais em que colaborou, Mesquita estimulou vocações e encorajou muitas esperanças. Não poucos jovens lhe devem o ingresso na vida literária, pois lhes proporcionou esse primeiro alento sem o qual não teriam ânimo para perseverar no esforço iniciado.

Em entrevista à "Gazeta" de São Paulo, ao perguntar-lhe o jornalista o que procurava ser na arte, Mesquita respondeu:

- "Um homem do meu tempo, sem escravizar-me às escolas e fugindo ao obsoleto, bem como aos exageros do modernismo, duas deturpações da arte, no tempo, e também ao regionalismo exagerado, deformação da arte, no espaço."

Manifestou seu pendor pela poesia, aceitando para ela tudo o que se lhe apresentava como motivo de inspiração e de beleza, principalmente o lirismo, a seu ver a quintessência poética. Quanto à prosa, declarou dedicar-se ao conto, à novela e ao romance, além dos ensaios, história e genealogia. Anotou ainda sua preferência pelos temas de introspecção e psicanálise, sobretudo feminina, por considerar a alma da mulher, na sua beleza e contradições desconcertantes, o melhor campo de experiência artística. Aliás, neste particular, Mesquita deixou belíssimo trabalho sobre as mulheres na obra de Machado de Assis, a que intitulou "*De Livia a Dona Carmo*". Nesta análise da galeria feminina do criador de Capitu, Mesquita revelou também esta sua permanente preocupação literária, qual a de compreender a mulher e fixar-lhe as cambiantes do sentimento. Outro gênero para o qual Mesquita confessou sua atração foi o estudo dos costumes, em especial do passado, única realidade humana, segundo Anatole France. A isso tudo, pode-se acrescentar que, cultuando todos os gêneros literários, Mesquita o fez com rara maestria, deixando-nos modelos insuperáveis na arte de escrever.

Seria muito se o ilustre escritor matogrossense houvesse sido advogado e magistrado insigne, poeta e escritor dos mais admiráveis. No entanto, isso não foi tudo nessa personalidade multifacetada. De Boileau há belos versos que se podem traduzir deste modo: - "*Ama a virtude e dela nutre tua alma. Não sejam os versos teu eterno cuidado. Cultiva os amigos, sê homem de fé. Não basta ser encantador num livro: é preciso saber também conversar e viver*".

Esses simples e sensatos conceitos Mesquita os adotou. Dedicado às letras, não desprezava, porém, o mundo e a vida, antes os envolvia num amplexo sedutor. Aceitando o conselho de Boileau, era, ao mesmo tempo, encantador nos livros e na sociedade. Sua obra toda, sua poesia, principalmente, está impregnada dessa amorável alegria de viver que caracteriza os espíritos sadios e otimistas. Sua palestra cordial, temperada de leve humorismo, seduzia e elevava. Por isso, era-lhe fácil grangear e conservar amizades, algumas vindas do tempo de sua juventude, outras posteriores, todas consolidadas pelo afeto que dispensava a todos.

Ninguém terá levado tão a sério as obrigações sociais como ele sempre o fez. Datas natalícias de amigos, colegas e confrades, instantes de alegria e de dor, tudo era motivo para suas visitas ou pelo menos para um telegrama cordial. Mesquita foi, sem dúvida, um homem educado ou mais propriamente, um homem civilizado.

Espírito reto, doíam-lhe as injustiças e violências. Neste ponto, era bem um discípulo de Ihering, para quem a defesa do direito constitui dever elementar de todo cidadão. Daí porque Mesquita arrostou algumas lutas, às vezes com veemência e pertinácia, que lhe valeram não poucos momentos de amargor. A alguns estas atitudes afiguravam-se incompatíveis com o homem convictamente religioso que também era. A mais de um colega ouvi dirigir-se a ele, com certa malícia, perguntando-lhe:

- *Mesquita, você perdoa aos seus inimigos?*

Sua resposta era invariavelmente a seguinte:

- *Perdôo tudo e a todos, mas não esqueço.*

Parece-me assim que ele, como crente, perdoava aos inimigos, mas, como homem sensível, sofria com as ofensas recebidas. Tudo isso, porém, não o impedia de ser bom e de cultivar a generosidade, sentimento que reponta, a cada passo, em seus livros. Assim cantou ele, por exemplo, no soneto "Ato de Bondade", da "Escada de Jacó":

*É preciso ser bom, mesmo que a vida,
Árvore má, te negue fruto ou flores.
Que a ventura ou o infortúnio não decida
Teu rumo, sempre bom, seja o que fores.*

Do mesmo modo, no soneto "Transbordamento" do "Roteiro da Felicidade", há estes conceitos:

*Sendo feliz, debes ser bom, porque a ventura
É uma flor, cujo fruto excelente é a Bondade.
Quem ditoso se sente, há de a felicidade
Irradiar de si, num halo de doçura.*

Pensamentos análogos vêm-se em outros poemas de sua lavra. Por isso, um dos momentos mais sugestivos de sua vida foi quando a Academia Matogrossense lhe prestou significativa homenagem de apreço, em uma sessão a que ele chamou a **Festa da Amizade**. Coube-me então, como Vice-Presidente em exercício da Casa, coordenar as festividades e pronunciar a respectiva alocução de abertura. Falaram também, na ocasião os acadêmicos Corsíndio Monteiro da Silva, Gervásio Leite, Francisco Mendes, Rubens de Mendonça e o jornalista Augusto Mário Vieira, cada qual analisando um dos aspectos de sua obra. Respondendo a essa homenagem, dissera então José de Mesquita:

“Que compensação dadivosa não representa este momento, a tantas decepções que a vida nos traz, às injustiças e incompreensões, frutos de erros de visão ou de instintos inferiores rrecalcados, hostilidades cegas ou surdas, pequeninas e gratuitas, em que muita amizade aparente se desfaz, na pedra de toque do interesse ou das baixas emulações: Vai assim a mestra vida, artista inigualável, depurando, no seu laboratório, as amizades, tão diferentes das chamadas “relações” e fazendo sobrenadar as verdadeiras, que não contêm seiva de interesse nem lia de ressentimento... Quão feliz me sinto nesta idade que ainda quero julgar de transição entre a mocidade, que finda, e a maturidade que começa, nò meio de camaradas, de vocês, velhos ou novos amigos, ouvindo-lhes essas palavras de compreensividade e benevolência, com que me confortam e estimulam, para que eu, bendizendo o que fiz, me anime a continuar fazendo o que puder pela nossa cultura e pela nossa terra.”

No belo ensaio a respeito da poesia de D. Aquino Corrêa, publicado na Revista da Academia Matogrossense de Letras (volume de 1956), José de Mesquita, após analisar os aspectos fundamentais da poética do Arcebispo, afirmou que este achou na poesia o sentido de sua

vida, o que lhe permitiu realizar seu maravilhoso destino. Saliu-se que, mesmo escrevendo em prosa, D. Aquino produziu magníficos poemas evocativos, eis que, Poeta acima de tudo, foi como Poeta que nos transmitiu seu verdadeiro e autêntico testamento. E concluiu: - *‘Esse o seu maior título de glória, o legado primoroso do seu espírito de escol, e muito mais do que do espírito, do seu grande e generoso Coração’*.

Pois José de Mesquita esculpiu também seu legado, em primeiro lugar em sua própria vida, com a qual nos deixou admiráveis exemplos de correção, hombridade e solidariedade humana, assim como em sua vasta obra que marcou presença entre o que há de melhor na produção literária matogrossense.

ESCRITORES MATOGROSSENSES:

JOSÉ DE MESQUITA

Almir Jorge Bodstein

Nasceu em Cuiabá, no dia 22 de março de 1892, e toda a intelectualidade matogrossense comemora agora, jubilosamente, o seu centenário de nascimento.

Figura exponencial da cultura matogrossense, brilhou em nossas letras como astro de primeira grandeza.

Cultivou esplendidamente todos os gêneros literários. Foi poeta, orador, romancista, contista, ensaísta, epistológrafo, jornalista, biógrafo, destacou-se nas letras jurídicas e na genealogia, revelando-se em tudo beletриста de escol.

Imensa e preciosa é a sua bagagem literária.

Seu livro de contos *ESPELHO DE ALMAS* foi premiado pela Academia Brasileira de Letras, em 1932.

Foi fundador e Orador Perpétuo do Instituto Histórico de Mato Grosso, fundado em Cuiabá, em 1919, quando a cidade comemorava o seu bicentenário. Um dos fundadores do Centro Matogrossense de Letras inaugurado no dia 7 de setembro de 1921, e, em 1932, transformado na Academia Matogrossense de Letras. Sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e destacado membro de diversas outras entidades culturais do Brasil.

O grande intelectual matogrossense, acadêmico Dr. Lenine Póvoas, que, na sua magnífica obra HISTÓRIA DA CULTURA MATOGROSSENSE, recenseia mais de 30 obras de José de Mesquita, sem contar os inúmeros artigos em jornais, como A CRUZ, de Cuiabá, de que foi Diretor por 20 longos anos, e em revistas, como as do Instituto Histórico e da Academia de Letras de sua terra, chamou-o "*coração e alma da nossa Academia*".

Sobressaiu também na Religião. Líder católico, privou da amizade do Arcebispo Dom Aquino e, pelo seu benemérito trabalho, foi distinguido pelo Papa Pio XI com a Comenda de São Silvestre.

Ex-aluno e amigo dos salesianos, proferiu discursos e conferências em festas e comemorações salesianas, que enfeixou na bela obra NOS JARDINS DE SÃO JOÃO BOSCO.

Faleceu em Cuiabá, no dia 22 de junho de 1961. ✓

No dia 22 de agosto desse mesmo ano, a Academia Matogrossense de Letras e o Instituto Histórico de Mato Grosso, em Sessão Magna, prestaram-lhe solenes homenagens póstumas.

Falaram, então, o Professor Francisco Ferreira Mendes, Presidente em exercício da Academia Matogrossense de Letras, que, em palavras candentes, abriu a Sessão Magna; o acadêmico Nilo Póvoas, Orador Oficial da Academia; O Desembargador Antônio de Arruda, representando o Tribunal de Justiça; a Senhorinha Odilsa Freitas de Souza, que declamou NOSSA VELHA CASA, soneto de José de Mesquita; o acadêmico Palmiro Pimenta; o Presidente da Associação de Imprensa Matogrossense, acadêmico Gervásio Leite; o Professor Benedito Pinheiro de Campos, Diretor-Redator do jornal A CRUZ, e o Orador Oficial do Instituto Histórico de Mato Grosso, acadêmico Rubens de Mendonça.

A revista da Academia Matogrossense de Letras dedicou um número especial (de 1959-1961) à memória de José de Mesquita, que apresenta os discursos da Sessão Magna e é rica em artigos comemorativos.

Nela, há, do grande intelectual matogrossense Des. Antônio de Arruda, além do seu brilhante discurso na Sessão Magna, um artigo comemorativo e correspondência de José de Mesquita.

No seu discurso, na Sessão Magna, afirmou que Mesquita "pôde construir ao longo dos anos, extenso edifício espiritual, colocando-se no primeiro plano da cultura matogrossense. Durante cerca de 27 anos foi magistrado no Tribunal da Justiça, que presidiu por 11 anos ininterruptos, deixando marcos indelévels da sua passagem. Em verdade, José de Mesquita, como homem de letras, foi dos mais fecundos de Mato Grosso, ombreando-se com um Dom Aquino, um Estêvão de Mendonça, um Virgílio Corrêa Filho". E em termos lapidares analisa a obra literária de Mesquita e tece comentários à sua edificante vida.

E o Orador Oficial da Academia, Prof^o Nilo Póvoas, refere-se a José de Mesquita como "matogrossense insigne que, na sua grandeza espiritual, honrou a magistratura, de que foi ornamento inconfundível; comunicou brilho intenso às letras, que cultivou com esmero e dedicação insuperável; refulgiu na Imprensa, fazendo dela o instrumento de aperfeiçoamento e de progresso; dignificou o magistério com a sua peregrina cultura e com o seu caráter adamantino".

Este é o homem que ficou para nós como um símbolo da cultura e da honradez na magistratura que exerceu com dignidade e brilhantismo em nosso Estado.

Todos nós nos rejubilamos com a comemoração solene do seu centenário de nascimento.

DISCURSO EM HOMENAGEM PELO CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE JOSÉ DE MESQUITA

Benedito Pereira do Nascimento

Numa época em que, mundialmente, são quebradas as tábuas de valores, vive Cuiabá momento tão significativo da sua história.

É o Centenário do Desembargador JOSÉ DE MESQUITA.

No firmamento intelectual e jurídico poucos brilharam em Mato Grosso com intenso fulgor.

Constitui, entre os maiores, justificado orgulho da inteligência e da cultura da sua gente, que nele via cintilar, nas lições judiciais e literárias, o vigor incomparável do saber.

Segundo dados biográficos anotados pelo seu dileto filho, Doutor Fernando de Mesquita, nasceu em 10 de março de 1892, em Cuiabá, bacharelando-se em Ciências e Letras pelo Liceu Salesiano São Gonçalo e Ciências Jurídicas e Sociais, em 1913, pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido orador da turma sob aplausos dos seus colegas.

Na sua longa vida pública, iniciada moço ainda, exerceu os cargos de Professor de Português da Escola Normal, Procurador Geral do Estado, Diretor da Secretaria do Governo, Juiz de Direito da Comarca do Registro de Araguaia, Professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito de Cuiabá e Desembargador do Colendo Tribunal de Justiça de Mato Grosso.

Foi exatamente aqui, na cúpula do órgão colegiado matogrossense, que o eminente Desembargador José de Mesquita, demonstrou, com brilho inexcelável, a sua produção intelectual servindo como um sol e estímulo para as futuras gerações de magistrados e de todos aqueles que se empenham pelo império e culto das letras em nossa terra.

Exerceu a judicatura com proficiência, seriedade e ânimo inquebrantável, merecendo dos seus pares a admiração e a prestigiosa escolha para desempenhar a Presidência da alta Corte Judiciária por onze anos ininterruptos.

O Des. José de Mesquita, durante a sua brilhante trajetória na magistratura, dignificou e honrou a Justiça de Mato Grosso com a sua consciência jurídica e o seu saber, principalmente com a sua envergadura moral.

Criou com o Desembargador Palmiro Pimenta, primeiro Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, a revista “*Anais Forenses do Estado de Mato Grosso*”.

Fundador e Presidente da Academia Matogrossense de Letras até o seu falecimento. Sócio-fundador e orador oficial do Instituto Histórico de Mato Grosso. Idealizador da criação da Federação das Academias de Letras do Brasil.

O centenário de nascimento de José de Mesquita, comemorado sob o signo da mais viva expressão cultural, abre ensejo para se avaliar a peregrina obra legada à posterioridade no campo das idéias, nascida na poesia e noutros gêneros manejados com maestria, como dizia Maritain “*nas profundezas da alma*”.

Foi, em essência, um autêntico homem das letras, mediante as quais reavivava, sempre, a sua fé em Deus e na prevalência da Justiça.

A sua vida e obra de homem de letras estão, indissolúvelmente, ligadas à História épica de Cuiabá, sobretudo à energia indômita da raça bandeirante.

Amigo diletíssimo do imortal Dom Aquino Correa, católico fervoroso que hauria, como diretriz da convivência social e participação nos bens da vida, forças na religião e na moral.

Reverente, seguia o ensinamento de Stammler *“A cultura é um desenvolvimento no sentido do Justo”*.

O emérito e saudoso ex-Presidente desta Corte, Desembargador Gervásio Leite, em lapidar síntese, traduziu os altos valores que inspiraram a vida e o ideário do Desembargador José de Mesquita:

“Aquele formoso espírito que era a linfa vital desta casa, com os fulgores de sua inteligência de eleição, abriu-se desde logo, às emoções da criação artística, como poeta, romancista, cronista, historiador e jornalista e, ao longo de uma vida plena que se realizou integralmente, na fecundidade na seara do espírito, num labor que nem mesmo a pobreza da vida provinciana parada e pasmada, desestimulou ou tragou, na rotina do quotidiano que abafa as vocações mais vivas.

*Jornalista ao longo de meio século, as páginas da nossa imprensa dão testemunho vivo dessa atividade em que Mesquita era o soldado das horas indormidas nos bastidões de uma fortaleza que jamais se rendeu ao jogo dos interesses escusos ou no silêncio dos que cedo desertam das agruras de sua missão. Nele, o jornalista viveu dia a dia os esplendores de sua missão e as misérias do amargo ofício. Na defesa do seu ideário e nas lutas pelos princípios que sempre defendeu, era de uma bravura impressionante. Os poderosos e os que se pretendem poderosos repetidas vezes foram marcados com o ferrete de sua palavra potente e, assim, nesse meio século de atividades jornalísticas, fez da imprensa uma tribuna onde, passo a passo, ensinava e doutrinava pregando aos homens de boa vontade e ferreteando os maus e os injustos, conversando, como queria Rui Barbosa, *“todas as manhãs para a rua”*, na mesma plenitude de franqueza com que se dirigisse para dentro de si mesmo, porque no seu*

espírito lavrava aquele “incêndio comunicativo da fé nos princípios” e “a paixão ignescente do ódio à tirania”. Jamais lhe salteou o espírito o comodismo dos seus interesses pessoais injustiçados por aqueles que ele marcava com o signo indelével de sua palavra impressiva. Ao contrário, vezes sem conta, podíamos vê-lo na serenidade daqueles que lutando pela verdade não sentem as feridas que o fragor da luta lhes causam. Nunca cedeu, assim, às artimanhas dos poderosos que não lhe podendo calar a voz calavam fundo os seus interesses de cidadão e de pais de família. Ai então surgia, formidável, ao lado do jornalista, o jurista e a campanha que encetava ganhava brilho e majestade porque era o homem desarmado lutando, com destemor, pela verdade e pela Justiça contra o poder dos poderosos que acabavam impotentes e destroçados pelo lutador que hoje reverenciamos. É que Mesquita compreendia o jornal como uma tribuna que só podia ser ocupada pelos nobres de espírito. A imprensa não devia ser o pasquim ou vazadouro das injúrias atassalhantes e onde os homens que comandam a coisa pública desnudam-se expondo as suas mazelas, num espetáculo muitas vezes repugnante. Para ele o jornal era a tribuna da verdade e, encantando com o brilho de sua cultura, ensinava aquelas verdades eternas que não podem ser obscurecidas mesmo nesta época caótica de derrocadas. Para ele o jornal era uma escola e uma cátedra, não o órgão verrineiro que, nas suas colunas mofinas, faz da injúria e da calúnia o pão com que os pasquineiros se nutrem mas o jornal que prega, o jornal que ensina, o jornal que edifica, o jornal que dignifica, o jornal, enfim, que faz da instituição divina da palavra o instrumento ideal de crescimento e seleção do espírito humano. O jornalista que assim prega, que assim edifica, que assim ensina, é aquele que Rui denominou “mestre de primeiras letras”, “catedrático da democracia em ação”, “advogado”, “censor”, “familiar”

e "magistrado". E assim foi o confrade ilustre que a morte nos roubou, cujo convívio a todos encantava pelas maneiras cavalheirescas, pela amenidade do trato, pelos requintes da cortezia que faziam dele um "gentleman" no mais nobre e elevado sentido da palavra.

Mestre das letras e da imprensa devemos recordá-lo na plenitude de sua vida que o destino permitiu que ele realizasse plenamente, e que se eternizasse nos seus filhos os exemplos que deu a sua terra e aos homens de seu tempo."

Esta Corte de Justiça, em administração pretérita, e no Governo do ínclito Dr. Cássio Leite de Barros, como preito de reverência ao insigne Juiz e enaltecendo a sua inteligência e cultura jurídica, colocou, por feliz iniciativa do Dr. Luís-Phillipe Pereira Leite, Padre Wanir Delfino Cesar e Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - Deocleciano Martins de Oliveira Filho, o seu busto em bronze no átrio do Tribunal e, também, instituiu a Medalha Desembargador José de Mesquita para galardoar pessoas que no desempenho da vida pública, por sua obra e serviços, engrandeceram o Poder Judiciário.

De ouvir, em Gente e Coisas de Antanho, o consagrado magistrado e professor, Desembargador Antônio de Arruda, ex-Presidente deste Tribunal, ocupou-se da vida de José de Mesquita com a galhardia que lhe é habitual e que todos reconhecem:

"Ocorre-me aqui uma das impressões mais antigas que guardo de José de Mesquita. Foi quando regresssei a Cuiabá, em 1937, após o meu curso de Direito, e ia assistir às sessões do Tribunal, por ele dirigidas. Naquele tempo, as paixões políticas, exacerbadas pelo processo contra o Governo Mário Correa, tentavam invadir o recinto severo da nossa mais alta Corte de Justiça. Não era fácil opor-se a essa torrente avassaladora, eivada de facciosismo. Mesquita arrostava-se, porém, de ânimo sereno, dominando com dignidade aquele ambiente agitado. Felizmente, foram raros tais momentos de vibração e intolerância. Em épocas normais, pôde José de Mesquita patentear as suas notáveis aptidões

para a liderança. Na galeria dos Presidentes do nosso Tribunal, talvez nenhum outro o avantajasse em finura e elegância. Foi o que exerceu por mais tempo desta função, juntamente com o velho Des. João Martins França; cerca de 11 anos para ambos. ”

De sentir, igualmente, o que a toga poética, vagando entre a consciência cristã e a realidade, produziu:

*“Fazer o bem a quem retribua,
nenhum merecimento, é claro, tem.
Somente é bom esse que continua,
mesmo em troca do mal, fazendo o bem.*

*Não te preocupe o estrépito da rua.
Ouve a tua consciência e mais ninguém.
A ingratidão na alma serena atua
como incentivo que do céu lhe vem.*

*Porque, fazer o bem buscando o útil,
é um torpe traficar com a caridade
e se pagar com a moeda fútil.*

*Mas fazê-lo ao ingrato e ao desleal,
isso é glória, é beleza, é heroicidade:
é, como Deus, pagar o bem por mal. ”*

EMINENTES PARES, a obra bibliográfica do Desembargador JOSÉ DE MESQUITA, singular, admirável e fecunda, é rica em vibrações de paz e espiritualidade.

Bendita, pois, a vida que propicia instantes de enlevo e gratas recordações.

Bendita a vida exemplar, endurecida pela História e pontilhada de trabalho e glória.

Bendita a Magistratura que tem perpetuado em bronze JOSÉ DE MESQUITA.

JOSÉ DE MESQUITA - O POETA

João Antônio Neto

Verdadeiramente, os vivos é que partem e nos deixam sozinhos. Os mortos permanecem, e ficam conosco.

E essa verdade é tanto maior, quando se trata daqueles que transcenderam seu destino individual e se projetaram na vida e na consciência comum - tecendo a teia inconsútil da perpetuidade.

Os grandes morrem, vencendo a morte e, como dizia EXUPÉRY, não são sepultados: são plantados - e, plantados, criam raízes, brotam, frondejam e continuam dando flores e frutos, em todas as estações.

E há mais: toda presença eminente, que transpõe e anula a morte, possui uma certa existência física; sentimo-la, tão viva e tão nítida, como se de sua névoa crepuscular continuasse a transfixar a sombra, para aquecer os corações esmagados pela injúria e insensibilidade do transitório.

Daí, o desafio, na boca do Apóstolo dos Coríntios: “- Onde está, ó Morte, a tua vitória?”

Realmente, onde está?...

....

MESQUITA é um desses que se privilegiaram pela constância de uma vida feita de ação dirigida para a plenitude - o aqui, neste encontro matinal, não desejaria vê-lo e conversá-lo, como aquele que o insuspeito D. AQUINO, na Oração Fúnebre apontou como o portador “*dos dotes que lhe deram a superioridade nas letras matogrossenses*”.

Não queremos dialogar, por ora, com o jurista, o orador, o historiador, o cronista, o romancista, o contista, o sociólogo... Preferimos, para esta oportunidade, ouvir o grande poeta - o lírico dos poemas do Amor, da Natureza, do Sonho e da Arte, em alguns dos momentos inesquecíveis da poética de Mato Grosso.

O AMOR! Que tem a nos dizer o Amor?

*“O nosso coração anseia e clama
pelo amor, luz do céu na terra acesa,
raio de sol, transverberando a lama,
sopro de Deus, que anima a natureza.*

Ou então:

*“A vida se condensa no que amamos,
seja realidade ou quimera esse amor,
seja um ente real ou sonho que ideamos,
seja um pouco de céu, seja um ninho entre ramos,
seja um rio, uma planta, uma estrela, uma flor...”*

E a Natureza:

*“Ouve o rumor que faz a água correr sonora
a casquinhar veloz pela campina a fora;
sente o olor virginal dos lírios mal abertos...*

*Natureza! - Só tu sabes lenir as dores
e fazer vicejar todo um moital de flores
nos sombrios jardins dos corações desertos...*

E o Sonho e a Arte:

*“Ainda hoje acordei muito tristonho
e murmurei numa fatal saudade:*

*“- antes a realidade fosse um sonho...
antes o sonho fosse a realidade...”*

*“Sê forte na bondade e firme na doçura.
Que te importa, a esbater no seu brejal medonho,
dos batráquios a multidão refece e escura,*

*Se tens, para abrigar tua alma dolorida,
esse mirante azul da Poesia e do Sonho,
donde se vê mais bela a paisagem da vida!*

Mas, - a meu parecer - onde o poeta Mesquita alcançou altitudes mais vastas e penetração mais profunda, foi na difícil poesia de reflexão filosófica, onde aparece o homem empenhado em abrir veredas à compreensão superior do Bem e do Amor - como demanda e fim do homem glorificado.

Primeiramente, mostra que o Bem - apesar dos desconcertos do mundo - é a verdadeira força que leva ao amor universal:

*“Ressurge, alma dolente e álgida, que sentias
a morte dentro em ti: acorda para a Vida.
Observa, a cada instante, a mutação dos dias.
Foge à acédia letal, com à infrene corrida.*

*Verás, após a noite, as róseas ardentias
a celegam doirar, agora enegrecida,
e suceder ao rijo uivar das invernias
o hino da primavera esplêndida e garrida.*

*Caduco é o mal. O Bem, somente, eterno dura.
Vive o teu ideal de justiça e bondade,
e, entregue ao teu constante e discreto labor,*

*emergirás da treva à luz serena e pura,
que, defronte do mal, se converte em piedade,
e, ao influxo do bem, se transforma em amor.*

Mas, sem Humildade, o Bem cede ao Orgulho, e este não passa de uma coroa de cera que o menor raio-de-sol pode derreter. Na Humildade esconde-se a verdadeira grandeza:

*“Cultiva sempre essa simplicidade,
que é a flor mais bela que a alma humana ostenta,
e foge aos ouropéis, com que a vaidade
aos nécios e aos fracos alimenta.*

*Singelo, evita em tudo a fatuidade.
A filáucia valor não te acrescenta.
Sê sempre o mesmo, quer na adversidade,
quer na fortuna próspera e opulenta.*

*Tal nô-lo ensina a própria Natureza
que no mérito, árdua e rija frágua,
não no tamanho, põe sua grandeza.*

*Vazias amplidões enerva o vê-las,
enquanto a mais humilde poça d'água
reflete o céu com todas as estrelas.*

Da Humildade, chega-se à paz - essa aura divina que alimenta todas as aspirações redentoras:

*“Imaginas que o Bem ou a Ventura resida
no ouro, que te seduz, na glória que te ilude,
e andas a procurar, numa ânsia estulta e rude,
o teu grande ideal nas miragens da vida.*

*Tem mais calma e beleza a água azul dum açude
do que esses vagalhões de fúria desmedida.
Para que tanto afã, nessa doida corrida,
se um rei e um pária não diferem no ataúde?*

*Vais tão longe buscar o que possúis tão perto
e tendo ao teu alcance a sombra perfumada
do oásis, prefere palmilhar o agro deserto.*

*Ouves a voz que te fala, ensurdinante, a sós:
- Quem crê e ama, não precisa mais de nada...
A verdadeira paz está dentro de nós.*

Todavia, não haverá Paz, sem Justiça e Verdade:

*“Combater contra o mal é tarefa constante,
que a vida nos impõe, nessa dura porfia.
Forte, enfrenta o perigo, instante por instante.
Repouso não terás na peleja bravia.*

*Prossegue, sem temor, o teu caminho avante.
Na vitória final, com certeza, confia,
embora a luta seja árdua e desconcertante,
quando a perversidade à estultícia se alia.*

*Não hesites, porém: a Justiça, a Verdade
hão de sempre vencer no prélio formidando,
as fraudes da protérvia e as manhas da maldade.*

*E da consciência ao fundo hás de sentir, invicto,
que o Bem, batido sempre, acaba triunfando,
pois no tempo ele é eterno e no espaço, infinito.*

E todo esse crescendo nos leva, como num retorno salvífico, ao indefectível valor do mesmo Bem, expresso nesta jóia de arte poética e filosofia cristã:

*“Fazer o bem a quem te retribua,
nenhum merecimento, é claro, tem.
Somente é bom esse que continua,
mesmo em troca do mal, fazendo o bem.*

*Não te preocupe o estrépito da rua.
Ouve a tua consciência e mais ninguém.
A ingratidão na alma serena atua
como incentivo que do céu lhe vem.*

*Porque, fazer o bem buscando o útil,
é um torpe traficar com a caridade
e se pagar com a moeda fútil.*

*Mas fazê-lo ao ingrato e ao desleal,
isso é glória, é beleza, é heroicidade:
é, como Deus, pagar o bem por mal.*

Como já perceberam os senhores, quis fazer desta visita e deste reencontro com Mesquita um convívio diferente, de pura emoção estética, entre tantas pedras frias e flores fanadas, para que, pelo milagre estranho da poesia, esta mesma hora se despisse de luto e de amargura, para transfigurar-se em Beleza e Alegria - únicos sentimentos capazes de redimir o peso e as aflições da Saudade e da Morte.

E esse ágape literário com Mesquita deixaria de ter o seu fecho de ouro, se não o encerrássemos com suas próprias palavras, traduzidas na "Ascensão", que é um dos mais belos cânticos à vida triunfante, que a poesia brasileira tem produzido. Ascensão é a caminhada definitiva para o alto, para a comunhão com Deus e as estrelas - para a glória da imortalidade heróica:

*Íngreme, sinuosa, aspérrima, escarpada,
sob o sol flamejante ou entre tormentas duras,
cheia de abismos maus, que abrem fauces escuras,
vai a estrada coleando, em busca da esplanada.*

*Sobes. E na ascensão, entre angústia e tortura,
trons de ira e de despeito, apodos e assuada,
vês diminuir mais as coisas na baixada
e se abrirem os céus em mais amplas alturas...*

*Has de sempre encontrar urzes pelos caminhos,
serpes por sob a relva e, nas rosas, espinhos,
mas nunca te pareça o teu esforço vão.*

*Lá bem no alto cintila a estrela da bonança,
e além, teu coração, mais do que a vista, alcança
límpido e claro, o azul da eterna Perfeição.*

Cuiabá, 10/03/92

ESTILÍSTICA EM JOSÉ DE MESQUITA

UMA INTRODUÇÃO

Benedito Pedro Dorileo

As palavras assumem no discurso papel importante e menos importante, outras. Há as principais, representativas da idéia-núcleo, traduzem a realidade com imagens-sínteses.

Tomemos este trecho literário, com lição antropológica, de José de Mesquita, em *Os Primeiros Bacharéis Matogrossenses*: *“Elementos estranhos, sobretudo de origem portuguesa e paulista se haviam radicado na terra a que ora os vinculavam laços de sangue, e elos de interesse, constituindo-se dest’arte os prógonos de outras tantas famílias poderosas pela riqueza e pelo prestígio social, e o comércio bem que rotineiro e difícil entra a intensificar-se, multiplicando-se, por outro lado, os engenhos em que a indústria começa a prosperar sensivelmente”* (In *Gente e Coisas de Antanho-Caderno 4*, Ec. 1978, pág. 39).

Achamos os termos principais, reduzindo o grupo fraseológico, em essência, para: Elementos estranhos... radicados... terra... vinculavam laços sangue e interesse... constituindo-se... prógonos... famílias poderosas... comércio... intensificar-se... multiplicando engenhos... indústria poderosa.

A operação simplificadora ocorre com o despojamento dos artigos, adjetivos em parte, preposições, conjunções, verbos, auxiliar e de ligação, pronomes, advérbios em parte, locução adverbial. Ainda poderíamos chegar à redução para apenas os substantivos e verbos. São palavras

reais ou semantemas e instrumentos gramaticais ou morfemas. Sob enfoque rigoroso, pode-se concluir que semantemas são os substantivos e os verbos e, por vezes, o advérbio, o pronome, o numeral, conforme o lugar de expressividade que desempenham no discurso. Os morfemas são os outros elementos de relação ou de precisão.

No cotidiano da vida, a carga de morfemas fica reduzida, principalmente, nestas horas de velocidade e de exigüidade de tempo.

Há a situação em que a linguagem telegráfica pode ser utilizada, com laconismo necessário, economizando tempo, espaço e dinheiro. Por exemplo: “*Cuiabá cem anos quase Cuiabá hoje*”. A esfera de atividade de dinâmica social obriga à redução, à concisão fundamental; avulta-se a palavra real à custa do instrumento gramatical. Em José de Mesquita, na crônica Cuiabá de há um Século, encontramos: “*A Cuiabá de cem anos atrás era - relevem-me tão dura verdade - quase a Cuiabá de hoje*”. Falava o literato sobre o período de 1827 a 1927, lapso de total estagnação da vida cuiabana (Op. cit. pág. 107). Aqui, os morfemas juntaram-se aos semantemas para oferecer maior elucidação e elegância à construção fraseológica.

Não se preconiza o estilo teleográfico, mas se sugere a atenção para a importância dos vocábulos advertindo contra o estilo desmesurado, empolado da multiplicação inútil das palavras, dispensáveis para a absorção do sentido. Nas suas crônicas temos encontrado a medida virtuosa do bom estilo, prevalecendo a sobriedade, com dispensa dos enfeites gongóricos ou inúteis, como se lê em Beleza Cuiabana: Preiteavam-lhe homenagens, rendidos aos seus amavios de viuvinha juveníssima, as mais importantes figuras do tempo” (Op. cit. pág. 117). Os adjetivos caem dosadamente na elaboração da frase, nem mais, nem menos.

As palavras reais salientam-se pela sua força expressiva, despertando imagens das coisas, podendo revestir de aspectos variegados o sentimento pessoal. Neste trecho, José de Mesquita, em O Relógio da Catedral, conversa com a máquina, conferindo-lhe a capacidade de sentir, ver, movimentar, soar, posicionar: “*Mas melhor é que assim te conserves,*

arcaico observador, no silêncio vocal a que te condena a tua própria natureza, pendulando e soando as horas e meia-horas, ao sol dos verões e aos luaceiros do inverno, pois se a palavra te fosse dada, talvez muito amargor nos reservarias no increpar aos cuidados de hoje o seu descaso pela tradição, o seu feiticismo pelas cousas frívolas de hoje, a completa transformação moral que se lhe opera irremediavelmente no caráter"... (Op. cit. pág. 119). As fantasias geradas, aqui, evoluem-se para além do objeto e propicia representações que pouca ou nenhuma relação tem com ele na realidade. Este fenômeno denomina-se de parafantasia, cuja aplicação literária é conhecida pela denominação de linguagem figurada. E cientificamente de Sinestesia a estas interpenetrações de vários sentidos, quando o relógio assume a figuração de pessoa que trabalha, sente, observa, censura e produz o despertar ético.

O senso estético do literato escolhe os vocábulos mais adequados ao seu intento, os torneios de frases, a construção mais eficiente ao seu objetivo de comunicação de idéias ou de sentimentos. É a Sinestesia a sensação pertencente a um sentido que transita para outro por decorrência de sentimentos. Produz a sensação concomitante.

Mais uma crônica mesquitiana. No Campanário, em que encontramos: ... "*subamos ao campanário, em visita aos amigos sinos, que bem no-la merecem, pois compartilham de nossa vida desinteressadamente, dobraram aos funerais dos nossos maiores, repicaram ao nosso batizado e os dos nossos filhos e vão, pela vida afora, nos acompanhando nas mais diversas fortunas, nos alti-baixos da existência*" (Op. cit. pág. 121). Bastou a palavra sino para evocar as mais diferentes imagens, sugerindo o seu som a morte, a vida, o sacramento, a tradição. Como podem também os sons provocar sensações de cor, dor, amor, saudade, tristeza e alegria. O sino, sinestesticamente, pode induzir às imagens de: representação sonora, de imagem motriz do movimento, imagem visual da forma e tantas imagens de parafantasia.

O étimo de sinestesia completa o nosso entendimento: "*S. Do gr. Synaisthesis, ato de perceber uma coisa ao mesmo tempo que outra, sensação ou percepção simultânea*" (Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, José Pedro Machado, Ed. 1967, Vol. III, pág. 2118).

E não bastou a escolha das palavras, mas José de Mesquita procurou a disposição do material lingüístico, tendo em vista as condições da sociedade, a quem dirigia a sua comunicação. Na mesma crônica vemos

novo diálogo sobre o sino, conferindo-lhe “*outras missões*”, confabulando com ele, em produções sinestésicas com apuro de linguagem, dirigida ao estrato social intelectualizado da época: ... “*velhos sinos amigos, ali no seu plácido campanário, tangendo matinas e vésperas, dia por dia, noite por noite, na sua tarefa discreta e bondosa. São eles que levam para o alto os nossos ais rolando em suas vozes - como disse o poeta - e trazem-nos os apelos misteriosos do Infinito, nessa linguagem evocativa dos seus dobres e dos seus repiques*” (Op. cit. pág. 123).

Em José de Mesquita encontramos a exatidão do termo, a propriedade do uso das palavras, tal como os parnasianos e realistas. O emprego excelente dos adjetivos é uma constante, ainda que em certas passagens ocorra a demasia da qualificação, porém, ora reforçando o sentido do substantivo, ora moldando-lhe a diferença de sentido.

Assim, lemos outra crônica mesquitiana, A missa do Espírito Santo: “*Quando o missa cantante galgava, nos seus ricos paramentos, os degraus da Capela-mor e aproximava-se do altar todo florido e iluminado, o corpo desferia os seus cantos harmoniosos e as volutas do incenso evolavam-se lentamente dos turibulos de prata. E grave, solene, majestosa, a missa começava*” (Op. cit. pág. 125). Vê-se, aqui, o uso dos adjetivos: ricos, florido, iluminado, harmonioso; além da alocação adjetiva **de prata**, e ainda do advérbio **lentamente**, e a construção **volutas do incenso evolavam-se**, que redundam a imagem. Deste trecho, aproveitamos para destacar o recurso estilístico da diferença quantitativa em: “*E grave, solene, majestosa, a missa começava*”. A série destes três adjetivos está colocado segundo uma ordem lógica, a própria lógica dos sentimentos: a pompa da celebração eucarística vai-se desenvolvendo numa ordem crescente: primeiro, a austeridade do ato; depois, a magnificência do ato; por fim, a grandeza suprema do ato.

Contrariamente, encontramos, em A Procissão de São Jorge, outra crônica mesquitiana: “*A tropa prestava continência à passagem do General das Milícias Celestes. Era um espetáculo grandioso e impressionante*” (Op. cit. pag. 128). Aqui a ordem lógica está invertida pelo sentimento de mais para menos da representação imaginárias dos adjetivos. É a ordem decrescente: primeiro, a pompa do ato; depois a impressão do ato. E poderíamos entremear o adjetivo altivo. Ainda que tal recurso estilístico requeira cuidados sinonímicos e analógicos.

Dessa forma, o que predomina nas ordens crescente ou decrescente é a intensidade afetiva, carga sentimental dosada hierarquicamente, interessando à Estilística.

Percebemos as palavras que apresentam aspectos variados de uma mesma idéia, a sinonímia gradual empregada; mas é natural que cada um dos elementos da série sinonímica sugira, por seu lado, outras palavras com a qual tem ou pode ter afinidades. Ocorre, então, a chamada associação de idéias, que expressam diferentes acepções, variantes e matizes de um mesmo pensamento. Até mesmo idéias antagônicas. Tomemos um trecho mesquitiano em Migalhas para História da Cidade: "*Cidade velha, com um passado cheio de episódios curiosos, de costumes e usanças bastante típicos, a Capital Mato-grossense daria ensanchas a belos ensaios em que o brasileiro teria muito que lucrar, dada a feição essencialmente nacional do nosso povo, que se explica aliás pela sua posição isolada no centro quase geométrico do continente*" (Op. cit. pág. 133). Temos o adjetivo belos (sing. belo) e isolada (masc. isolado), grifados no texto. A face oposta de **belo** é **feio**, e de **isolado** pode ser **acompanhado**. Assim, a maneira mais prática de buscar o sentido da palavra é encontrar-lhe o antônimo. Dessa forma, o princípio da Analogia é considerar, em primeiro lugar, numa palavra o seu termo antagônico; e depois, todos os termos que se lhe ligam por associação de idéias.

Façamos duas colunas, a primeira contém as palavras relacionadas diretamente com a idéia; a segunda, as acepções antagônicas:

BELO

Substantivos: Beleza, boniteza, bonitura, venustidade, formosura, frescor, lindeza, beldade, encanto, atrativo, primor, perfeição, mimo, louçania, elegância, galhardia, garradice, donaire, graça, airocidade, esbelteza, pomposição, um não sei quê, garbo, requinte, aprumo, esplendor, fulgência, grandeza, sublimidade, celsitude, imponência, suntuosidade, brinco, elevação, nobreza, apuro, delicadeza,

Adjetivos: lindo, bonito, preclaro, galante, formoso, venusto, angélico, gracioso, sedutor, pulcro, elegante, delicado, mimoso, adorável, digno de se ver, escultural, chique, simpático, airoso na forma, garboso, perfeito, esbelto, donoso, donairoso, senhoril, grácil, guapo, bem posto, catita, loução, vistoso, de formas suaves, brilhante, esplêndido, excelente, magnificente, feérico, deslumbrante, espetaculoso,

fausto, embelezamento, aformoseamento, Vênus, Afrodite, Citéria, Hebe, as Graças, Narciso, deidade, ninfa, fada, serafim, arcanjo, rosa, lírio, flor, anêmona.

FEIO

Substantivos: Fealdade, deformidade, disformidade, desprimor, inelegância, deselegância, desfiguramento, hediondez, horribilidade, asquerosidade, porte desengraçado, desaire, desengonço, cara feia, carantonha, corão, carranca, caranchona, caramono, aleijão, especto, sapo, mico, monstro, monstrengo, demônio, mono, Calibã, Esopo, Quasímodo, jacodes, jangaz, chinchila, trangola, espantalho, estupor, bazulaque, figura de pano arrás, feanchão, dentuça, hipopótamo, madrigáz, macho da liteira, chichimeco, urso, macaco, camafeu, careaça, canhão, toupeira, seresma, serpe, bruxa, tarasca, jia, manopla, penca.

ISOLAMENTO

Substantivos: singularidade, isolamento, imparidade, bloqueio, afastamento, separação, incomunicabilidade, solidão, orfandade, abandono, disjunção, indivíduo, um só, uma única voz, nenhum outro, sentinela, insulador, dielétrico.

pomposo, soberbo, radiante, doce, suave, suntuoso, excelso, majestoso, angustal, tentador, digno do pincel de um artista, faustoso.

Adjetivos: feio, como bode, inelegante, deselegante, ingracioso, simiesco, disforme, desproporcionado, desfavorecido, desprimoroso, desairoso, flexípede, demá sombra, façanhudo, contrafeito, pesado, desdentado, anodonte, capriarbudo, carrancudo, trombudo, focinhudo, pseudo, narigudo, pencudo, pençudo, ventruado, vaticoso, de fero aspecto, indisgesto, desinteressante, rebarbativo, encarrontado, horrendo, medúσιο, achaparrado, inartístico, desornado, desaprimorado, grosseiro, deforme, lúgubre, medonho.

Adjetivos: uno, um, único, só, solteiro, viúvo, divorciado, órfão, solitário, sozinho, sem segundo, ímpar, singular, individual, personalíssimo, de sacompanhado, distinto, desamparado, abandonado, entregue aos seus próprios recursos, desirmão, desirmanado, esquecido dos homens, inarticulado, desemparelhado, sem par, dispar, desemparelhado.

ACOMPANHAMENTO

Substantivos: adjunto, contexto, contextura, encadeamento, xipofogia, teratopagia, coexistência, coabitação, inseparabilidade, paridade, conco-mitância, companhia, parceiro, coe-ficiência, acessório, companheiro, asso-ciado, parceria, comparte, comanditário, sombra, satélite, consorte, parasita, séquito.

Adjetivos: concomitante, gêmeos, trigêmiolos, coexistentes, coabitantes, emparelhados, emparceirados, juntos, inseparáveis, casados, amigos, misturados, unidos, ladeado, acessório, acidental.

Se assim é feito para todas as coisas fundamentais que possam suscitar outras idéias, e, por conseguinte, outras formas de expressão, teremos chegado ao Dicionário Analógico. Vê-se a importância, para o escritor e para o estilista, desta pesquisa. *"In casu"*, valemo-nos do Dicionário Analógico da Língua Portuguesa (idéias afins), Ed. 1974, de Francisco dos Santos Azevedo.

Se atentarmos bem, concluiremos que o substantivo pouco difere do adjetivo; em resumo, são dois aspectos de uma mesma lingüística. A própria origem do nome tem mais de adjetivo do que de substantivo. Investigando lingüisticamente, vemos que, ao princípio, todos os seres foram designados por uma qualidade fundamental, que os caracterizava. E usual é tomar o adjetivo pelo substantivo. Vejamos em *Os Planos de Magessi, crônica mesquitiana:...* *"naquele meio da Cuiabá colonial dos começos do século XIX, onde já havia uma sociedade, com foros de fidalguia, ricos mercadores, gente que se dava por fina e de boa linhagem, escandalizada ante a sencerimônica do governador, que se permitia ajudar o fabrico do sabão por economia doméstica"* (Op. cit. pag. 173). A língua de cunho impressionista faz avultar a qualidade sencerimônica, um neologismo, acima do objeto, faz da qualidade o próprio objeto. O adjetivo vê-se substantivado. O substantivo vai muitas vezes empregado como adjetivo: também este serve não raro como substantivo, tanto na linguagem comum, como na literária. Este princípio tem apreciáveis aplicações na Estilística.

Observo, por fim, nesta despretensiosa análise, que o gênero prosa de José de Mesquita, quando muito dele nos lembramos neste ano centenário do seu nascimento, provoca sempre doce estesia, uma sensação permanente de beleza estética, pela inteligente escolha dos elementos na propriedade e na disposição sonora das palavras, da sua combinação na frase e da disposição artística dos acentos, dos conceitos novos que evoca na produção suave da linguagem figurada. O seu gosto literário expressa o temperamento do homem culto e religioso. A imagem de José de Mesquita não está senescente, mas atual em nossas recordações literárias e do nosso espírito.

Cuiabá, maio de 1992.

HOMENAGEM A JOSÉ DE MESQUITA

Vera Randazzo

SENHORAS E SENHORES!: Quisera ter uma parcela da sabedoria rutilante do luminoso e ínclito vulto que me coube homenagear, no dia do centenário de seu nascimento!

Quisera ter verbo inflamado de um poeta condoreiro, para tecer as loas de uma figura ímpar no cenário das letras e da magistratura mato-grossense!

Quisera ... oh, quanto eu quisera, traduzir com a magia de palavras altissonantes, minha admiração pelo grande gênio chamado JOSÉ DE MESQUITA!

No entanto, se não tenho os dons de um Aquino Corrêa, ou as vozes de um Cícero, será com a alegria de minha pequenez que vou exaltar o fundador desta Academia Mato-grossense de Letras, da qual foi o Presidente por 40 anos, sendo também o titular de cadeira nº 19, cujo patrono é o também imortal Couto de Magalhães, cadeira que hoje, modestamente ocupo.

José de Mesquita que nasceu no dia 10 de março de 1892 e cujo centário de vida completa-se nesta noite de gala em meio às emoções de todos nós, era filho do diamantinense e seu homônimo José Barnabé de Mesquita e de D. Maria de Cerqueira Caldas, sendo neto pelo lado paterno do Capitão Barnabé de Mesquita Muniz e de D. Maria Rita de Mesquita. O capitão morreu muito cedo, deixando ao filho ainda adolescente, a sagrada tarefa de cuidar de mãe viúva e três irmãs: Isabel Perpétua, Ana

e Daria. Pouco tempo depois, os Mesquitas, mudam-se para Cuiabá, devido principalmente a então decadência de Diamantino. Emprega-se o jovem chefe de família, numa casa comercial, onde pela sua capacidade logo chega a guarda-livros. Além de sustentar decentemente os seus, estuda com afinco e dotado de invulgar inteligência, habilita-se e conquista o cargo de advogado provisionado da Comarca de Cuiabá.

Progredindo, exerce vários cargos como Auditor de Guerra, ainda no tempo do Império e professor de Latim no Liceu Cuiabano e já na República foi diretor da Tipografia Oficial. Político liberal, foi jornalista e era ardente abolicionista. Casou-se com D. Maria de Cerqueira Caldas em 1891 e um ano depois, com apenas 37 anos faleceu, deixando ao seu único filho de apenas cinco meses, além de seu próprio nome, uma herança prenhe de exemplos dignificantes, tanto de vida profissional como da familiar.

É patrono da cadeira nº 27 desta Academia, hoje ocupada pelo ilustre historiador Ubaldo Monteiro da Silva.

Alguns anos mais tarde, a jovem viúva uniu-se em segundas núpcias, ao comendador Antônio Tomaz de Aquino Corrêa, viúvo de D. Maria de Aleluia Gaudie Ley, mãe do imortal e brilhante Príncipe da Igreja de Mato Grosso, que governou e pacificou nosso Estado de 1918 a 1922, e que é também luminar das letras mato-grossense de renome internacional.

O menino José encontraria no seio do novo lar muito carinho e dedicação, embora continuasse sendo o enlevo das três tias paternas, duas das quais morreriam solteiras e centenárias na casa do querido sobrinho.

Estudou no Liceu Salesiano São Gonçalo e completou seu curso de Ciência e Letras que corresponde, hoje, a 2º Grau, em 1907, o que fazia sua tia Dadá dizer, feliz: “- *Quinze anos e já formado em Belas Letras*”!

Viaja então o jovem estudante para São Paulo, ingressando na famosa Faculdade de Direito do Largo São Francisco, onde teria como colega, dentre outros Menotti Del Picchia que seria o autor de “*Juca Mulato*”, “*As Máscaras*” e outros belos poemas e de quem seria amigo por toda a vida.

Inicia, então, José de Mesquita, sua carreira literária, mandando para o Jornal "O Comércio" de Cuiabá, sob a direção de Estevão de Mendonça, deliciosas crônicas, intituladas "Notas Paulistas" e é interessante ver a São Paulo do inverno de 1910 com os olhos do moço cuiabano de 18 anos:

"Por vezes, se a noite eu me ponho a perambular ociosamente pelas ruas e praças desertas, minha imaginação me faz ver, passando sob a garôa, embuçado numa longa capa romântica, o vulto de Álvares de Azevedo ou Castro Alves, ou qualquer outra alma como a deles que andou a amar e sonhar nesta paulicéia formosa. É então que São Paulo me aparece como sempre imaginei: a grande e tradicional Cidade Universitária, cheia de dia, de estudantes que não estudam, e, de noite, de românticos sonhadores que passeiam o seu amor e as suas tristezas sob a garôa que desce suavemente do alto..."

Pensando nas moças e senhoras daqui conta algo sobre a moda:

"Sob os abafados trajés de lã, enlavadas e de ricos chapéus, vejo passar famílias para o cinema. Os chapéus de inverno são em forma de um turbante mourisco, e sobre certos rostinhos são de um efeito encantador".

Mas dá também, o nosso estudante de Direito, notícias das personalidades estrangeiras que visitam o Brasil e faz comentários quanto às idéias dos visitantes e certas manifestações contra:

"É preciso deixar de vez esses hábitos e acostumarmos a ver nas convicções dos outros, o direito de existir que não queremos negado as nossas convicções. Quando andou por aqui, Anatóle France, falou-se muito em protesto, em manifestações contra a estada e visita do velho literato da simpática nação francesa. Agora com George Clemenceau. Felizmente esses protestos não têm eco fora de

casa. Ao contrário, fariam péssima recomendação aos nossos costumes nacionais, à nossa apregoada hospitalidade''.

Numa crônica fala sobre a recepção e João do Rio, na Academia Brasileira de Letras.

Em outra, rejubila-se com a queda da monarquia em Portugal e quando Olavo Bilac esteve no Teatro Santana, José de Mesquita está e conta para Cuiabá:

“... o poeta discorreu adoravelmente, encaloradamente sobre as mulheres de Shakespeare, entremeando a conferência de trechos do grande bardo inglês, traduzidos por ele mesmo em admiráveis versos e ao sair cada expectador trouxe, como eu, trechos encantadores de frases, beleza figuras e mais belas idéias, inda a lhes cantar no ouvido, como a magia infável de uma verdadeira sinfonia!”

Em junho, acha sem graça as festas juninas de São Paulo, atribuindo o fato ao temperamento retraído, mais familiar que social que caracterizava o paulista. Aí, então, a saudade aparece e escreve:

“Entre nós, nessas boas terras de Mato Grosso, e principalmente em Cuiabá, as festas de São João, como todas as festas populares, têm outro atrativo. As nossas noites de São João, com as fogueiras, as sortes, os jogos de prenda e as danças, são noites que fazem a gente, no meio desta vida prosaica, acreditar por um momento na existência da Poesia”.

E termina, cheio de melancolia, desejando que:

“Deus queira que a civilização custe muito a penetrar em Mato Grosso, e que possamos, ainda, ver por mais de 50 anos o São João festejado com fogueiras e cantigas suaves que se perdem na doçura da noite límpida e estrelada, quando começa o amanhecer”.

Em 1913, com apenas vinte e um anos, conclui o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, sendo ele, o jovem cuiabano, neto do Capitão Mesquita de Diamantino, escolhido pelos seus dotes excepcionais, para ser o orador da turma.

...

Quando muito jovem, José de Mesquita, aproximou-se da doutrina do filósofo francês, Ernesto Renan e de outros livres-pensadores, afastando-se da religião de seus maiores, causando certo constrangimento à sua família profundamente católica. Mas este afastamento foi breve, causado pela juventude, em geral contestadora, tanto que alguns anos mais tarde, diria no seu magnífico soneto intitulado "Jesus":

*"O mundo quis viver sem ti e viu que a vida, sem a Tua
palavra eterna que conforta,
É uma gleba maninha, estéril, ressequida..."*

Em 1915, recebe como esposa Ana Jacinta, de dezessete anos, filha do Desembargador João Carlos Pereira Leite e de D. Amélia de Cerqueira Pereira Leite.

Foi um casamento e ao lembrá-lo diria no ocaso de vida:

*"Encontrei a mulher que me servia. Amorosa, fiel,
meiga e, sobretudo, pura, virgem de corpo e alma. Desfrutei
o amor em todas as suas modalidades, em toda plenitude.*

*Se morresse ao cabo de uns dias de casado, poderia
dizer: Gozei a vida em toda a sua essência, do amor o
capítulo sumo".*

Nasceram-lhes oito filhos, três falecidos na primeira infância, mas criaram Gui, Amadeu, Maria Amélia, Maria de Lourdes e Fernando.

Perdendo sua dedicada esposa em 1942, desposou três anos depois sua cunhada Laura Pereira Leite, reconstituindo novamente, um lar feliz onde nasceria José Carlos, o que o faria dedicar à esposa o soneto "Maternidade", do qual extraímos estas estrofes:

*“Faltava a tua meiga formosura,
Ao teu encanto, à tua mocidade,
O que à mulher completa e transfigura,
O halo sublime da maternidade.
E, hoje, ao ver-te a feição mais doce e pura,
Toda a exalar paz e felicidade,
Teu filho ao colo, a mim se me afigura
Que atinges, a integral maturidade.”*

JOSÉ DE MESQUITA (que não gostava do Barnabé) iniciou sua vida profissional, como professor de Português da Escola Normal, nomeado pelo Dr. Costa Marques em 1914. Pediu exoneração no ano seguinte, pois é nomeado Procurador Geral do Estado.

Jovem, formado em faculdade de renome, conhecido e admirado pelo que escrevia para a imprensa cuiabana. José de Mesquita é cotejado e convidado para os mais altos cargos, principalmente por sua idoneidade moral, mas submete-se a concurso público para o Tribunal de Relação (hoje, Tribunal de Justiça) e sendo aprovado é nomeado em abril de 1920, com Juiz de Direito da Comarca de Araguaia. Diria mais tarde:

“Araguaia, saudosa estância que marca para mim, o início de minha carreira judiciária, e as impressões desse período jamais se me apagarão da mente”!

Foi professor de Direito Constitucional da Antiga Faculdade de Direito de Cuiabá e Desembargador do Tribunal de Justiça, do qual foi Presidente de 1930 a 1940.

Disse dele, o Desembargador Antônio de Arruda, seu insigne colega na Magistratura, nas Letras e também membro deste sodalício:

“Era de ver, por exemplo, o orgulho com que se referia à sua profissão de advogado - não por ela em si, mas porque o ligava ao genitor que também o fora. Ingressando na magistratura, fez dela parte mais fecunda de sua carreira, e suponho que das maiores satisfações que teve foi quando um dos filhos e um genro o acompanharam neste setor, e ao saber estar o caçula recém-formado preparando-se para seguir-lhe as pegadas”.

Como não tive a felicidade de conhecer tão extraordinária personalidade que foi José de Mesquita e ocupando hoje a cadeira que foi dele, nesta Academia Mato-grossense de Letras, procuro ansiosamente conhecê-lo através de depoimentos dos que tiveram a ventura de privar de sua intimidade ou foram seus contemporâneos. Procuro também, conhecê-lo através de seus artigos publicados em jornais ou revistas, ler suas biografias de vultos históricos, seus estudos genealógicos, discursos, poemas, seus contos e romances, alguns difíceis de serem encontrados, outros ainda inéditos, pois vasta, variada e fecunda foi a obra deixada por este escritor invulgar, grande nos gêneros literários.

Mas é também como pessoa que José de Mesquita me fascina. Foi um homem especial e novamente busco em Antônio de Arruda dados para traçar-lhe o perfil:

“Ninguém levaria como ele tão sério as obrigações sociais; datas natalícias de amigos, colegas e confrades, momentos de alegria e de dor, tudo era motivo para as suas expansões oportunas e cordiais...”

Como Presidente desta Academia Mato-grossense de Letras e orador perpétuo do Instituto Histórico de Mato Grosso do qual foi também Membro Fundador em 1918.

José de Mesquita falou sobre esta Casa Barão de Melgaço, em 1930, quando foi doado pelo Governo do Estado, para todo o sempre nela funcionar estas duas, sem dúvida, mais importantes entidades culturais de Mato-Grosso:

“Mais nobre, mais coerente finalidade lhe não poderia ser dada. Que lhe seja, pois, doravante, o seio fagueiro da intelectualidade patricia, o remanso sereno onde, ao abrigo das procelas que se agitam no torvelim das paixões, possam expandir-se em fecunda atividade criadora, os pendores humanitários da ciência e as puras elocubrações do sonho!”

JOSÉ DE MESQUITA passou quatro décadas de sua vida, fazendo pesquisas em arquivos públicos e eclesiásticos, decifrando cartas régias e documentos coloniais, estudando processos criminais, inventários ou sesmarias, lendo as memórias das viagens setecentistas ou relatórios provinciais, folheando velhíssimos livros de batismo do registro de necrópoles, de onde desencava fatos históricos esquecidos e personagens ainda estudantes de vida, para reuni-los sob a epígrafe "*Gente e Coisas de Antanho*". Publicados inicialmente em jornais cuiabanos e depois nas revistas da Academia Mato-grossense de Letras e do Instituto Histórico de Mato Grosso, no período de 1925 a 1954, foram reeditados pela Prefeitura da Capital em 1985, quando era prefeito, o agora Deputado Federal, Dr. Manoel Antônio Rodrigues Palma, sob a coordenação do historiador Carlos Rosa.

Nestas exaustivas excursões aos poeirentos alfarrábios, levantou a origem das principais famílias daqui e a dos aristocráticos barões e seus descendentes, deixando para a posteridade, as sempre consultadas obras, *Genealogia Cuiabana* e *Nobiliarquia Matogrossense*.

Grande orador; seus discursos são lembrados como verdadeiras peças literárias de valor imperecível, como o que disse em Campo Grande ao paranimfar uma turma de normalistas. Publicado em 1940, esse discurso de José de Mesquita, poderia ter sido repetido neste último domingo, Dia Internacional da Mulher, dia que há 50 anos não era comemorado. Lerei apenas dois parágrafos:

"O século XX é o século da Mulher. Nunca gozou de maiores prerrogativas e, por isso mesmo, nunca lhe passaram sobre os ombros mais árduas responsabilidades. As conquistas feministas valem, sem dúvida, pela aquisição de maiores direitos, mas importa, paralelamente, no investimento de mais graves deveres".

"O homem sempre se outorgou, egoisticamente todos os direitos, dando à mulher, na comunhão do lar, tão somente as obrigações. A mulher moderna é colaboradora do seu companheiro. Trabalha e lida, atira-se como ele ao vórtice da vida, e sofre junto dele, nessa luta áspera que é a existência, luta na sua essência, no seu desenvolvimento e na

sua finalidade. Mas para isso há que entrar blindada do aço da sua resistência moral, armada como a clássica Minerva, da sua couraça e inteligência e, ao mesmo tempo, aureolada como as madonas da nossa crença, desse elo sobrenatural da Virtude - que é força, e da Graça -, que é beleza. Só assim a mulher realiza o verdadeiro sentido do feminismo”.

E quanta delicadeza, quanto respeito, quanto bem querer deixa transparecer o poeta, quando fala sobre a Mulher e, se às vezes vai além, às regiões perdidas da alma e busca os frêmitos mais íntimos, o faz de tal forma que mesmo a sensualidade que se evolva dos seus poemas e sonetos não avilta nunca a imagem feminina, pois que o seu sentimento é grande, é verdadeiramente cósmico e é assim que ele vê a Musa Amada:

“Na Canção da Inquieta Procura”:

“Tu me esperaste ...

E quando eu vim de todas essas distâncias

No tempo e no espaço,

dos longes do Passado, dos combates ásperos

com monstros, feras, dragões e gnomos,

vendo-me vencedor de todas as batalhas,

Bandeirante, Cavalheiro, Herói, Marujo ou Cruzado.

Tu, que me esperavas,

Não olhaste as pedras, o ouro, as láureas e os troféus ...

“Abriste-me apenas,

Num gesto manso e bom, suave e enternecido,

Teus braços que me esperavam

E me estreitaste docemente de encontro à tua alma...”

É também o poeta ecológico que canta as belezas naturais de sua terra e que conhece os meandros das suas serras e paredões, da chuva e do vento e que ao ouvir o murmúrio das águas, diz ao rio Coxipó:

“Vi-te a nascente, a linfa clara e pura,

e o curso cheio simuosidade

te acompanhei, no serro ou na planura

cheio de graça ou de impetuosidade!

E à cachoeira:

*“E eis que tombas, da alta serra,
mostrando aos que o cair, assombra e aterra
que até na queda pode haver grandeza.”*

E à uma ave do Pantanal:

*“Sob o céu rosicler, na manhã cor de rosa
Passa, ruflando no ar, suas alas rosadas,
o róseo colhereiro, a voar sobre a barrosa
e plácida extensão das imensas aguadas”.*

E comovido fala para uma árvore centenária:

*“Mas eu te quero mais e te amo quando,
na tristeza das tardes de janeiro,
te vejo as folhas secas revoando
ao vento frio, oh velho tarumeiro!”*

Ligado desde seus tempos de estudante a instituições culturais de São Paulo, como ao Clube Minerva, ao Grêmio Olavo Bilac e ao Grêmio “Onze de Agosto”, continuaria, JOSÉ DE MESQUITA, a manter estreito relacionamento com a intelectualidade paulista, por toda a vida, sendo membro atuante do Instituto Heráldico e Genealógico de São Paulo e da Academia de Ciências e Letras de São Paulo. Em Campinas era membro do Centro de Ciências Letras e Artes e do Centro de Cultura Intelectual.

No Maranhão era membro da Casa Humberto de Campos e no Estado do Espírito Santo, do Grêmio Literário Rui Barbosa, do Centro de Cultura Humberto de Campos, do Círculo dos Amigos de Marden e do Grêmio Literário Euclides da Cunha.

Correspondia-se e fazia parte, no Pará, da Academia Paraense de Letras e no Rio Grande do Sul era membro do Instituto Rio-Grandense de Letras, do Círculo Rio-Grandense de Difusão Literária e da Academia Rio-Grandense de Letras.

Em Minas, era correspondente da Academia Mineira de Letras, no Ceará, do Instituto do Ceará e, no Rio, era membro da Academia Carioca de Letras e da Academia Pedro II.

Em seu Estado natal, JOSÉ DE MESQUITA foi do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, seu sócio fundador e orador perpétuo; da Academia Mato-Grossense de Letras, também, sócio e seu presidente desde sua fundação em 1921 até sua morte em 1961 - por quarenta anos, onde ocupava a cadeira nº 19, cujo patrono é o inolvidável presidente provincial e escritor Gal. Couto Magalhães.

Era também sócio benemérito da Sociedade Literária Rui Barbosa e do Grêmio Castro Alves, ambas em Cuiabá. De Guiratinga, era membro efetivo do Intercâmbio Cultural.

Além desses, era JOSÉ DE MESQUITA, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto Genealógico Brasileiro e da Federação das Academias de Letras do Brasil.

Suas atividades epistolares e culturais estendiam-se ao exterior, como, por exemplo, nos Estados Unidos, era membro honorário do International Institut of American Ideals, de Los Angeles e, na Europa, era Comendador da Grand Prix Humanitaire de Belgique, em Bruxelas.

Na América do Sul, era sócio honorário, na Argentina, do Instituto de La Cultura Americana e, no Uruguai, membro correspondente do Confraternite Universelle Balzacienne, cuja sede era em Montevidéo.

UM POUCO DA EXTENSA BIBLIOGRAFIA MESQUITIANA

Por três décadas, a literatura de Mato Grosso, foi enriquecida com sete livros de poemas de JOSÉ DE MESQUITA:

POESIAS	- 1919
TERRA DE BERÇO	- 1927
EPOPÉIA MATO-GROSSENSE	- 1930
TRÊS POEMAS DA SAUDADE	- 1943
ESCADA DE JACÓ (sonetos)	- 1945
ROTEIRO DA FELICIDADE	- 1946
OS POEMAS DO GUAPORÉ	- 1949

Constam, também, de sua bibliografia:

UM PALADINO DO NACIONALISMO	- 1929
O TAUMATURGO DO SERTÃO	- 1931
O ATENTADO CONTRA A JUSTIÇA	- 1932
O SENTIDO DA LITERATURA MATOGROSSENSE	- 1937
PELA BOA CAUSA	- 1937
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA	- 1937
O SENTIDO DA BRASILIDADE NA HISTÓRIA DE MATO GROSSO	- 1939
NOS JARDINS DE SÃO JOÃO BOSCO	- 1941
O EXÉRCITO, FATOR DE BRASILIDADE	- 1941
A ACADEMIA MATOGROSSENSE DE LETRAS	- 1941
BIBLIOGRAFIA MATOGROSSENSE	- 1941
AS METRÓPOLES CUIABANAS	

E sobre a MULHER:

O CATOLICISMO E A MULHER	- 1921
SEMEADORAS DO FUTURO	- 1930
DE LÍVIA A DONA CARMO	- 1939
PROFESSORAS NOVAS PARA UM MUNDO NOVO	- 1940

Colaborador assíduo da imprensa mato-grossense, suas crônicas, artigos ou poesias, eram estampados pelos jornais "O Povo", "O Mato Grosso", o "Correio do Estado", o "Correio Mato-Grossense", "O Democrata", "A Cruz", jornal da Arquidiocese que dirigiu por mais de 20 anos, "O Estado de Mato Grosso", este, enriquecido com as famosas Crônicas Domingueiras.

Seus trabalhos podem também ser encontrados pelos pesquisadores da literatura mato-grossense em revistas como hoje extinta "O Cruzeiro", de Cuiabá, "A Revista da Academia Mato-Grossense de Letras", a "Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso" e os Anais Forenses que fundou e dirigiu por muitos anos.

Escrevia também para a Revista da Faculdade de Direito de São Paulo e para a Revista do Brasil e a Revista Nova, ambas também de São Paulo. No Rio de Janeiro sua produção era publicada pelo "O Malho", pela "Ilustração Brasileira", pela "Aspectos e Cultura Política" e pela Revista das Academias de Letras. Em Campo Grande, na Revista "Civilização".

Em agosto de 1940, JOSÉ DE MESQUITA apresentou ao IX Congresso Brasileiro de Geografia, "*A Chapada Cuiabana*", ensaio que focaliza as condições sócio-econômicas do grande planalto mato-grossense. Este importante trabalho foi reeditado em 1977, pela Fundação de Mato Grosso, graças à sensibilidade do seu então presidente, o insigne historiador, Dr. Lenine de Campos Póvoas.

Aliás sobre a Chapada, JOSÉ DE MESQUITA publicou na Revista do IHMT, volume XXV, uma monografia intitulada "Grandeza e Decadência da Serra-Acima".

Mestre na arte do conto, retratava através deles, os costumes e as letras de nossa terra, com grande realidade e fino humor. Publicou em 1928, "*A Cavallhada*" em 1932 "*Espelho d'Almas*", coletânea premiada pela Academia Brasileira de Letras e, em 1942, sai a lume "No tempo da Cadeirinha". Publicou o romance "*Piedade*" e em 1958, concluiu "*Imagem de Jaci*", também romance, entretanto inédito.

E por fim, destacamos as biografias de personalidades históricas, escritas ora através de discursos, ora de ensaios, como os de João Paupino Caldas, Antônio da Costa, Caetano Manoel Faria e Albuquerque, Manoel Alves Ribeiro, Couto de Magalhães, Frei José Maria Macerata e outros ainda, que encontram-se dispersos nas revistas e jornais já citados.

José de Mesquita foi condecorado, em 1933, pelo Papa Pio XI, com a comenda da Ordem de São Silvestre, pelos serviços prestados a Ação Católica.

Em 1936, representou o Tribunal de Justiça, no Congresso Nacional de Direito Judiciário e na Conferência Brasileira de Criminologia.

No mesmo ano, representou a Academia Matogrossense de Letras, no 1º Congresso das Academias Brasileiras e, em 1938, representou o Instituto Histórico de Mato Grosso e o Estado, no Congresso Histórico Nacional.

Em 1960, recebeu a medalha de pacificador, do Ministério da Guerra, pelos serviços prestados à Pátria.

Faleceu nesta capital a 22 de junho de 1961 e dele disse, em conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, o Dr. Virgílio Corrêa Filho:

"Difícilmente encontrarão quem o substitua, com equivalentes credenciais, de cultura embebida de humanismo, capacidade rara de trabalho e vontade resoluta de bem servir à coletividade, a que se irradiava a sua simpatia envolvente."

Há alguns anos um dos filhos de José de Mesquita, o também jurista, Dr. Fernando de Mesquita, ofereceu-me o cópia de um documento inédito, escrito talvez num momento de comunhão com Deus e que foi por ele lido, quando o governador Cássio Leite de Barros inaugurou, no Palácio da Justiça, o busto do inesquecível Desembargador, concretizando no bronze a idéia lançada pelos doutores: Luis-Felipe Pereira Leite e Gervásio Leite e Rubens de Mendonça.

Esse depoimento, intitulado "*Confissões*", comoveu a todos os presentes e ao mundo intelectual cuiabano, pois de todos era desconhecido, mesmo dos amigos mais íntimos, mesmo dos parentes mais próximos.

Peço permissão à família Mesquita para lê-lo:

CONFISSÕES

“Vou-me de contas pagas vida. Capital e juros. Pago e satisfeito. Que mais queria eu? Tive tudo. Perdi cedo o meu pai, mas tive quatro mães carinhosas. Minha mãe e três tias; uma destas, professora, que me ensinou com carinho maternal.

Recursos nem pouco para passar privações, nem tanto que me envaidecesse ou levasse a pândega. Em tudo moderado, abastado, meio têrmo.

Cedo me formei, bacharelado em Letras aos 15 anos e em Direito aos 21. Fiz todo o meu curso sem reprovação, com algumas distinções. Nunca tive atrito com um mestre, posto jamais os adulasse.

Gozei muita saúde. Nunca tive doenças dessas que a gente se vexa. Nunca joguei a dinheiro, nem me embriaguei. Não tive amásias. Casei-me cedo, que ainda é melhor. Encontrei a mulher que me servia. Amorosa, fiel, meiga e, sobretudo, pura, virgem de corpo e de alma. Desfrutei o amor em todas as suas modalidades, em toda plenitude. Se morresse ao cabo de uns dias de casado, poderia dizer: gozei a vida em toda sua essência, do amor o capítulo sumo, na expressão de Bilac.

Feliz na carreira. Alcancei o pináculo aos vinte e nove anos, nomeado desembargador, sem que jamais fosse preciso agachar-me para galgar as posições.

Feliz com os filhos. Todos são fortes e sadios. Passei pela dor de perder três deles, que reputo, entretanto, uma felicidade para eles.

Nas letras, enquanto não conseguisse até agora o que sempre almejei quando moço, fui além do que devia esperar. Nunca tive grandes decepções, nem fui jamais desastrado por amor à literatura. Ao contrário, os meus trabalhos sempre mereceram boas referências dos mestres. Tenho

conseguido tudo sem jamais perder a fé, minha força e a esperança, meu sustento.

Os meus maiores prazeres na vida - o convívio com a família, as leituras e as viagens, tenho conseguido realizar plenamente.

Nunca pratiquei uma indignidade de que tenha que me envergonhar diante do meu ego sum. Encontrei na segunda mulher uma irmã gêmea da primeira. Não tenho inimigos. Não guardo ódios nem ressentimentos, pois cultivei sempre a ventura suprema de saber perdoar sem, todavia, esquecer as ofensas.

E, por isso tudo e por não me ter faltado a Graça de Deus, julgo-me feliz, por ter vivido e, sereno, se a morte, a qualquer momento, me quiser...”

Senhores: esse foi o grande vulto que hoje festejamos nesta comemoração, à qual com profunda emoção me associei.

Procuramos manter bem viva e gloriosa, essa figura ilustre que engrandeceu nossa terra, esse grande bardo matogrossense, esse gigante talentoso que brilhou em tão variadas formas literárias.

Saúdo, enfim, o nobre JOSÉ DE MESQUITA, com os olhos úmidos de emoção, vendo nele a imperecível beleza dos vultos imortais de nossa pátria, que lampejam para sempre em nossa terra livre e pujante de brasilidade!

E quero encerrar com estes versos, lema da própria vida de José de Mesquita:

*“Vive
Como se cada dia
fosse o primeiro de uma vida nova
- da tua vida, construtiva e boa
mas vive, igualmente
como se todo o dia
fosse o final da tua vida,
o último dia aproveitado
para fazer o bem, embora apenas cólhas
ingratidões, aleives e injúrias!”*

Exmo Sr.:

JAI ME VERÍSSIMO DE CAMPOS
DD. GOVERNADOR DO ESTADO e GRÃO MESTRE DA ORDEM
DO MÉRITO DE MATO GROSSO
PALÁCIO PAIAGUÁS - CPA
CUIABÁ - MT

A veneranda cuiabana ARACY RONDON AMARANTE completa, nesta data, 99 anos e sete meses de idade, na cidade serrana de Petrópolis-RJ, na Rua Barão do Amazonas, nº 88, em meio ao carinho e ao zelo das quatro filhas sobreviventes dos cinco filhos do seu feliz consórcio com o Major do Exército Brasileiro, Emanuel Silvestre do Amarante, morto quando trabalhava na extensão da linha telegráfica Mato Grosso ao Amazonas, em agosto de 1929, sepultado no Cemitério de Porto Velho, onde ficou "*Como marco solitário na imensidão da Amazônia*", no dizer da própria viúva, em resposta à comunicação que lhe fiz de ter visitado o seu jazigo, em 1º de novembro de 1973, sempre cuidado pelo Comando do 5º BEC, ali sediado.

Delegada Federal do Ensino, aposentada, é filha primogênita do insigne "*Civilizador do Sertão*" Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon e de sua insigne consorte Francisca Xavier do Prado, já falecidos. É nora do ilustre cuiabano Manoel Peixoto Corsino do Amarante, brilhante oficial do Exército Brasileiro, engenheiro militar, inventor do engenho do balão cativo utilizado com sucesso em 1867 na Guerra do Paraguai; preceptor dos príncipes e professor emérito da Escola Militar, onde pontificou ao lado de Benjamim Constant, Marechal Marques da Cunha e outros brilhantes educadores brasileiros, cujo sesquicentenário de nascimento ocorreu em 04 de fevereiro do corrente ano. Corsino do Amarante é patrono da cadeira 21 da Academia Matogrossense de Letras, por mim ocupada desde 08 de abril de 1946, em homenagem a quem acabo de publicar sugestivo florilégio intitulado "*EDUCADOR DE ESCOL*", do qual faço anexar um exemplar.

Quando da inauguração do telefone em Mimoso, berço natal do Marechal Rondon, o então Ministro das Comunicações falou diretamente com dona Aracy, em Petrópolis. Na ocasião tive oportunidade de, dali, também falar com ela, minha velha e querida amiga dos idos universitários e, emocionada, me falou do seu amor pela terra do berço e ao Mimoso e da sua saudade por Cuiabá que há tantos anos deixara.

O Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, em sessão de 30 de maio último, aprovou por unanimidade minha proposta no sentido de oficiar a V. Excia. no sentido de ser outorgada à veneranda centenária cuiabana Aracy Rondon Amarante a Ordem do Mérito de Mato Grosso, como homenagem e reconhecimento a quem tão alto e, sempre, soube ilustrar e dignificar a mulher matogrossense.

É o que me cumpre fazer, preclaro Governador e Grão Mestre, esperando seja acolhida como de direito e de justiça.

Respeitosamente

Luis-Philippe Pereira Leite

Presidente

OF/SCCC/3343/92

Cuiabá, 16 de julho de 1992

Senhor Presidente,

Recebemos com especial atenção o expediente de V. Ex^a datado de 13 do corrente mês, comunicando aprovação por unanimidade da proposta de outorgar à Veneranda Centenária Cuiabana **Aracy Rondon Amarante**, a Ordem do Mérito de Mato Grosso.

Ao ensejo, informamos a V. Ex^a que o Exm^o Sr. Governador Jayme Campos concederá a honraria e o cerimonial do Governo tomará todas as providências necessárias objetivando a organização da solenidade.

Sendo o que se nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos com protestos de real apreço.

Antônio Alberto Schommer

Secretário-Chefe da Casa Civil

Ilm^o Sr.

LUIS-PHILIPPE PEREIRA LEITE

MD. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

N e s t a

MCSM/BBFF

ANTECEDENTES E CONSEQÜÊNCIAS DA CONJURAÇÃO MINEIRA

Satyro Benedicto de Oliveira

‘Nada Supera o Valor de um Dia’

GOETHE

Do notável Dom Francisco de Aquino Corrêa ocupo a tribuna
estética para cumprir honroso mandato com que me distingue o ilustre
confrade, Presidente Clóvis de Mello, a fim de algo aduzir sobre **Ante-
cedentes e Conseqüências da Conjuração Mineira**, maior cruzada patri-
ótica de aspirante libertação colonial.

Personalidade forte, com o povo irmanado - curandeiro, dentista,
tropeiro, estudioso e prático de mineralogia, mascate, militar, entranhado
autodidata -, tornou-se, o mineiro da gema Joaquim José da Silva Xavier,
um sobranceiro Libertador (rija têmpera de aço - inquebrável aço de
Toledo), inserido na saga prodigiosa de George Washington, Juan José de
San Martín, Simón Bolívar, Pablo Benito Juárez, Giuseppe Garibaldi, etc.!

Causas múltiplas, internas e alheias, provocaram (1789) Conspira-
ção intrépida no sagrado solo das Gerais, que Dom Pedro I denominaria
heróica província. O movimento audacioso de belo irredentismo hauriu
vigor na emancipação das treze colônias inglesas da América do Norte (04/
07/1776), que suscitou brasileiros moços de Universidades européias.
*‘Em Coimbra, doze estudantes, combinando declara do Brasil indepen-
dente, comprometeram-se a levar avante a idéia, quando fosse possível’*
(Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro - História
Geral do Brasil, 4ª ed., tomo IV, São Paulo, 1952, pág. 311).

Novas concepções, políticas e filosóficas, empolgavam a Europa, desencadeando, em 1789, a Revolução Francesa, com a destruição da Bastilha, cárcere modelo de nefando absolutismo (14 de julho).

Patrícios jovens de abastadas famílias, que no Continente Velho cursavam (Paris, Londres, Bordéus, Montpellier), cedo captaram devaneios transformadores.

Na França, o Enciclopedismo, sob o império da razão, domina o Século das Luzes (1701/1800), reagindo ao pensamento medieval para insuflar os próceres da Revolução Francesa, primordialmente no enfoque da *“Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão”*. Visa dignificar a Inteligência, que pode tudo esclarecer, inclusive os dados da Revolução, para servenia ou emenda.

Já o Iluminismo - filosofia das luzes -, influxo, na Alemanha, de Humanismo resultante da Renascença (Séculos XV e XVI) e que, só no século XVIII, dos Países Baixos, da França e da Inglaterra oriundo, essencialmente **crítico**, veio consistir em **análise** posta sob o axioma de que toda realidade, material ou espiritual, é suscetível de sofrê-la. Importa clarear intelectos, despertando-lhes com perspicácia o hábito de **análise**, à evidência da qual se dissiparão as obscuridades da mente, responsáveis por todos os males, paixões, tiranias, ódios antiquíssimos. Eis a definição precisa do cerebral Emmanuel Kant: *“Iluminismo é a emancipação do homem, egresso da menoridade intelectual, onde até então voluntariamente vivia. Chamo menoridade a incapacidade humana de usar sua inteligência, sem tutela exterior. Incapacidade, falha moral, quando procede, não de uma deficiência de discernimento, mas de uma falta, de coragem e de energia, imputável à vontade”*. **Ousa empregar teu juízo!** É o lapidar **código iluminista**.

Das luzes do século entusiastas, nutridos em cidadelas de nítida evolução democrática, os aplicados mineiros mostraram a excepcional tônica da maquinação valente. Assim, lugares da Europa - França na vanguarda - constituíram fonte das noções políticas e os Estados Unidos,

paradigma de sua concretização. Liam-se os filósofos daquela e os autonômicos fatos do hemisfério setentrional. Manuseavam-se cópias da Constituição ianque - 17 de setembro de 1787 (lacônica: sete artigos). Estratificada rocha das instituições americanas, tarefa inestimável - quase quatro meses - dos delegados (39 signatários) à Convenção de Filadélfia, o documento presidencialista duradouro atinge 205 anos, mudando, não na essência, mas nos acidentes - resguardada terminologia escolástica -, via retoques textuais ou várias decisões da Corte Suprema.

No rol dos intestinos *'leitmotiv'* (motivos condutores), abrangentes, regionais, os de natureza econômica e tributária granjeiam destaque. Ao redor de 1750, vagarosa exaustão das minas corrói a Capitania declinante; produção parca impele árdegas hostilidades a Lisboa e seus caprichos mesquinhos. Aturdem as desavenças - mineradores *'versus'* agentes do fisco -, à conta da modalidade vil por que se arrecada o imposto sobre o ouro.

As Casas de Fundição continuam reclamando a quina, parte do peso do louro metal derretido. Apático aos tormentos da comunidade, o Governador de Minas, Luís Antônio Furtado de Mendonça, Visconde de Barbacena, resolve lançar **derrama** (cobrança de tributos atrasados, pelo Marquês de Pombal instituída em 1765), prenunciativa de violência (os Dragões - oficiais do Governo lusitânico - poderiam residências invadir, saquear, prender e torturar os que se opusessem). Em 1789, os quintos não pagos totalizavam 596 arrobas de ouro, importância que a população exangue não suportaria quitar, mesmo sob a espada de Dâmocles (perigo iminente de outra derrama).

Imposições da geografia e razões de sangue, robustecidas pela flagrante mágoa da Metrópole glacial, juntaram-se na característica moldura de um propósito brasileiro que fina flor da sociedade viabilizava em desveladas e doutas lucubrações. À sua maneira, por exemplo, sem o saber, singularizaram-se os revoltosos: primeiros tributaristas do país.

Não se discute, outrossim, a convicção de nacionalidade que

patenteava, para breve consolidar-se no Brasil, sonhando todos com a Independência e a República. Límpida emerge sublevação corajosa dos não resignados perante os falsos ditames da Coroa malévola.

Brioso espírito de auto-suficiência procura dar política exequibilidade à tendência nativista que reapontava no subconsciente da população, malgrado parcelas não apoiarem: temor da repressão lusitana, que pretéritas rebeldias já punira, e descrença porque nada reverteria situação miserável.

Imediata seqüela: prisão dos envolvidos, ante a delação ignóbil dos traidores, coronel contratador Joaquim Silvério dos Reis e dois cúmplices.

Duas devassas (perto de três anos) redundaram em sentença condenatória, modificada pela Rainha D. Maria I, a **Piedosa** (punição letal só para o conjurado mais pobre, menos letrado, de família não influente, o bravo Alferes Joaquim José da Silva Xavier que, traído, em tempo nenhum atraçou, com a culpa "*in totum*" arcando!).

Trago a lume conseqüências de vulto:

1) Fomento para vindouros esforços de rebelião, como a Inconfidência Baiana ou Conjuração dos Alfaiates, fruto da 1ª Sociedade Secreta do Brasil, congraçando eruditos - "*Loja dos Cavaleiros da Luz*" -, na Bahia fundada em 1797 (como égide preceitos do Iluminismo e das Revolução e Maçonaria Francesas - liberdade, igualdade, fraternidade). Na manhã de 12 de agosto de 1798, muros de Salvador cobertos de cartazes (concitação ao povo para insurgir-se, defendendo a "*República Baiense*", que poria em voga igualdade social, franquia de comércio, livre trabalho, extinção dos privilégios e preconceitos). Fernando José de Portugal e Castro, 2º Marquês de Aguiar, Governador da Bahia, de 1801 a 1806 penúltimo Vice-Rei, suprimiu a intentona, com a detenção dos rebeldes, aos quais diferentes penas cominadas (**de morte**, para os quatro líderes mulatos - **alfaiates** João de Deus e Manuel Faustino dos Santos Lira, de 17 anos, e soldados Lucas Dantas e Luís Gonzaga das Virgens).

2) O Príncipe D. João, adiante D. João VI, assumiu governo em 10 de fevereiro de 1792 (impedimento da mãe - Rainha D. Maria I -, acometida de loucura) e, oficialmente, tomou a regência - 16 de julho de 1799. Em 1807 obrigado a transferir-se, com a Corte, para o Brasil, devido à inimizade Portugal-França (luso território por tropas napoleônicas invadido: chefe o General Andoche Junot, duque de Abrantes. O último Vice-Rei, D. Marcos de Noronha e Brito (8º Conde dos Arcos), governou de 1806 a 1808, cabendo-lhe, a despeito de recursos exíguos, aprestar o Rio de Janeiro para receber D. João, D. Carlota Joaquina e o séquito.

A esquadra que, a 27 de novembro de 1807, de Lisboa zarpuu (a bordo régio pessoal), de quinze naus e dez mil personagens compunha-se. O soberano, exercitando vigente direito de **aposentadoria real**, inúmeras casas requisitou, para que alojados fossem os membros de sua comitiva, nelas postas iniciais P.R. - Príncipe Regente -, que a plebe traduziu: "Ponha-se na Rua"! 08 de março de 1808: efetuaram os cariocas recepção festiva e surde mais uma etapa em nossa História, findando a era dos Vice-Reis, mediante o princípio da cognominada **inversão brasileira** (simples colônia para sede da Monarquia).

3) Revolução, Insurreição Pernambucana (1817) - A economia do açúcar (numerosos engenhos) acarreava série de compromissos (impostos exorbitantes, opressora gestão militar, descontentamento coletivo).

Anseios autóctones jungiam-se disparando Pernambuco na rota revolucionária. Entidade secreta idônea, o Areópago de Itambé, da lavra do Padre Arruda Câmara, polarizou a emissão de anticoloniais pruridos.

Análogo foco emancipacionista: o Seminário de Olinda, pelo Bispo Dom José da Cunha de Azeredo Coutinho criado em 1800 (atividade saliente de Miguel Joaquim de Almeida Castro, Padre Miguelinho).

No estabelecimento que lhe forneceu rótulo, em 1801 desabrochou a Conspiração dos "Suassunas" quando, para subverter, pernambucanos

de gabarito se harmonizaram. Divulgação minúscula (quedou-se nos intentos). Não desvalioso germe fecundaria, contudo, 16 anos avante.

Decorosos militares, padres, maçons e políticos, num somatório proficuo se agregaram, "*verbi gratia*" Domingos José Martins, José Inácio de Abreu e Lima - Padre Roma -, José de Barros Lima - "*Leão Coroado*" -, Padre Miguelinho e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva (Ouvidor em Olinda, irmão do Patriarca José Bonifácio).

Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Capitão-General Governador, futuro Marquês da Praia Grande, ordenou a prisão dos insurgentes (março de 1817). Resistiram os militares, o Governador preferiu capitular, implantando-se a Revolução (exaltado Capitão Pedro da Silva Pedroso garantiu a vitória). Com cinco representantes de cada classe (clero, magistratura, comércio, agricultura e forças armadas), Governo interino prevaleceu, durante dois meses e meio, com adesões vizinhas (parte do Nordeste obstinada).

Por baixo do guante de D. Marcos, então Governador da Bahia, Insurreição quimérica, de cunho republicano e federativo, malogrou (mentores condenados à morte - fuzilados alguns, outros enforcados - e os restantes prisioneiros, muitos anistia ganhando em 1820).

Das transatas diferindo, a conflagração de Pernambuco chegou a instalar governação republicana, escolher bandeira e, no romântico delírio, preparou Lei Orgânica, descortinando incipientes ângulos de potestade raquítica.

4) Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1822, declarada por seu Defensor Perpétuo, D. Pedro I, às margens do Ipiranga, três décadas após enforcamento e retalhadura ignominiosos.

5) Proclamação da República, fundada - 15 de novembro de 1889 - pelo Marechal, Generalíssimo, Manuel Deodoro da Fonseca, deposto D. Pedro II, um século depois da sacrossanta rebelião nas Alterosas.

6) O estandarte formoso para o alvitrado regime (proposta de Joaquim da Silva Xavier: triângulo rubro - a Santíssima Trindade -, nele gravado significativo lema, sugerido por inconfidente-poeta, o graduado Inácio José de Alvarenga Peixoto - verso éclogo de Virgílio escorreito: "*Libertas qual sera tamem*" - **Liberdade ainda que tarde**. Não é que o Estado montanhês adotou a **dupla simbologia** (bandeira triangular e consentânea divisa), protótipo, aliás, de Governo modesto, como convém à República, e austero, qual o gosto dos mineiros.

No ducentésimo aniversário de abjeta execução da figura dramática de Tiradentes, máximo Herói da Pátria inconsútil, aquele que olvidar soube o pensamento de sua pessoa, de sua carreira e de sua vida, para unicamente abraçar-se na flama de alto e nobre anelo, doando a existência em holocausto ao veemente sonho de querer o torrão natal grande, livre, belo, soberano, justo, próspero, cioso do presente, dono do porvir, árbitro de sua sorte, reivindico para Minas uma vocação liberal estupenda, sem descurar os graves problemas que a comunidade afligem.

O social-liberalismo palmeará, plácido, custoso trajeto rumo a modernização impostergável. Friso, porque pertine, a descomplicada lição do Chanceler atuante, renomado Professor Celso Láfer: "**O liberalismo de inovação mescla modernidade com aspirações éticas de justiça.**"

Volvamos raciocínios e corações, refletindo e vibrando, em direção a Ouro Preto, por iniciativa de Getúlio Dornelles Vargas uma Cidade-Monumento, ao insigne Presidente familiar - com 14 anos (1897) lá estudou, "*in fine*" revendo-a (visitante colhedor de sinceras homenagens do Governo e do Povo), em 21 de abril de 1954, pouco antes do shakespeariano epílogo (24 de agosto), nota solene de um deliberado sacrifício: pelo ferido pundonor, pessoal e político, matou-se, numa voragem vesana siderado, e tragicamente saiu da vida para entrar na História! "*En passant*" recordo que o meridional estadista criou, na veneranda capital da unidade mediterrânea e da Independência metrópole

augusta, o Panteão do Museu da Inconfidência, para onde - gesto carinhoso e altivo - deslocou a repatriação das cinzas puras dos admiráveis nacionalistas de Vila Rica!

Em discurso rutilante (19/02/1925), na Câmara Municipal ouro-pretense, ao entronizar do Sagrado Coração a Imagem, *“o encantador, o impecável Arcebispo de Cuiabá, eclesiástico dos melhores, poeta dos maiores, nas alturas bondoso, como são os eleitos da Providência, etc...”* (opinião certa de meu grande mestre, orador consumado, brilhantíssimo Acadêmico Pedro Calmon), laureado Príncipe da Igreja e da Literatura, múltiplo Dom Aquino, reluziu:

“Assim como, Senhores, atestando aquelas primitivas convulsões telúricas, ficou, no alto das vossas montanhas, o monumento eterno do Itacolomy, assim também, culminando a história das vossas reivindicações políticas, a ombrear com estas cumeadas alterosas, emergiu, um dia, por sobre a cidadela coberta dos Capitães-Generais, a coluna granítica de Tiradentes.

Ao influxo divino destas bênçãos, há de sempre mais expandir-se o fluido misterioso e irradiante dessas energias imponderáveis, que fizeram de Ouro Preto, destronada embora das galas do seu principado político, a metrópole espiritual de Minas.

E ao sairmos desta casa e desta solenidade, uma impressão se nos grava, indelével, na alma, em contraste com a palidez mortal dos horizontes das capitais decaídas: é a de que Ouro Preto não morre, Ouro Preto revive sempre das próprias cinzas, Ouro Preto, a Vila Rica de antanho, nunca deixará de ser a cidade rica de fé, rica de liberdade, rica de tradições gloriosas, que transfiguram o seu ocaso, nos esplendores de uma apoteose perene”.

Autoridades, consócios, distinto público:

Povo sem fé, sem crença, é o mesmo que povo desenraizado, errante, flutuante, aciganado, infixo, voltívolo, infirme, nômade. Reverenciemos todos, em concorrida cerimônia lítero-cívica, o mais extraordinário vulto de homem de convicção íntima, no Brasil nascido. Sua impressionante fé não conheceu meio termo, nunca lorigou incertezas e limitações. Tiradentes acreditou na Pátria que alvorejava. Conduzido ao suplício, demonstrou irreprochável confiança em Deus e fé apostólica na vida eterna (Campo de São Domingos ou Lampadosa - Rio de Janeiro: sábado bonito, sol a pino, maio-dia; olhos no céu, lábios em prece, voz plangente, vago sorriso na boca, mãos algemadas envolvendo crucifixo, magra, cerácea, sobrenatural criatura, tocada de santidade, serenamente sobe 24 degraus do cadafalso maligno - espessas e grisalhas, barbas longas e largas no peito agitando - e, ao fatal empuxo do verdugo Capitania - melancolia silente, na perplexa multidão, metamorfoseia-se num global grito de pavor -, estrangulado sucumbe!).

Não titubeou em compreender que poderia o sacrifício **valer a pena**, extremo ato de fé na humanidade plausível! Projetou que merecia, o Brasil póster, a luta, o sofrimento, a morte, até no atíbul, por sua independência: marcante sinal, traço inequívoco de fé alcandorada! Porquanto "*Morrer*" é também um dos atos da **vida** "(Marco Aurélio, de Roma "*sapiens et probus Imperator*"), "Uma **vida** bem empregada conduz a uma **morte** tranqüila" (Leonardo da Vinci, universal gênio da escola florentina).

O predestinado liboês Fernando Antônio Nogueira Pessoa (13/06/1988 - 30/11/1935), da derradeira flor do Lácio maior poeta moderno, super-Pessoa heterônimo, enfatizou: "*Morrer é a curva da estrada, morrer é só não ser visto*" e "*A vida é breve, a alma é vasta*". Como Tiradentes (12/11/1746 - 21/04/1792), não inteirou, cinquentenário (45 anos, o libertário-mor, 47, o bardo-geômetra).

"*Valeu a pena?*" Indaga Fernando Pessoa, para logo aclamar:

"*Tudo vale a pena, se a alma não é pequena*"!

é um absurdo que fere e macula a imagem do grande líder, por ser, tal fato, obviamente inverídico.

Durante a citada reunião, o Sr. Ernani Calhao, perante todos os presentes e a totalidade da imprensa convocada pelo MUXIRUM, assumiu a autoria da distorcida divulgação, alegando tê-la redigido respaldado em obras de eminentes historiadores, cujas cópias exasperadamente atirou sobre as mesas à frente dos convidados.

Após sua inflamada e temperamental dissertação, o Sr. Ernani grita teatralmente desesperadas indagações aos presentes: "*Generoso Ponce foi um mentiroso? Virgilio Correia Filho foi um mentiroso? Lenine Póvoas é mentiroso? Generoso Filho mentiu? Mente Joaquim Ponce?*"

O Instituto Histórico não se fez presente na ocasião para caçar mentirosos ou para julgar quem o seja, uma vez que o seu compromisso quase centenário é apenas com a verdade histórica, sem se preocupar com autores de mentiras, pois estes e estas sempre aparecem por si. Deixe-se ao nobre representante do MUXIRUM esta tarefa.

Assim, analisemos apenas os documentos apresentados pelo Sr. Ernani Calhao e que lhe serviram de base para a fantasiosa matéria divulgada pela televisão.

Das indagações e pelo exame do material com que fomos brindados, podemos responder: Não! Generoso Ponce nunca foi mentiroso, Virgilio Correia Filho não mentiu e não sabemos que Lenine Póvoas jamais tenha feito. Porém, em momento algum eles declararam haver sido "*instaurada*" uma república independente em Mato Grosso, e consequentemente, haver sido o Estado "*reintegrado*" ao Brasil pela contra-revolução de 1892. Tampouco o afirmou Generoso Ponce Filho em sua obra "*Generoso Ponce - Um Chefe*". Todos apenas fazem referências à ata de uma reunião em Corumbá, onde a República Transatlântica tentou nascer, mas morreu ali mesmo por ser considerada uma idéia absurda.

História se faz com documentos, atas, documentos oficiais, fatos comprováveis e fatos autênticos. Qualquer informação particular, não

comprovável, deve ficar restrita ao seio familiar, pois não serve de base para a verdade histórica. Serve de indício tão somente.

Antes de mais nada, busquemos o verdadeiro significado das palavras, e para isso, recorramos ao dicionário e vejamos o significado da palavra INTENTONA: *“Intento louco, plano insensato. Conluio e/ou TENTATIVA de motim ou revolta”*.

Bem andou a Prof. Terezinha Arruda, que declarou durante a reunião do MUXIRUM e depois perante as câmaras da TV Rondon - Canal 5 - em 30 de abril próximo passado: *“O que houve foi uma intentona”*. Demonstrou assim, a competente mestra, familiaridade com o sentido das palavras, pois intento não quer dizer realização.

Um dos autores mais insistentemente citados pelo veemente orador do Muxirum, foi o historiador Joaquim Ponce Leal, cujo trabalho *“A sedição separatista e a contra-revolução integracionista de 1892 no Oeste”* foi publicado nos *“Anais do Congresso Nacional de História da Propaganda, Proclamação e Consolidação da República no Brasil”*, que constitui o seu carro-chefe na matéria. Vejamos o que informa esse fértil escritor:

1 - *“Talvez o mal estar que a revelação desse episódio pudesse causar em certas áreas talvez explique em parte o silêncio quase completo sobre a estranha sedição de 1892. Sobre o assunto há somente na História do Brasil de autoria do Conselheiro Pedro Calmon, uma ligeira referência”* - disse o prof. Artur Cesar Ferreira Reis ao apresentar meu ensaio *“Os Homens e as Armas”*

COMENTÁRIO - Há apenas uma *“ligeira referência”* na História do Brasil de Pedro Calmon. Imaginem se houvesse realmente havido a separação da maior unidade da federação na época. Pedro Calmon e todos os demais historiadores teriam sido tão omissos? Não, teriam se dedicado com afinco ao estudo de tal episódio e publicado muita coisa sobre o mesmo.

2 - *“A agitada vida pública do principal protagonista desse capítulo de nossa história, o comandante da contra-revolução que vence os rebeldes, não lhe deixou muito tempo para falar ou escrever sobre o assunto (somente uma vez discursaria no Senado a propósito desses eventos do início da República) e a inexistência de historiadores em Mato Grosso, contribuiu para ocultamento da sedição que esteve na iminência de amputar do Brasil as magníficas regiões ocidentais”*.

COMENTÁRIO - Generoso Ponce, por ter tido agitada vida pública, realmente não teve tempo para falar ou escrever sobre os seus feitos, porém Generoso Ponce Filho o fez com muita honestidade e detalhamento. E para espanto e pasmo de muitos, o autor Ponce Leal, nega a existência de historiadores em Mato Grosso. Dessa forma nega a existência de Estêvão de Mendonça, Luiz Philipe Pereira Leite, Rubens de Mendonça, Virgílio Correia Filho, Lenine Póvoas, Adauto de Alencar, João Moreira de Barros e outros. Pode ser que o autor desconheça esses ilustres homens que tanto vasculham as coisas do passado desta terra. Mas ignorá-los, negá-los chega às raias da má-fé. Outrossim disse o autor em iminência de se amputar Mato Grosso do Brasil. Se esteve na iminência, é lógico que tal não aconteceu. A mais, esta tentativa de separação, muito propriamente foi denunciada pelo então deputado Antônio Azeredo na Câmara dos Deputados, segundo o mesmo Leal. Aqui mesmo o autor exalta a *“natureza separatista”* da revolta, citando texto da ata da reunião de 30 de março de 1892 em Corumbá. Mas como, se foi nessa mesma ata que todos os nossos historiadores se basearam para afirmar que a idéia separatista não encontrou eco?! A análise do historiador mostra uma tendenciosidade não permitida em história, pois retira da ata tão somente aquilo que lhe interessa e possa abalisar seus pontos de vista.

3 - *“Sem cortinas de fumaça ou disfarces, ‘tal era a situação gravíssima que tinha chegado o Estado de Mato Grosso, e a tal ponto que fora ali proclamada a República Transatlântica de Mato Grosso, separada do Brasil’”, conforme iria declarar em discurso no Senado a 2 de agosto de 1901, o chefe que reprimiu e derrotou o levante separatista, Senador Generoso Ponce”*.

COMENTÁRIO - Fazemos uma pausa para revermos o dicionário; PROCLAMAR - *“Anunciar em público, em voz alta. Aclamar. Publicar, promulgar, decretar. Afirmar com ênfase. Eleger, intitular”*. Assim proclamar não é implantar ou instaurar. Generoso não mentiu ao Senado e a ninguém. O coronel Barbosa proclamava em todos os lugares por ele frequentado, o seu desejo de sedição. Porém se deu mal ao fazê-lo numa reunião onde se encontravam matogrossenses e militares patriotas. Aqui o seu intento foi abortado, segundo os termos da ata reconhecida e mencionada pelo próprio Ponce Leal. Voltemos ao dicionário para melhor ilustração. REINTEGRAR - restabelecer na posse de um bem, de um emprego. Repor no mesmo lugar, reconduzir, ser novamente investido. INSTAURAR - Começar, iniciar, estabelecer, formar, promover. Fundar, inaugurar, organizar. Renovar. Na mesma pg 16 do trabalho, o autor acusa a influência de “dogmas da seita positivista” para sedição. Imaginem, Benjamin Constant e Rondon, seguidores das idéias positivistas, em conluio para o esfacelamento do Brasil. Não há como conceber tal pensamento.

4 - *“O Coronel João da Silva Barbosa comandante do 7º Regimento de Cavalaria Ligeira, é aclamado Presidente da Nova República”*

COMENTÁRIO - A aclamação pode ser feita até por uma só pessoa. Ademais, até animais irracionais já foram aclamados para o desempenho de cargos eletivos, sem contudo nunca

terem o seu registro aceito. Ao fim desta mesma página lemos a referência a um "Decreto nº 2 da Junta Governativa" e indagamos: Não havia, segundo o autor, uma República com um Presidente? Então porque da Junta Governativa? Havia dualidade de governos? Quais eram os limites territoriais da nova República?

5 - *"No tesouro do novo país existe ouro, prata e papel no valor de 400 contos de réis..."*

COMENTÁRIO - Onde ficava o tesouro da República Transatlântica?

6 - *"Com gente de vários pontos do Estado forma um exército irregular de 1.500 homens. Assume o comando e aos 10 de abril entra na capital e cerca o arsenal, sede do Governo rebelde"*

COMENTÁRIO - Mas o governo da república rebelde não era Corumbá? Nunca poderíamos imaginar um país novo, sem governo, sem território e sem população, sem reconhecimento oficial internacional, enfim, sem nada além de uns poucos militares separatistas. Segundo o autor, em sua opinião, o Governo e as forças existentes em Cuiabá, eram do Estado de Mato Grosso, portanto, parte integrante do Brasil.

7 - *"O esquarteramento do Brasil esteve iminente em 1892"*

COMENTÁRIO - Aqui o autor diz até mesmo uma coisa possível: "iminente". Já comentamos a respeito. Nessa mesma página e nas seguintes o autor se mostra habilíssimo em construir "moinhos de vento". Porém, quem quer escrever sobre a história de um lugar deveria, primeiramente, vir buscar subsídios em locais onde os fatos ocorrem e não simples notícias de alhures, negando a existência de historiadores nesta terra.

8 - À pág. 172 o redator volta a citar a Ata de Corumbá como autêntica e novamente confessa que houve a iminência da separação: "As

ligações internacionais dos rebeldes de 1892, um pouco mais do que evidentes, estão implicitamente confessadas na ata firmada em Corumbá, na qual se escreveu a intenção de ceder aos britânicos o território matogrossense”.

9 - À pág. 174, citando Barbosa Lima Sobrinho, ao examinar “tese” de “um dos seus livros”, o redator transcreve: “*A sedição de Mato Grosso de 1892 foi a única revolta brasileira realmente separatista. É o que se depreende de seu ensaio, pois resultou de uma conspiração internacional...*”

COMENTÁRIO - Mesmo aqui a fonte foi o próprio redator, e o citado historiador acadêmico eximindo-se da responsabilidade para com a verdade histórica ressalta: “*é o que se depreende...*”.

10 - Na mesma pg. 174 lemos literalmente: “*E a bandeira azul, branca e verde, onde fulgurava solitária estrela amarela da República Livre de Mato Grosso, foi vencida, rasgada pelos soldados e desapareceu para sempre”.*

COMENTÁRIO - Transcrevemos um ato do primeiro governador do Estado no período republicano:

“*Ato nº 2 - O brigadeiro Antônio Maria Coelho, Governador do Estado de Mato Grosso por aclamação popular e nomeação do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:*

Art 1º - A bandeira particular do Estado Federal de Mato Grosso será azul, com losango branco, no centro deste uma esfera ou globo verde e uma estrela amarela com os raios tocando a circunferência da esfera.

Art 2º - Esta bandeira será alvorada nos dias de gala, abaixo da bandeira nacional'' - Cuiabá, 31 de janeiro de 1890.

Desconhecendo tudo sobre Mato Grosso, até mesmo a sua bandeira, no afã de tentar provar a sua tese histórica, o autor chega mesmo a confundir o pavilhão matogrossense. Transforma assim, Generoso Ponce e seus companheiros legalistas, em desavisados rasgadores de bandeiras de seu próprio estado natal.

O que se pode dizer de uma obra que versa sobre a história de um Estado, negando seus estudiosos, ferindo idéias de um seu grande personagem, e até mesmo desconhecendo um de seus símbolos cívicos? Nada. Nada a aproveitar de tal trabalho, pelos erros, pelas inverdades, pelas confusões que adredemente comete.

Assim, aí estão, Sr. Caçador de Mentirosos, as armas que nos foram fornecidas por VS mesmo.

O Instituto Histórico foi ao Muxirum numa atitude de apoio e assessoria, sem querer ferir vaidades. E todo este episódio, se conduzido com mais critério, menos vaidade pessoal, menos personalismo e temperamentalismo, e sobretudo, com mais honestidade histórica, poderia ter se desenrolado sem ofender famílias e pessoas que são verdadeiras legendas em nosso Estado.

Convidar D. Maria Müller, figura venerada por todos os membros do nosso Instituto e da Academia Matogrossense de Letras, é tentar colocá-la contra essas entidades. Perversidade também foi o desrespeito em parodiar torpemente uma sublime mensagem de Ponce à sua esposa D. Marianinha, e gritar grotesca e teatralmente nos sensíveis ouvidos de poeta de D. Maria Müller, nomeando-a embaixadora junto aos mortos, e, petulantemente, se assinar como amigo. Transcrevemos a sanguinária paródia:

“D. Maria Müller. Tenha fé em Deus. Estou vendo como se pode resolver este assunto sem perigo de vida.

Abrace e beije por mim nossos mortos queridos que muitas vezes não podem buscar homenagens que seus filhos lhe dedicam. Do amigo...”.

Pedimos desculpas a todos os ofendidos na trágica noite de 29 de abril de 1992, se, inocentemente, provocamos tal situação por julgarmos nosso dever.

Porém cabe também ao Muxirum Cuiabano desculpar-se perante D. Maria Müller e seus familiares; ao Instituto Histórico; às autoridades presentes e ao povo em geral que ouviram bobagens históricas lançadas na televisão.

O Instituto Histórico sempre estará pronto para estudar e rever seus conceitos sobre nossa história, desde que convençam argumentos baseados em documentação legítima, incontestável. Não em artigos pré elaborados com o intuito de louvar a antecedência genealógica de seu autor.

Esta nota teve que vir a público porque a público foi levada uma questão que julgávamos eticamente particular e íntima pelo respeito a uma organização, dita cultural, como o Muxirum Cuiabano.

Cuiabá, 5 de maio de 1992

LUMINAR DA FISILOGIA

Luis-Philippe Pereira Leite

Corria o ano de 1.952 e o médico Prof^o Zeferino Vaz conseguia colocar em funcionamento a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. O seu empreendimento alcançou tamanho êxito que mais tarde seria convocado para instalar as Universidades de Campinas e de Brasília. Em agosto de 1.953, meu mano José Venâncio Pereira Leite, em ascensão para lograr a cátedra de Fisiologia da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, especialmente convidado pelo Prof^o Zeferino Vaz, passava a integrar com os professores J. E. Krigger, Renato Megliorini, J. E. Medeiros, o Departamento de Fisiologia da novel Faculdade Ribeiropretana, na aprazível Fazenda Alegre, outrora Escola de Agronomia do Governo Fernando Costa, onde hoje se instala o Museu do Café, lembrando os faustos daquela cultura nos primitivos tempos da região. A equipe seria completada, nos planos do Prof^o Zeferino Vaz, por conhecido cientista alemão de então. Os entendimentos a respeito não lograram sucesso e em seu lugar veio o Prof^o argentino Miguel Rolando Covian, assistente do Prof^o, também argentino, Bernard A. Houssay, único sul-americano detentor do Prêmio Nobel de fisiologia, em 1.947. Covian iniciou atividades em Ribeirão Preto a partir de abril de 1.955. Já participara de inúmeros congressos internacionais da especialidade e era um nome já conhecido e consagrado no mundo científico. Mas tarde Covian trouxe compatriotas amigos como o Prof^o Marcejan e Maria Lico que depois de 1.980 seria titular, após o falecimento de José Venâncio. Anette Hofmann que fora assistente do fisiologista francês A. M. Monier e o goiano-matogrossense Antunes completariam a equipe. Medeiros passaria a integrar a novel faculdade de medicina de Campinas, sua cidade natal.

Covian naturalizou-se brasileiro e submeteu-se ao concurso para titular de fisiologia em Ribeirão Preto, abrindo caminho para os demais integrantes da equipe. Concedia-se-lhe a precedência e a liderança que passou a exercer no Departamento em consonância com a própria antiguidade, pois nascera em 07/09/1913. Para sua companhia, solteirão que era, trouxe da Argentina sua estremecida mãe Maria Covian, que residia no Colégio Vita et Pax, das irmãs belgas, conceituado estabelecimento de ensino em Ribeirão Preto, onde veio a falecer aos 94 anos de idade, pouco antes de seu filho expirar, em 05/02/1992, aos 78 anos completos.

Dotado de excelente cultura humanista, era Covian um professor cordial e compreensivo com os colegas e bondoso com os alunos. As suas férias e os seus feriados prolongados gostava de passá-los na Cidade de Franca, com os monges cistercienses, dos quais se tornou amigo desde a sua chegada ao Brasil.

Sempre que ia a Ribeirão Preto meu mano José Venâncio e a minha cunhada Odila reservavam um dia para um contacto mais demorado com o Professor Covian, já que desde o primeiro instante guardamos profunda admiração mútua. Por isso mesmo, na tarde de 05 de fevereiro, ao receber a triste notícia do seu falecimento, mandei rezar missa na Basílica do Bom Jesus, para sufragar a alma boníssima daquele homem que, sem dúvida alguma, foi um luminar da fisiologia.

LÉCIO GOMES DE SOUZA

João Alberto Novis Gomes Monteiro

Médico oficial superior da reserva do Exército Brasileiro, escritor, poeta, historiador, professor universitário e grande orador. Lécio Gomes de Souza nasceu a 6 de janeiro de 1909, filho de Felisberto Gomes de Souza e Jovita de Castro Souza, na fazenda do Feliz Destino, distrito de São Pedro de Itabapoana, município de Mimoso do Sul, Estado do Espírito Santo. Foi criado na Fazenda da União, na mesma região onde fez seu curso primário no Colégio Santa Cecília. O curso secundário no Ginásio 28 de Setembro, no Rio de Janeiro, e no Liceu de Humanidades, de Campos, ambos no Estado do Rio de Janeiro. Em 1932 terminou o seu curso médico na Faculdade Nacional de Medicina (Praia Vermelha). Quatro anos depois, 1936, terminava o seu período de estudo na Escola de Saúde do Exército e iniciava efetivamente a sua brilhante carreira de médico militar, na qual em 1963 se reformou como General de Divisão RI Médico.

Dentre muitos cargos e funções exercidas paralelamente na vida civil, destacamos: inspetor de Higiene do Estado de Goiás em Pires do Rio, Santa Cruz e Campo Formoso; presidente da Associação Médica de Corumbá, da qual foi um dos fundadores; professor titular de Literatura Brasileira do Instituto Superior de Pedagogia de Corumbá, do qual era também membro fundador.

Dê mais de um dezena de sociedades culturais e científicas a que pertenceu, Lécio Gomes de Souza era membro titular da Cadeira nº 3 de Academia Matogrossense de Letras e membro titular da Academia Sul-Matogrossense de Letras. Recebeu inúmeros diplomas e certificados de participações premiações em concurso de trovas, título honoríficos e de cidadania.

Além de inúmeros discursos e artigos em diversos jornais e revistas, publicou os seguintes livros:

“*História de Uma Região: Pantanal e Corumbá*”.

“*Bacia do Paraguai, Geografia e História*”.

“*História de Corumbá*”.

Encontra-se pronto para a publicação um livro de poesias de sua autoria, prefaciado pelo jornalista Ronaldo de Castro, membro titular da Academia Matogrossense de Letras.

Relendo o “*curriculum vitae*” de Lécio Gomes de Souza, por ele mesmo elaborado, não encontrei uma única referência à maçonaria, apesar de saber que a sua vida maçônica foi de muita relevância. Interessante é que, há poucas dias, examinando um diário deixado pelo avô, João Gomes Monteiro Sobrinho, constatei idêntico fato. Não sei se esta atitude é determinada por preceitos maçônicos; porém, sei que ela expressando modéstia, é peculiar aos homens de bem.

Hoje, à tarde, recebo a notícia do falecimento, em Corumbá, deste notável brasileiro que escolheu a terra matogrossense para viver até seu último dia, dedicando a ela quase toda a sua existência proveitosa e fecunda. Muito bem... mas, não paro por aqui, pois se as virtudes do Lécio se restringissem apenas à enorme folha de bons serviços prestados, a sua biografia seria como tantas outras de grandes personalidades; porém, uma coisa fria, que nada diria a maravilhosa criatura humana que foi ele. Não poderia, eu, concordar com isto, pois convivi longos anos com o Lécio, tendo-o como colega e amigo.

Quando, recém-formado, cheguei a Corumbá em fins de 1956, já ali encontrei, há pouco transferido de Cáceres, o major-médico do Exército Brasileiro Lécio Gomes de Souza. Em pouco tempo, passávamos a formar uma equipe cirúrgica que perdurou por longos anos, até que a deficiência da visão não mais permitisse a sua atuação em ato operatório, isto, no início da década de 1.980.

Na ocasião em que, já cansado e afetado pela diabete, se aposentou como médico, ainda assim passou a ocupar um espaço em meu consultório, para atender a alguns velhos clientes, que não se conformavam com a sua justa inatividade.

A sua clínica em Corumbá, inicialmente, era formada por cacerenses que para lá se mudaram ou para lá afluíam especialmente para se tratarem com ele.

Apesar de eu ter, de idade, o seu tempo de formado, liguei-me ao Lécio de uma forma tão harmônica, que ele ao procurar-me em minha casa, pelo telefone e não me encontrando, deixava sempre o recado: *“Diga que foi o pai dele quem telefonou”*.

Nunca recebi uma negativa, quando o chamava para auxiliar-me em um cirurgia, independentemente da hora, dia ou da condição sócio-econômica do paciente. Para isto, eu o tirava de qualquer lugar onde ele estivesse: sessão da maçonaria, reunião do Lions e das mais diversas programações ou solenidades. A sua calma e seus modos distintos, muitas vezes, serviram para acalmar-me o ânimo em entrevistos políticos com colegas, suavizando o meu ímpeto de, então, jovem exaltado e intransigente para com o que considerava errado. Com ele não aprendi medicina, aprendi, muito, a ser médico.

Levei o Lécio, para todos os serviços médicos possíveis, que instalei ou chefie, em Corumbá, como aconteceu com o IPEMAT e o Instituto dos Bancários. Nunca me arrependi, pois era exemplar a sua responsabilidade para com o atendimento aos clientes.

Como antes havia ocorrido em sua querida Cáceres, também os corumbaenses logo passaram a admirá-lo e a respeitá-lo. Contudo, Lécio, na pureza do seu pensar, imaginou que, contando apenas com a fidelidade dos inúmeros amigos e o reconhecimento da grande clientela que possuía em Cáceres e Corumbá, sem recursos para compra de consciências, poderia ser eleito Deputado Federal. Candidatou-se e perdeu. Nem por isso ouvi dele, uma única lástima ou recriminação, pelo ocorrido. Aceitou

a derrota como coisa natural e sepultou-a para sempre, no canto mais escondido do seu privilegiado cérebro.

Era sensível, como o são todos os poetas autênticos. Esta qualidade o aproximava de outros que, também, a possuíam. Daí a sua ligação com Rubens de Castro, um dos mais inspirados poetas destes Mato Grossos.

Seja pela sina muito comum entre os poetas ou quaisquer outros motivos, os quais ele nunca deixou sequer transparecer, Lécio se viu separado da sua primeira esposa. E foi um pai extremamente dedicado e amoroso, ao suprir a falta da mãe para seus dois filhos: Sérgio e Dulce Regina, a qual, carinhosamente chamava por Yayá. Para os cuidados destes, contou com a colaboração da sua segunda esposa, dona Oacy (Sírica), que a seu lado esteve até hoje. Esta se referia a ele como 'Lécito', apelido pelo qual, também eu, passei a tratá-lo.

Não tendo filhos da segunda união, adotou, como tal, a pequena Laura Alice, que alegrou a sua vida até lhe faltar a lucidez que nos faz perceber o que é alegre.

Lécio desmoralizou o velho dito popular de que "*quem não tem inimigos não tem valor*", pois não me consta que ele tivesse feito inimigos, e, o seu valor é indiscutível sob qualquer ângulo que o estudemos.

Mas, se em Cáceres e Corumbá, onde todos os conheceram bem, ele era tão admirado, em Cuiabá, preocupa-me, ficou a impressão de ter sido, o Lécio, uma criatura desinteressante, um esbanjador de erudição, um orador cansativo. Nada mais errôneo! Isto teve como causa o seu discurso de posse na Academia Matogrossense de Letras, que, dizem, foi o mais longo já proferido nesta agremiação, pelo fato de ter, o orador - um grande pesquisador a história do Patrono da sua Cadeira - Ricardo Franco de Almeida Serra. *↳ Botado*

Não!... Lécio nunca foi um pedante, um cabotino, muito pelo contrário, era uma pessoa humilde, de extraordinário senso de humor e de uma convivência agradabilíssima. Tinha tiradas geniais, que desconcertavam qualquer um que viesse a merecê-las. Já em outra ocasião, relatei em uma

crônica que, certa vez, ao fim de um plantão na Maternidade de Corumbá, deixei escrito no Livro do Ocorrências uns versos, despedindo-me, pois iria passar longo período fora. O Lécio, que me sucedia nos plantões, não perdoou a má qualidade da minha "obra" e escreveu abaixo:

*"Se se desse este poema,
A uma ~~família~~ de ~~ema~~, *famêlica*
Animal que tudo come
Sem que mate a sua fome,
É certo que o comeria,
Estrebuchava e morria"*

Este era o verdadeiro Lécio, em seu íntimo, por isso acho que as biografias para bem retratarem o biografado, deveriam ser escritas por quem privou da sua intimidade.

Meu amigo, meu colega Lécio, aqui estou para lhe fazer justiça: apresentá-lo como GRANDE no desempenho de todas as suas atividades e, MAIOR ainda, como gente, como criatura humana. Enquanto você viveu, cumpriu a meta definida em seu, já comentado, discurso de posse, quando disse: *"Dentro de justeza do aforismo de Francisco de Castro de que a vida é um cabedal eterno em que os seres vivos não são mais que efêmeros depositários e da assertiva popular de que ela é tão curta que não vale a pena ser vivida, não há alternativa para o êxito final e, em face desta fatalidade, devemos nos preparar convenientemente para o desenlace que cada vez mais de nós se avizinha. O que importa, de qualquer modo, é saber viver com dignidade, usufruindo, com proveito, o que de bom se nos oferece e, com senso estético, o que de belo se nos apresenta, convictos de que é muito mais sublime morrer subindo ao céu, que viver rastejando ao pó"*.

Lécio é estranho e assustador!..., quando passamos dos sessenta anos e percebemos que um nascimento nos afeta, emocionalmente, muito mais que o falecimento de uma pessoa querida. Talvez seja pelo fato de que, com o passar dos dias mais nos aproximamos do reencontro com os que se foram, na mesma medida que mais é chegado o momento de

deixarmos os que nascem. Será o sofrimento, por antecipação, de uma saudade futura? Não sei... só os mortos poderão sabê-lo.

O que desejo, no momento, é que você seja bem acolhido pelo nosso Criador - no seu dizer, o Grande Arquiteto do Universo - e, quem sabe, um dia poderemos formar uma outra equipe para ajudá-lo a remediar *remendar* as tantas almas que aí chegam, despedaçadas pelo viver terreno, como outrora o fizemos com os corpos dos vivos.

31 07 99

FENELON MÜLLER

Archimedes Pereira Lima

Transcorre no próximo dia dezenove o centenário do nascimento do engenheiro Fenelon Müller, figura exponencial de sua época, cuja vida foi marcada, toda ela, pelo propósito de servir com grandeza a Mato Grosso e ao país.

Assim foi o início de sua carreira como Prefeito de Cuiabá, dotando a Capital de suas primeiras obras de engenharia urbana e assim foi quando nas barrancas do corentoso Paraná, enfrentando a malária, então endêmica, nas obras do trecho Itapura-Corumbá, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil de que era engenheiro residente, com sede em Três Lagoas.

Ex-Interventor Federal em Mato Grosso, enxergou como Júlio Müller, as potencialidades do Estado e deu início à fase revolucionária que coube a este último continuar e consolidar.

Ex-Inspetor junto aos estabelecimentos de ensino federal, ex-Presidente fundador da Associação Comercial e da Associação dos Criadores, Fenelon Müller se destacou no panorama dos nossos homens públicos não apenas pelo que realizou, mas sobretudo pela figura humana que interpretou os sentimentos dos seus concidadãos, amou sua cidade, honrou seus antepassados, identificou-se com a história da cidade fundada por Pascoal Moreira Cabral, compreendeu suas angústias.

Aluno dos mais distinguidos do seu tempo, tanto no Liceu Cuiabano, como na Escola Politécnica de São Paulo, onde colou grau em engenharia civil, Fenelon teve o privilégio de ser o primeiro aluno de todos os cursos que freqüentou, tanto no estágio secundário como no superior.

Como jornalista que constitui outra faceta de sua complexa personalidade, deixa em sua preciosa bagagem, técnica e literária, numerosa coleção de artigos assinados sob o pseudônimo de André Gil abordando temas como por exemplo os referentes à ecologia no que, aliás, se revelou, mais uma vez, um desbravador.

Fenelon é como o vejo na bruma do tempo.

Fenelon Müller foi casado com a senhora Alzita de Mattos Müller, de nossa alta sociedade. São seus filhos o ex-deputado federal e ex-senador Gastão de Mattos Müller, e engenheiro agrônomo Gabriel de Mattos Müller, Presidente da Federação da Agricultura e a senhora Rita Generosa Müller Pereira da Silva, tabeliã do 4º Ofício desta Capital.

CENTENÁRIO DE ILUSTRE MATOGROSSENSE

Lenine C. Póvoas

Ocorre, neste mês, o centenário de nascimento de uma das mais brilhantes personalidades do mundo social e político matogrossense: o Dr. Fenelon Müller.

Nascido em Cuiabá, em 19 de agosto de 1892, descendendo de uma família da mais alta representação, iniciou sua vida pública em 1911 como Professor de matemática na recém-criada Escola Normal da Capital.

Aprovado em exames para exercer serviços profissionais de agrimensor, foi nomeado para o cargo de Auxiliar Técnico do Departamento de Terras do Estado, que dirigiu interinamente e do qual se afastou para seus estudos superiores.

Em 1913, já em São Paulo, matriculou-se na Escola Politécnica, diplomando-se, em 1918, em Engenharia Civil.

Seus dotes de inteligência, revelados durante o curso, levaram sua turma a elegê-lo para orador da solenidade de colação de grau, documento que ele publicou, em folheto, em 1919.

Já em fevereiro desse ano iniciava o Dr. Fenelon Müller sua vida profissional em seu Estado natal, como engenheiro da V. Divisão da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, com sede em Três Lagoas.

Foi ele o iniciador da construção da imponente ponte metálica que permitiu aquela ferrovia transpor o rio Paraná, entre São Paulo e Mato Grosso.

Iniciando-se nas atividades políticas exerceu o mandato de vereador e Prefeito Municipal de Três Lagoas.

Contraíu núpcias com D. Alzita de Mattos Müller, filha do próspero comerciante Gabriel Francisco de Mattos, português da estirpe dos Mattos de Vila Nova de Famalicão, radicado em Cuiabá, de cujo consórcio nasceram três filhos: Gastão, ex-senador da República, ex-Deputado Federal, Bacharel em Direito, professor e jornalista; Gabriel Júlio, engenheiro agrônomo, Deputado Estadual, Secretário de Estado, Prefeito; e Rita Generosa Müller Pereira da Silva, casada com o Dr. Justiniano Luiz Pereira da Silva, titular do Tabelionato do 4º Ofício da Capital.

Nos Governos Mário Corrêa (1926/1929) e Anibal de Toledo (1930), o Dr. Fenelon Müller exerceu o cargo de Prefeito Municipal de Cuiabá, revelando-se um dos maiores administradores que a Capital já teve em todos os tempos.

A ele deve a Cidade Verde o início da pavimentação e paralelepípedos das suas ruas e muitas das modificações e embelezamento pelos quais passou no primeiro governo Mário Corrêa, para o que muito contribuiu, também, o auxílio desse saudoso Governador.

Durante alguns anos da década de 30, quando o ensino ainda era coisa séria neste país, vimos o Dr. Fenelon Müller exercer, com destacável probidade o cargo de Inspetor Federal do Liceu Cuiabano, que com orgulho freqüentamos, de cujo nome e tradições era ele um dos mais intransigentes defensores.

Sua irrepreensível linha de conduta valeu-lhe o respeito e a admiração de todos - professores, funcionários e alunos -, que tinham sua vida ligadas àquela famosa casa de ensino.

Em 1935, às vésperas da reconstitucionalização do país, determinada pela Constituinte de 34, foi o Dr. Fenelon Müller investidor nas altas funções de Interventor Federal no Estado, nas quais permaneceu durante seis meses, deixando as marcas de sua reconhecida probidade.

Na Presidência da Associação Comercial de Cuiabá, que exerceu por quatro anos, foi o reorganizador daquela entidade.

Retirando-se para suas atividades particulares de pecuarista, o ilustre matogrossense dispendeu muito do seu tempo colaborando nas colunas dos jornais cuiabanos, utilizando o pseudônimo de ANDRÉ GIL, focalizando sempre com muita propriedade e bom senso os problemas da nossa comunidade.

Suas críticas, que podiam ser por vezes contundentes, eram sempre proferidas em alto nível.

Lembro-me de que, certa feita, quando indagado sobre o que considerava um bom prefeito, o Dr. Fenelon Müller respondeu:

- *“bom prefeito é aquele que se preocupa com o Plano Diretor de uma cidade e com um cachorro morto numa esquina”*.

De outra feita eu mesmo perguntei ao ilustre homem público o que achava da situação de Cuiabá, com vistas à administração municipal. E ele, no estalo, respondeu:

- *“Cuiabá está acabando como Fazenda de viúva.”*

Indaguei-lhe como era isso. E ele explicou: *“na fazenda da viúva tudo acaba por igual: os moirões das cercas caem; o mato toma conta dos piquetes; as goteiras estragam a casa da séde; o gado emagrece, fica cheio de carrapatos e morre de aftosa”*.

Por trás desse espírito humanístico estava, na realidade, um imenso amor a Cuiabá.

Certa feita proferi uma palestra no anfiteatro do Liceu Cuiabano, sobre a campanha anti-cuiabana quase desenvolvia em algumas regiões matogrossenses, batendo-se na falsa tecla de que Cuiabá nada produzia, só consumia e só absorvia todos os recursos financeiros produzidos em outros municípios, à semelhança de outra que hoje surge por aí.

Falei durante duas horas, citando ponto por ponto, o que o tesouro estadual dispndia com funcionários nos principais municípios do Estado

e enumerando os benefícios que o Governo levava a região que se diziam “*abandonadas*”.

Todas as estações de rádio de Cuiabá transmitiram, em cadeia, essa palestra, que foi saudada até com espoucar de fogos em muitos pontos da cidade.

No dia seguinte, entre as muitas manifestações que me foram endereçadas, recebi longo telegrama felicitando-me pelo “*tremendo nocaute aplicado nos inimigos de Cuiabá*”. Assinava-o Fenelon Müller.

Um homem inteligente, culto e brilhante que pertenceu a uma geração que honrou Mato Grosso na primeira metade deste século, saída da magnífica força de líderes e de caracteres que era o Liceu Salesiano São Gonçalo.

A FAMÍLIA AZEREDO EM MATO GROSSO

Adauto de Alencar

Antônio Ferreira de Azeredo se casou com Luíza Francisca Monteiro e entre outros filhos que tinham gerado, conhecemos apenas este:

Francisco Antônio de Azeredo, nascido na cidade de Goiás, então província de Goiás, a 7 de setembro de 1815 e faleceu em 1884.

Formou-se em medicina no Rio de Janeiro e defendeu tese a 10 de dezembro de 1844. Ingressou no Exército a 1 de outubro de 1845, no posto de alferes (sub-tenente) e no cargo de cirurgião-ajudante. Anos depois foi mandado servir em Cuiabá, onde exerceu o cargo de cirurgião-mor e no posto de coronel do Exército. Casou-se na catedral de Cuiabá a 23 de setembro de 1863, com 48 anos, com Antônia dos Santos, batizada em Diamantino a 24 de julho de 1836, com 27 anos, filha legítima do comendador Luiz Antônio dos Santos, nascido em Portugal por volta de 1803, pois faleceu em Cuiabá a 1 de outubro de 1868 com 65 anos de Joaquina Maria de Jesus que depois de casada aparece como Joaquina Maria Barata dos Santos, nascida a 31 de janeiro de 1815 e batizada na catedral de Cuiabá a 19 de fevereiro de 1815 e faleceu a 21 de março de 1870. Do casamento, do cirurgião-mor Francisco Antônio de Azeredo Roberto dos Santos encontrei apenas esta filha:

1) Joaquina, nascida a 9 de outubro de 1865 e batizada na catedral de Cuiabá a 25 de dezembro de 1865.

Em estado de solteiro o cirurgião-mor Francisco Antônio de Azeredo teve uma filha natural de nome Ana Francisca de Azeredo,

nascida a 11 de maio de 1863 e batizada na catedral de Cuiabá a 2 de agosto de 1863, havida com Ana Rita de Lima. Esta filha foi reconhecida por escritura pública no 2º cartório de Cuiabá, antes de seu casamento.

Ana Francisca de Azeredo casou-se na catedral de Cuiabá, com 19 de anos, a 8 de janeiro de 1882, com o tenente do Exército Francisco Nunes Ferraz, com 22 anos, batizado no distrito de Cuiabá em 1860, filho legítimo do capitão Apolinário Nunes Ferraz, natural da Vila de Itu, bispado de São Paulo e de Josefa da Cunha natural de Mato Grosso. Deste casamento nasceram 4 filhos:

A) Cecília Nunes Ferraz, nascida a 24 de novembro de 1884 e batizada na catedral de Cuiabá a 13 de agosto de 1885.

Nota: O tenente Francisco Nunes Ferraz faleceu em 1899.

B) Alceste Nunes Ferraz, nascida a 2 de janeiro de 1886 e batizada na catedral de Cuiabá a 4 de abril de 1886 e faleceu a 7 de junho de 1925. Casou-se com Bernardo Antônio de Oliveira, nascido a 26 de abril de 1879 e faleceu em Santo Antônio de Leverger a 23 de junho de 1947, filho legítimo de Bernardo Antônio de Oliveira, falecido a 17 de janeiro de 1887 e de Ana de Arruda e Sá falecida a 29 de abril de 1914. Deste casamento nasceram os filhos:

Ba) José Gentil de Oliveira, nascido a 9 de outubro de 1910

Bb) Ana de Arruda e Sá (conhecida por Donana), nascida a 31 de maio de 1913, solteira e sem filho, funcionária aposentada do Ministério da Fazenda.

Bc) Sebastião de Oliveira (mais conhecido por Dr. Paraná) advogado formado pela Universidade do Brasil no Rio de Janeiro e colou grau a 13 de dezembro de 1937. nasceu no sítio Itaicizinho, município de Santo Antônio de Leverger a 20 de março de 1915 e batizado a 7 de dezembro de 1926 (livro de São Gonçalo) Foi prefeito de Santo Antônio de Leverger, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Mato Grosso, presidente do Instituto dos Advogados do Estado de Mato Grosso e se aposentou no cargo de Procurador do Tribunal de Contas do

Estado de Mato Grosso. Casou-se a 8 de maio de 1942 com Maria Benedita de Arruda Martins, nascida a 1º de maio de 1921, filha legítima de Luiz de Arruda Martins, nascido a 21 de agosto de 1893, filho legítimo de João Batista de Arruda falecido a 5 de outubro de 1989 e de Augusta Alves dos Santos nascida a 24 de janeiro de 1852 e de Francisca de Figueiredo de Arruda Martins nascida a 11 de fevereiro de 1896, filha legítima do tenente coronel José da Paixão de Figueiredo Falcão e de Maria da Conceição de Figueiredo. Francisca de Figueiredo de Arruda Martins se casou com Luiz de Arruda Martins a 21 de maio de 1919. Do casamento do Dr. Sebastião de Oliveira, ou Dr. Paraná, como é mais conhecido, nasceram os filhos:

- 1) Bernardo Antônio de Oliveira Neto, nascido a 28 de junho de 1943. Formou-se em direito pela Universidade Federal de Mato Grosso e exercia a profissão regularmente. Faleceu em desastre de barco no rio Cuiabá.
- 2) Yolanda de Arruda Martins, nascida a 22 de dezembro de 1945. Formou-se pela Universidade Federal de Mato Grosso.
- 3) Armando Martins de Oliveira, nascido a 19 de junho de 1947. Formou-se no Rio de Janeiro em eletricidade.
- 4) Lúcia Martins de Oliveira, nascida a 12 de agosto de 1949. Formou-se em ciências contábeis pela Universidade Federal de Mato Grosso.
- 5) Dante de Oliveira Martins, nascido a 6 de fevereiro de 1952. Engenheiro civil. Foi deputado estadual e federal por Mato Grosso. Ministro da Reforma Agrária no governo José Sarney. Prefeito de Cuiabá. Político de conhecimento nacional por sua luta na Câmara dos Deputados, pelas Diretas Já.
- 6) Inês Martins de Oliveira, nascida a 31 de março de 1954. Formou-se em engenharia Civil pela Universidade Federal de Mato Grosso.
- 7) Eneida Maria Martins de Oliveira, nascida a 13 de dezembro de 1956. Formou-se em administração de empresas pela Universidade Federal de Mato Grosso.

Bd) Bernardo, nascido em fins de 1917 e faleceu com 2 anos e meio a 29 de janeiro de 1920, de bronco-pneumonia.

Be) Antônio Ferraz de Oliveira, nascido a 22 de junho de 1920

Bf) Maria Cândida de Oliveira, nascida a 22 de janeiro de 1922 e faleceu solteira a 22 de abril de 1960

Bg) Stella Ferraz de Oliveira. Casou-se com Érico Gonçalves Preza, que faleceu em Campo Grande, MS. com 39 anos, a 20 de abril de 1958, vítima de parada cardíaca.

**O TERCEIRO FILHO DE ANA FRANCISCA DE
AZEREDO E DO CAPITÃO NUNES FERRAZ, FOI:**

Ana Nunes Ferraz, nascida a 29 de outubro de 1890 e batizada na catedral de Cuiabá a 17 de janeiro de 18911.

**O QUARTO FILHO DE ANA FRANCISCA DE
AZEREDO E DO CAPITÃO FRANCISCO FERRAZ, FOI:**

Benedito Nunes Ferraz, nascido na cidade de Goiás, Estado de Goiás (quando lá servia seu pai) a 19 de março de 1892. Casou-se no civil em Cuiabá a 19 de maio de 1919 e no religiosos em Santo Antônio de Leverger a 22 de maio de 1928 com Edina Bem Dias de Moura, nascida a 30 de junho de 1897, filha legítima de João Bem Dias de Moura e de Umbelina de Souza Neves. Deste casamento nasceu pelo menos: Umbelina de Moura Ferraz, nascida a 6 de agosto de 1922.

Aqui se abre um parêntese um tanto polêmico. Sempre se admitiu que o senador Antônio Francisco de Azeredo, nascido a 22 de agosto de 1861 e falecido no Rio de Janeiro a 8 de março de 1936, fosse filho do cirurgião-mor, e coronel do Exército, Dr. Francisco Antônio de Azeredo, havido com Blandina Maria de Figueiredo.

O meu ilustre mestre de latim, professor Benedito de Figueiredo admite que Blandina Maria de Figueiredo é filha natural do coronel José Ildfonso de Figueiredo, nascido a 23 de janeiro de 1814 e faleceu a 28 de agosto de 1868 e era casado com Izabel Marques de Figueiredo, com quem teve 7 filhos. Quando se abriu o seu inventário (maço 5 processo, 81 acervo do 5º ofício no arquivo público de Mato Grosso, não apareceu nenhum filho natural).

O Dr. Francisco Antônio de Azeredo teve a filha Ana Francisca de Azevedo e a reconheceu por escritura pública como vimos atrás.

Por que não reconheceria Antônio Francisco de Azeredo, se fosse seu filho? Eis a questão. Um arquivo é sempre um repositório da história e foi nestes lugares escondidos e silenciosos que sempre encontrei respostas para minhas indagações. Folheando velhos livros do segundo cartório de Cuiabá, buscando respostas para muitas dúvidas, encontrei no livro 74 folhas 46V a 47, uma escritura de reconhecimento, lavrada a 10 de novembro de 1880, na qual diz alferes do Exército Joaquim Ferreira da Cunha Barbosa, que reconhecia seu filho Antônio Francisco de Azeredo, batizado na catedral de Cuiabá, havido em solteira com Blandina Maria de Figueiredo, e foi seu padrinho o Dr. Francisco Antônio de Azeredo. Encontrei várias pessoas que levaram os sobrenomes dos padrinhos e aqui deve ser um destes casos. Em alguns casos, também encontrei o padrinho sendo o pai. Confusão da humanidade...Disse o alferes Joaquim Ferreira Barbosa que a madrinha era Nossa Senhora da Conceição e fazia o reconhecimento com a anuência de sua esposa Eufrosina Luiza da Cunha Barbosa.

No mesmo livro 74, às folhas 47, o referido alferes mandou lavar outra escritura, obrigando-se a pagar uma pensão diária de 400 reis para manutenção de seu referido filho, pois o mesmo havia assentado praça no terceiro Regimento de Artilharia a Cavalos e seguia a Corte (Rio de Janeiro) no posto de 2º cadete.

Esta escritura vem datada de 15 de novembro de 1880. Na verdade 400 réis era uma quantia diminuta para um rapaz se manter na Escola

Militar no Rio de Janeiro (mesmo em 1880) Mas a questão não termina por aqui, pois Paulo Murтинho afirmou-me que o ilustre senador Antônio Francisco de Azevedo era filho natural do Dr. José Murтинho, coronel médico do Exército, colega duas vezes do coronel médico do Exército Francisco Antônio de Azeredo. Que se matriculando na Escola Militar, Antônio Francisco de Azeredo, seu irmão Dr. Joaquim Murтинho o persuadiu a deixar a Escola Militar e se matricular na faculdade de direito, como de fato aconteceu e foi o Dr. Joaquim Murтинho quem o manteve na faculdade de direito. Diante de tudo isto em nada afeta a grandeza de alma e cultura do senador Antônio Francisco de Azeredo. Representou com brilhantismo Mato Grosso, sendo durante 15 anos presidente do Senado, sendo deposto em 1930 pela revolução getuliana; exilando-se na Europa e retornando em 1933. Em razão da revolução de 1930, os partidários em Cuiabá, mudaram a rua que trazia seu nome, para 24 de outubro, o que, sem dúvida, foi uma grande injustiça. Mas a humanidade é assim mesma. Os que hoje mandam logo se esquecem o trabalho dos que passaram.

A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE CUIABÁ

Pedro Rocha Jucá

Na inauguração das novas instalações da biblioteca Municipal Manoel Covalente Proença, no dia 14/09/92.

Castro Alves nasceu em 1847 e morreu 24 anos depois. Viveu pouco, mas o suficiente para deixar uma obra exemplar para todos os tempos. Mais do que um poema, Castro Alves foi um gênio, talvez o mais jovem nascido em terras brasileiras. A importância dos seus versos chegou aos nossos dias através do livro, tema de um dos seus clássicos. “*O Livro e a América*”, de onde extraímos o seguinte:

*“Por isso na impaciência
Desta sede de saber;
Como as aves do deserto
As almas buscam beber...
Oh! bendito o que semeia
Livros... livros à mão-cheia...
E manda o povo pensar!
O livro caindo n’alma
É germen - que faz a palma,
É chuva - que faz o mar.”*

Os babilônios e os assírios nos legaram a escrita. Muito tempo depois, há cerca de 2.000 anos Antes de Cristo, os egípcos descobriram o papel, obtido do caule do papiro. Até então, escrevia-se em argila, com a forma de tijolo ou de cilindro. Somente em meados do século XV, com

a descoberta da imprensa por Gutemberg, foi possível a publicação do primeiro livro, uma Bíblia completa, em dois volumes, escrita em latim. O mais antigo livro a língua portuguesa foi "*O Pentateuco*", impresso em 1487.

Durante três séculos aproximadamente, o Brasil amargou a impossibilidade de possuir tipografias, uma vez que Portugal exercia um total domínio sobre os interesses brasileiros, incluindo-se aí mesmo as nossas aspirações e esperança. Os livros editados em Lisboa aqui chegavam para destinatários privilegiados. Com a instalação da Imprensa Regia, hoje Imprensa Nacional, no dia 13 de maio de 1808, o rumo da História passou a beneficiar o Brasil.

A imprensa surgiu em Mato Grosso poucos anos depois. No dia 14 de agosto de 1839, como resultado de uma subscrição popular, o Dr. José Antônio Pimenta Bueno, o quarto presidente da Província, inaugurou a Tipografia Provincial e fez circular o primeiro número do "*THEMIS MATOGROSSENSE*", o primeiro jornal editada em Mato Grosso e o primeiro 'órgão oficial do Centro-Oeste brasileiro. Cuiabá contava com uma população estimada em apenas 12.000 habitantes, com um público leitor bem abaixo dos índios atuais.

Sem dúvida, o primeiro livro a aqui chegar foi a Bíblia, acompanhando os primeiros sacerdotes católicos. O clássico maior da literatura portuguesa, "*Os Lusíadas*", chegaria depois, possivelmente pelas mão de dom Antônio Rolim de Moura, o nosso primeiro capitão-general e também o autor do primeiro texto redigido em Cuiabá a conseguir sua impressão, isto na Officina Silva, de Lisboa, em 1754: "*Relação da Chegada que Teve a Gente de Mato Grosso, e Agora se Acha em Companhia do Senhor D. Antônio Rolim, Desde o Porto de Araraguaba, até a esta Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá*".

Vale lembrar, contudo, que o nosso primeiro cronista foi Joseph Barboza de Sá, autor pioneiro da "*Relação das Povoanções do Cuiabá e Mato Grosso de Seos Princípios Thé os Presentes Tempos*", compreendendo o período que vai dos nossos primórdios até o dia 18 de agosto

de 1775. Estes importantes dados cronológicos foram incorporados às “*Crônicas do Cuiabá*”, escritas por Joaquim da Costa Siqueira, segundo vereador da Câmara de Cuiabá, cumprindo instruções do governo português datadas de 20 de julho de 1782. Ainda devemos a Joaquim da Costa Siqueira a continuidade da nossa história, através de seu “*Compêndio Histórico Cronológico das Notícias de Cuiabá, Repartição da Capitania de Mato Grosso, desde o Princípio do Ano de 1778 até o Fim do Ano de 1817*”.

Além de ser “*a única fonte segura e autorizada*” das primeiras páginas da História de Mato Grosso, no dizer de Mesquita, Joseph Barboza de Sá possuiu a primeira biblioteca particular desta Capital, compreendendo 123 livros, distribuídos em três estantes. A sua morte ocorreu no dia 30 de maio de 1776, passando essa biblioteca ao acervo pessoal de Joaquim da Costa Siqueira, que a arrematou em hasta pública no dia primeiro de dezembro de 1776.

A primeira biblioteca pública inaugurada em Cuiabá foi atual Biblioteca Estevão de Mendonça, pertencente ao Governo do Estado, instalada no dia 3 de maio de 1912. Trata-se, podemos acrescentar, de uma justa homenagem ao seu fundador e primeiro diretor.

Cabe à Biblioteca Municipal Manoel Cavalcante Proença o título de segunda biblioteca pública instalada na Capital mato-grossense. Foi criada pela Lei nº 501, de novembro de 1959, por iniciativa do então vereador Edgar Curvo. Na administração do prefeito Manoel Antônio Rodrigues Palma, graças ao empenho pessoal do professor Carlos Rosa, o então chefe do Departamento de Cultura e Turismo, da antiga Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a Biblioteca Municipal Manoel Cavalcante Proença passou a funcionar de fato. Contudo, as carências estruturais foram se avolumando de ano para ano.

Em 1989, ao assumir a chefia do Executivo cuiabano, e seriamente preocupado com a cultura regional, o prefeito Frederico Carlos Soares Campos decidiu implantar a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

De imediato dois objetivos foram fixados: o funcionamento do Centro Cultural do Coxipó, que ainda se encontrava em fase de obras, e a reestruturação da Biblioteca Manoel Cavalcante. A etapa seguinte compreenderia uma reforma total no prédio da antiga Casa da Cultura, visando a implantação do Arquivo Público Municipal, já em pleno funcionamento; de um teatro municipal de médio porte, que não se concretizou por falta de condições técnicas e de recursos financeiros; e de espaços destinados a estimular e a valorizar o artesanato e as artes plásticas, já delimitados, mas também aguardando recursos financeiros.

Diante desse quadro de dificuldades, implantou-se primeiro o Arquivo Público Municipal, já necessitando de uma ampliação de uma ampliação. E os outros objetivos, como ficaram? O senhor Bom Jesus de Cuiabá nos mostrou o melhor caminho.

A Fundação Banco do Brasil, que já estava ajudando a saúde do corpo, através do Hospital do Combate ao Câncer, mais uma vez em socorro dos que aqui vivem, ajudando a saúde do espírito, através da Biblioteca Municipal Manoel Cavalcante Proença. Aqui está o nosso agradecimento, sincero e eterno, ao Dr. José Bezerra Rodrigues, diretor-presidente da Fundação Banco do Brasil, e ao Dr. Ivan Echeverria, superintendente regional do Banco do Brasil em Mato Grosso, outro abnegado pelas nossas causas regionais.

O contraste com o passado é tão grande que nem podemos fazer comparações. Os números explicarão melhor. De um insignificante público leitor em 1989, a Biblioteca Municipal Cavalcante Proença atingiu em 1992, no precário espaço físico anterior a marca de 250 consulentes/dia. A bibliotecária Carmen Enilda Souza Barneche, com escolaridade de nível superior, e diretoria desta biblioteca, estima já para o mês de outubro uma frequência de 500 pessoas diariamente. O único problema não devidamente solucionado é o do acervo. Nestes últimos três anos, ele foi praticamente duplicado, estando hoje em torno de 25.000 exemplares. Ainda é pouco para a estrutura aqui montada. As administrações seguintes terão de dar

continuidade a este trabalho, pois acreditamos que a expansão da Biblioteca Municipal Manoel Cavalcante Pimenta faz parte de um processo irreversível, inspirado nos versos de Castro Alves e baseado na essência da cultura regional cuiabana. Este é o Templo do Saber da juventude de Cuiabá. *“É chuva - que faz o mar”*.

OS ÍNDIOS PARESI NA HISTÓRIA DE MATO GROSSO

Elizabeth Madureira Siqueira

INTRODUÇÃO

O objetivo principal dessa comunicação é apresentar aos pesquisadores os resultados práticos ao trabalho de resgate histórico de um segmento indígena de Mato Grosso: os Paresi. Se os portugueses, ao conquistar o Brasil, relegaram a segundo plano a cultura dos povos indígenas e impuseram um modelo fundamentado na dominação e na opressão, a historiografia brasileira tem reproduzido, com raras exceções, a trajetória do conquistador, em detrimento daquela dos conquistados.

Nosso entendimento é de que estamos devendo, não só ao índio, mas à nação brasileira, a recuperação histórica desse segmento, tão presente em todos os momentos. Será da construção dessas múltiplas histórias que se poderão traçar políticas eficientes no que toca à questão ecológica e indígena e que o índio seja concebido, não como um elemento exótico, folclórico, mas como parte integrante na história nacional, como um agente ancestral e, portanto, capaz de também participar e decidir sobre os destinos da nação brasileira.

Como bem saliente a historiadora professora Leny Caselli Anzái, em seu instigante trabalho, ainda no projeto, o qual trata da sociedade incaica pré-colombiana e sua relação com a natureza, salienta que o europeu, ao chegar à América, encontrou sociedade onde a fome e a miséria não existiam, Elas se tornaram uma realidade quando o modelo foi implantado. Portanto, hoje quando o Brasil constata o estado de miserabilidade em que vive a maioria de sua população, a experiência

indígena e, principalmente, o saber indígena, tem que ser resgatados, pois é necessário se entender os mecanismos da relação homem x natureza, tão presentes na vida cotidiana da história indígena.

Desde 1976 dedicamo-nos ao estudo de Mato Grosso e em 1981 elaboramos um Projeto de pesquisa para o resgate da memória das Minas de Cuiabá em seus primórdios: 1719-7478, ao final do qual, produzimos um artigo publicado na Revista Universidade, II (I). Foi neste momento, que percebemos claramente que estudar Mato Grosso, sem levar em conta o segmento indígena, seria produzir uma história parcial, seria, de fato, reproduzir uma historiografia tradicional, que impinge ao bandeirante o papel de colonizador e povoador dos "*espaços vazios*", sendo que na realidade, as terras mato-grossenses estavam fartamente povoadas pelos índios, seus habitantes primitivos.

Assim, o segmento indígena é parte importante na reconstituição histórica regional e que cabe ao historiador o resgate da trajetória desse povos, em confronto com os demais que aqui chegaram. A partir dessa constatação, pudemos realizar, junto ao GERA, mais especificamente ao Projeto "Roças Paresi", coordenado pelo antropólogo professor Aderval, um trabalho de reconstituição histórica dos índios Paresi. A tarefa, a princípio, foi desafiadora, uma vez que até o momento, havíamos apenas trabalhado o segmento indígena, numa visão mais globalizante. No entretanto, o desafio estava posto e cabia-nos utilizar de nossas ferramentas históricas na análise de um grupo indígena específico.

Ao final dele, concluímos um roteiro cronológico da história Paresi, tendo como pressuposto o seu relacionamento com os demais segmentos históricos e os embates travados nesse processo. Pudemos ter muito claro o papel do índio nos primórdios do povoamento da região Centro-Oeste, uma vez que a História de Mato Grosso está viceralmente ligada à trajetória do bandeirantes paulista.

TRAJETÓRIA HISTÓRICA DOS ÍNDIOS ALITI (PARESI)

O movimento bandeirante, rumo Oeste objetivava descobrir ouro e apresar índios, mão-de-obra com que se sustentava, não só a Capitania de São Paulo, mas outras do Brasil colonial. Isso se explica na medida em que, no seio do sistema colonial, o Brasil, como um todo, não reproduziu o modelo desejado pela Metrópole, qual seja, a vocação agrária, representada pela grande lavoura, sustentada pela mão-de-obra escrava africana. Na Capitania de São Vicente, as primeiras experiências na produção de cana-de-açúcar demonstraram a impropriedade das terras litorâneas do Sudeste para tal cultura, fazendo com que uma parte de seus habitantes, na busca de uma solução econômica, galsse do Mar, fixando-se no Planalto Piratiningano.

A opção dos paulistas foi manter a região através de uma produção agro-pastoril suficiente, não só para o consumo de seus habitantes, mas capaz de sustentar as bandeiras, expedições que chegava a passar anos no sertão. Para a consecução desse objetivo, tornou-se necessário o emprego de uma mão-de-obra que, ao contrário do Nordeste, não se apoiou no trabalhador africano, adquirido a altos preços, mas no índio, elemento já existente na Colônia. Assim, a capitania de São Paulo não vai reproduzir o modelo agro-exportador característico do Nordeste açucareiro, mas tomará para si o papel de expansionista e descobridor de riquezas minerais, no seio do sistema colonial. Dessa forma, advirá da Metrópole uma legislação de caráter geral, assim como outra específica, adaptada a cada caso ou particularidade, no que toca ao indígena. Na legislação mais geral, sua escravização era proibida, porém, na específica, dirigida para a realidade paulista, ela sofrerá adaptações e interpretações chegando a ser permitida a captura e utilização do aborígine. Isso se verificou dada à realidade paulista que, circunscreve aos interesses metropolitanos, necessitaria dos índios para as atividades de expansão territorial e para a mineração.

Desde o século XVI, os paulistas se utilizaram do trabalho indígena, seja na lavoura e criatório, seja junto às bandeiras, uma vez que,

para adentrarem ao sertão, necessitariam do saber indígena, básico e fundamental para o sucesso da atividade sertanista. A apropriação desse saber, forneceu aos paulistas segurança para empreendimento de tanto risco, pois os indígenas serviram-lhe de guias, através do sertão, tenha sido ele percorrido à pé, ou através do sistema de monções. Portanto, caçar índios significava manter um arsenal de saberes diversificados, de acordo com a região onde esse preamento tivesse ocorrido e, sobretudo, representava a certeza de uma expansão realizada com segurança. Assim, se os escravos representavam “*as mãos e os pé do Senhor de engenho*”, os índios exerceram a mesma função no que toca à atividade sertanista.

Sérgio Buarque de Holanda, em sua marcante obra, “*Caminhos e Fronteiras*”, dedicou parte expressiva dessa obra, à análise da importância do índio para bandeirismo, relacionando uma infinidade de atividade sertanista, nas quais os indígenas foram o suporte e a garantia de seu sucesso. Destacamos algumas delas:

CARTOGRAFIA: os indígenas eram capazes de desenhar mapas, nos quais os principais acidentes geográficos eram registrados com perfeição, tais como os cursos de rios, seus afluentes, cachoeiras, saltos, varadouros, enfim, utilizavam-se de sua prodigiosa memória cartográfica para riscar, na areia, o retrato de sua vivência próxima com a natureza. Os desenhos elaborados pelos índios podiam ser comparados aos similares elaborados pelos cartógrafos medievais. (HOLANDA, Sérgio Buarque de - *Caminhos e Fronteiras*. 2 ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975: 20-21);

DESENHOS DE PEIXES: tal como na representação cartográfica, os índios costumavam deixar, nas margens dos rios, os desenhos dos peixes que ali abundavam, orientando o viandante. (op.cit. 23);

CONSTRUÇÃO DE EMBARCAÇÕES: no fabrico de canoas, na escolha do material de sua construção, no sistema de navegação, pode-se dizer que era, nos séculos XVII e XVIII, nula a influência européia, no que toca à navegação fluvial, uma vez que nesta arte náutica, o saber era o indígena. Desde a escolha da melhor madeira, a confecção de embarcações utilizando-se de um único tronco, assim o sistema de impermeabilização, acessórios, etc., devemos ao índio. (op. cit. 171-172);

ARTE DE NAVEGAÇÃO: os indígenas, conhecedores profundos dos recursos fluviais, é que indicavam ao bandeirante o melhor período para a saída das monções, lugares de pouso e abastecimento, assim como das formas de melhor se aportar;

FLORA E FAUNA: tendo por base sua forma de vida, cuja relação com a natureza se mostrava profunda e inseparável do viver social, os índios é quem indicavam as plantas e raízes que serviram de alimento, remédio ou veneno, assim como foram os responsáveis por introduzir nos costumes sertanistas, o alimentar de animais silvestres, como foi o caso das formigas que, provada pelos europeus, depois de tostadas, foram comparadas com a mais deliciosa manteiga; as carnes de jacaré, capivara, etc. Um destaque especial deve ser feito ao trato das abelhas, pois os índios apreciavam o mel por elas produzido, considerando-o alimento fundamental no viver pelo sertão. Aos índios Paresi foi atribuída maior destreza na criação de abelhas em cabaças, facilmente transportáveis, assim como os índios em geral, o que faziam seguindo com os olhos o vôo das abelhas (op. cit. 52-53);

MEDIDAS DE DISTÂNCIA: devido à forte influência indígena, as distâncias no sertão eram dimensionadas a partir das flechas. Em carta de sesmaria era comum se encontrar estas medidas: “... *um capão de mato virgem, que terá quatro ou cinco tiros de flechas no comprido e dois tiros de largo...*” (op. cit. 76)

Inúmeras outras contribuições poderiam aqui ser arroladas, no entanto, consideramos importante destacar a própria voz dos paulistas quando solicitaram ao Rei de Portugal e ao Governador da Capitania de São Paulo, autorização para continuar na administração dos índios, o que era proibido pela Legislação de caráter geral:

“... destruir-se a barbaridade gentílica para mais seguros fazerem os mesmos moradores as povoações das terras acima ditas, e se acham com a opulência que se descobriram-se as minas de ouro que estão descobertas com as quais se utiliza todo este estado, e o mesmo reino de Portugal, e suas conquistas, e como sem a gente parda se não podem fazer os descobrimentos do ouro, por ser só ela a que sabe talhar o sertão, e navegar os rios livrando dos perigos que neles se encontram por causa das muitas cachoeiras e os mais que embarçam as navegações, sendo a dita gente parda a que sustenta os sertanistas assim pelos rios como por terra pelo largo conhecimento que tem de tudo que possa servir de alimento, por todas estas razões se não deve tirar a administração aos moradores desta capitania, principalmente arriscando-lhes as suas vidas a conquistá-los como a Vossa Excelência é notório no tempo do seu governo, porque infestando o gentio bárbaro as minas do Cuiabá procuraram os paulistas destruí-los com perda de suas próprias vidas, que jamais temeram arriscá-las pelo serviço de Sua Majestade como a experiência tem mostrado na lealdade com que servem ao dito Senhor e porque de estarem os ditos índios aldeados se segue ser serviços do dito Senhor...”

(NDIHR/UFMT - AHU/Documentos Ibéricos

- Mfcha 15 - Doc. 75 - Anexo 5)

Desde o século XVII os paulistas mantinham a administração dos índios, apesar de toda legislação proibitiva, porém nesse momento (séc. XVIII), se tornava imprescindível uma aquiescência Real, visto que os descobrimentos das minas de ouro, colocavam os paulistas sob o olhar mais severo, seja por parte dos colonos, habitantes de outras capitâneas, seja da Coroa portuguesa, a qual não desejava a constituição de que um poder colonial, paralelo ao seu. Por outro lado, considerando a crise por que passava Portugal, durante o século XVII, momento em que perdeu grande parte de seu Império afro-asiático, tornava-se imprescindível garantir os lucros obtidos no Brasil e para isso, tornava importante que os paulistas fossem estimulados a encontrar novas minas de ouro, o que só poderiam fazê-lo, com o auxílio dos índios.

Dessa forma, a resposta do Rei, D. João V, à petição dos paulistas, oscilava entre a permissão e a proibição:

... e como sobre os mesmos índios tomei já Resolução em 10 de Fevereiro de 1696, e mandei passar a Lei de 10 de Setembro de 1611 que estão registrados nos Livros da Câmara da Cidade, Me parece dizer-vos que suposto se conheça com muita evidência o grande zelo amor e fidelidade com que se tem portado os moradores confinantes nos distritos das terras desse país, assim como em benefício da minha fazenda como no aumento do comércio dos vassallos desta Coroa, nos descobrimentos que tem feito das Minas do Cuiabá, e do Goiás, e dos que se podem esperar da sua diligência que se façam dignos da maior atenção, e atendidos nos seus requerimentos como devem esperar da minha Real grandeza: conteúdo como a liberdade dos Índios seja tão inestimável, e por direito natural convir que sejam conservados nela, e não tenham a sujeição de Capturados, e esta deve prevalecer a tudo, que deveria guardar inviolavelmente à minha Lei sobre esta matéria, com declaração que quando algum de seus moradores necessite de Índios para os mesmos descobrimentos, ou para outros empregos, assim o hei ao meu Serviço como também para alguma incumbência de tratamento que seja em

conveniência dos moradores que vos-lhes pessoais dar debaixo da condição de que sejam bem tratados, e se lhes satisfaça o estipêndio que lhe está constituído, segundo que hão de ser satisfeitos dele, e não há de receber violências das pessoas em cujo serviço se empregarem."

(NDIHR/UFMT - AHU/ Documentos Ibéricos
- Mfcha. 15 - Doc. 750 - Anexo 1)

A legislação indígena, extremamente contraditória, pelo seu caráter proibido e permissivo, explica a inaplicabilidade de um corpo legislativo único para realidades diferenciadas. Se a proibição da escravidão indígena estava intimamente relacionada com a permissão da escravização africana, essa regra era aplicável ao Nordeste açucareiro, enquanto que nas atividades sertanistas, tornava-se invalidada pela importância que a mão-de-obra indígena assumia nas práticas bandeirantes.

Tratando-se da realidade colonial mato-grossense, o que se assiste é a um estímulo, por parte da Coroa portuguesa, para que os bandeirantes adentrassem ao sertão e que, não só descobrirem novas jazidas auríferas, mas que nelas;as deixasse fixada uma população que garantisse a posse das terras à Portugal. Nessa medida, o preamento de índios foi permitido, considerando, não só que eles obstaculavam a referida expansão, mas que sem eles, domesticados, seria impossível a continuidade dessa marcha.

O papel do índio na História do Brasil está revestido de um caráter Geo-Político, uma vez que de sua mobilidade dependiam as possibilidades de estabelecimento de fronteira entre os reinos ibéricos e Espanha).

Outro aspecto importante a destacar é o movimento populacional nessa região Oeste, quando pelo sentido Leste/Oeste cursavam os bandeirantes e sertanistas tentando atingir, possivelmente, as ricas minas de ouro, diamante e prata; em sentido oposto, encontramos os espanhóis; entre estes dois Impérios temos os Jesuítas, cuja atuação missionária se posicionava no sentido Sul/Norte; e no intervalo permitido por esta tripla ação expansionistas, encontramos as nações indígenas não conquistadas. Segundo o historiador Uacury Ribeiro Bastos, estes índios formavam um

“Território Tampão” entre os Impérios, chegando mesmo a determinar os limites geográficos de cada um deles. (BASTOS, Uacury Ribeiro — Expansão Territorial do Brasil/Colônia no vale do Paraguai (1767-1801). São Paulo, USP, 1972). Estes índios não contatados representavam uma fronteira viva, capaz, não só de determinar os limites entre os Impérios, mas de impedir que estes chegassem a se encontrar.

Dessa forma, a expansão territorial dos 3 Impérios dependia, essencialmente, do INDÍGENA, secularmente fixada na região, e o encontro desses Impérios vis-a-vis, dependeu do deslocamento, conquista, conservação ou dizimação das tribos e nações indígenas.

Poderíamos perguntar: De que maneira a Coroa portuguesa chegava a conhecer a realidade indígena da Colônia? Através dos relatos feitos pelos bandeirantes e sertanistas. Dos muitos existentes, podemos destacar a Breve notícia dada por Antônio Pires de Campos ao Rei de Portugal, na primeira metade do século XVIII (RIHGB, 25:437-449)

O escrito de Antônio Pires de Campos objetivava enumerar, ainda que considerasse impossível, as principais nações indígenas que habitavam os rios que faziam parte do itinerário monçoeiro que, do rio Tietê, conduzia os sertanistas até o Cuiabá.

Naqueles dilatadas chapadas habitam os Paresis, reino mui dilatado, e todas as águas correm para o Norte. É essa gente em tanta quantidade, que se não podem enumerar as suas povoações ou aldeias.

... estes todos vivem de suas lavouras, no que são incansáveis, e é gentio de assento, e as lavouras, em que mais se fundam são mandioca, algum milho e feijão, batatas, muitos ananases, e singulares em admirável ordem plantados, de que costumam fazer seus vizinhos, e usam também cercar de rios o campo, entre esta cerca fazem muitos fogos, em que caçam muitos veados, emas e outras muitas mais castas...

... e a curiosidade nos machos e fêmeas é por extremo, muito asseados e perfeitos em tudo que até as suas estradas fazem mui

direitas e largas, e as conservam tão limpas e consertadas que se lhe não achará nem uma folha. Este gentio feminino é o mais parecido que se tem visto porque são muito claras e bem feitas de pé e perna, e com todas as feições perfeitas, estão ágeis e habilidosas que nada se lhes mostra que não imitem com a melhor perfeição, e o mesmo se acha nos homens...”

Acreditamos que os informes do bandeirante paulista estejam relacionado diretamente, com a questão do ataque indígena às monções, o que obstaculava, ao sertanista atingir as regiões auríferas, tão desejadas pela Coroa portuguesa. Assim, no referido trabalho o sertanista coloca a Coroa portuguesa a par do processo de confronto entre colonos e índios na região Oeste brasileiro.

É importante percebermos que a Metrópole, com sede na Península Ibérica, passava a conhecer, mesmo que à distância, a Colônia Brasil, através das notícias que lhes davam seus habitantes, passando as mesmas a se constituir em “*verdades*”. Assim foi o caso da Breve Notícia escrita por Pires de Campos que, como filho de “*Pai Pirá*”, merecia do governo metropolitano, toda confiabilidade. Na realidade, estes bandeirantes representavam as tradicionais famílias portuguesas que migraram para o Brasil no período em que Martim Afonso de Sousa recebeu a incumbência de povoar e administrar a então Capitania de São Vicente, estrategicamente situada no extremo Sul, considerando a demarcação do Tratado de Tordesilhas. A garantia da posse, não só dessas terras, mas das muitas conquistadas pelos paulistas, estabeleceu vínculos profundos entre o Rei e os súditos sertanistas, fazendo com que não se vissem como opositores, mas como parceiros.

Afonso de Taunay questiona, em História das Bandeiras Paulistas, Tomo III, a preferência do bandeirante Antônio Pires de Campos pela nação Paresi:

“Depois de se referir aos índios do São Lourenço e Cuiabá para o Sul, tratou Antônio Pires de Campos do Reino dos Paresis, reino mui dilatado, onde as águas corriam para o Norte, a saber para o Amazonas.”

Gentio de brandos costumes, numerosíssimo, vivia de suas lavouras, mostrando as virtudes do incansável trabalhador. Nação de grandes caçadores, nunca agressiva, mantinha estradas largas e bem conservadas.

Disponham os paresis de rudimentar indústria. Julgava Pires de Campos que fácil seria converter ao Cristianismo aquela multidão de Pagãos.

Curioso é que os Capitães-Generais de São Paulo e os Reis tanto tenham legislado no sentido do defender estes índios contra os seus escravizadores. Donde proviria tal preferência ou antes, tal unilateralidade de um amparo que não dava assistência a outros autóctones?"

(TAUNAY, Afonso — História das Bandeiras Paulista.
São Paulo, Brasiliense, 1968: 23)

A indagação de Taunay parece-nos clara e sua resposta ainda mais evidente, pois a atividade bandeirantes, caracterizada por uma extrema itinerância, não seria capaz de garantir, com seus componentes, o povoamento da região Oeste, o que só poderia ser feito com a conquista aos elementos nativos, fazendo com que estes pudessem defender o território ocupado, seja dos demais índios, seja pela Coroa espanhola.

O relato de Pires de Campos foi importante para determinar as tribos que deveriam ser poupadas e as que mereciam exterminação. Dessa forma, o avanço bandeirante, rumo Oeste, deveria contar com o apoio das populações nativas, não mais vistas como inimigas, mas como possíveis e futuros colonos. Considerando que os Paresi constituíram um grupo que, segundo Pires de Campos, se assemelhava aos colonos, seja pelas características físicas seja pelas qualidades morais, representavam eles o limite de possibilidade para um povoamento afetivo. Assim, os Paresi mereceram um tratamento especial, estampado numa legislação que, não só proibia a sua escravização, como punia aos contraventores. O mesmo não aconteceu com outras tribos indígenas, especialmente os Paiaguás, Guaicurú, Caiapó e Coroado que, ao contrário, foram vítimas de guerra oficialmente instituída, através de Ordens Régias.

Na medida em que os Paiaguás e Guaicurú impediam a continuidade da mineração no extremo oeste, era fundamental seu extermínio. O fato que determinou a aprovação, por parte da Metrópole, de se efetuar guerra declarada aos Paiaguás, foi a destruição da monção que, de Cuiabá, conduzia para São Paulo os quintos de ouro, assim como trazia na expedição o Ouvidor Geral Antônio Alves Lanhas Peixoto, o qual foi morto, assim como a maior parte da tripulação. A notícia desse episódio foi narrado pelos sertanistas com tons fortes, o que levou o Rei português, em 21 de janeiro de 1831, a expedir uma Provisão Régia, dirigida ao Governador da Capitania de São Paulo, a qual autorizava a dita guerra:

“Dom João por graça de Deus Rei de Portugal e dos Algarves de quem e além mar em África Senhor de Guiné etc. Faço saber a vós Governador da capitania de São Paulo, que vendo-se a conta quem me deu o Ouvidor Geral de Cuiabá a respeito das hostilidades com que naquelas Minas continuava o gentio Paiaguás, a guerra que se assentou fazer-se-lhe para castigar aqueles bárbaros, insinuando-me que vos avisava para que o mandasse socorrer, nesta consideração que lhe pareceu recomendar-vos muito o dito socorro, para que se não perca o estabelecimento das ditas Minas.

(NDIHR/UFMT/Documentos Ibéricos - Mfcha. 20 - Doc. 857)

A guerra aos Paiaguás foi decretada por D. João V. não só porque eles atacavam as monções, na visão lusitana, pois o que faziam nada mais era do que defender os seus territórios, havia outro agravante: a relação dos mesmos com os espanhóis. Em ordem Régia de 1732 D. João V. determinava:

... o infeliz sucesso que experimentou a tropa que vinha do Cuiabá no combate que teve com os gentios Paiaguás, em que morreu além de muitas pessoas, o Ouvidor geral Antônio Alves Lanhas Peixoto, representando-me as grandes hostilidades que os mesmos gentios tem feito, e vão continuando no caminho daquelas Minas, havendo indícios por que se presume, serem ajudados para os seus insultos pelos das Aldeias dos Padres da Companhia

- Castelhanos - insinuando os meios que se vos ofereciam para se rebaterem as suas forças, tendo (ilegível) deles fabricam-se no Cuiabá duas meias galés com boas peças de (ilegível), e bem guarnecidas de pedreiros, e granadas, para guardar os Rios, e serviram-se de comboio às tropas que forem, e vierem, e vendo também o que me escreveu o Ouvidor Geral de Cuiabá acerca dos estragos, e excessos dos ditos gentios, e mortes, que tem dito feito, de que tirou e devassa que me remeteu pela qual consta a justificativa causas que há para se lhe fazer guerra, nesta consideração lhes pareceu ordenar-vos por solução do primeiro deste presente mês, e ano, em Consulta do meu Conselho Ultramarino que pronta e vigorosamente procureis pelos meios mais eficazes que sejam atacados dentro dos seus mesmos alojamentos, assim os gentios Paiaguás, como também as mais nações, que confederadas com eles os ajudassem a nos hostilizar queimando-lhes e destruindo-lhes todas as suas Aldeias para que este espetáculo lhes sirva de maior horror, ficando em cativeiro todos aqueles que se poderem prender e apanhar, e para que referido tenha logo uma devida execução sou servido que nesse Governo por bando público se publique a dita guerra...”

(NDIHR/UFMT - AHU/Documentos Ibéricos
- Mfcha 20 - Doc. 858 - Anexo 1)

Se por um lado a guerra foi decretada aos Paiaguás, aos Paresi foi proibido a cativeiro, e os que assim precedessem, seriam punidos:

Representando-me também a opressão que padecia o gentio Paresi com as entradas, que a ele continuam fazer vários sertanistas, não havendo os meus vassallos recebido, prejuízo algum deste Gentio, indo-o inquietar à parte tão distante, como a em que habitavam, tirando as liberdades aos que podem servir, e as vidas aos inúteis os quais entre todo o gentio da América parecia ser, o que tem melhor disposição, para receber a nossa Santa Fé, e vendo o mais, que neste particular me representaram. Fui servido por resolução de sete do presente mês, como consta

do meu Conselho Ultramarino, que com efeito se leve em conta a despesa que a Câmara fez para esta expedição, louvando-lhe o zelo com que se houve; e no que respeita aos gentios Paresis, vos declaro apliqueis todo o cuidado a evitar os injustos cativeiros que se tem feito nos ditos gentios, mandando proibir por bando, que se continue a hostilizar esta Nação, e fazendo-o proceder contra os transgressores e outrossim sou servido se ponham em liberdade os mesmos gentios Paresis que se acharem cativos, de que vos aviso para que assim o façais executar.

(NDIHR/UFMT/Documentos Ibéricos - Mfcha. 20 - Doc. 856)

Quando as minas de Cuiabá e Mato Grosso se separaram de São Paulo, vindo a se constituir em Capitania Autônoma, a rainha Mariana de Áustria através de Instrução, recomendava ao primeiro governador de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura;

21º ... Nas terras que medeiam entre o Cuiabá e o Mato Grosso se encontrou há alguns anos a nação dos Índios Paresis, mui prósperos para domesticar-se com muitos princípios de civilidade e outras nações de que se poderiam ter formado aldeias numerosas e úteis, e com sumo prazer soube, que os sertanejos do Cuiabá não só lhes destruíram as povoações, mas que totalmente tem dissipado os meus Índios com tratamentos indígenas de se praticarem por homens cristãos. Por serviço de Deus e meu por obrigação humanidade deveis por o maior cuidado em que não se tornem a cometer semelhantes desordens castigando severamente aos autores delas, e encarregando aos ministros que pela sua parte emendem e reprimam rigorosamente tudo o que n'este particular se houver feito ou ao diante se fizer contra as repetidas ordens que tem emanado nesta matéria." (MOURA, Carlos Francisco — Biografia 132-133)

Esta posição, aparentemente de defesa dos Paresis, tomada pela Coroa portuguesa, nada mais representou do que uma estratégia para garantir povoada a região que ficava entre Cuiabá e Vila Bela, especificamente os Campos e Serras dos Paresi.

Levando-o em conta que o perigo que a Coroa portuguesa sofria de vir a perder as terras que se localizavam no extremo Oeste, uma vez que pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha, terminou em 1750, momento da assinatura do Tratado de Madri, a manutenção dessas nações indígenas, antes preservadas para garantir o princípio do Uti Possidetis, não mais seria necessário, uma vez assinado Madri.

O que assistimos depois da fixação, desse Tratado é um descaso para com a população indígena, antes preservada. Durante o Império, dados concretos revelam que a os população indígena Paresi estava reduzida a 200 pessoas, na região intitulada Campos ou Serras dos Paresi, o que podemos comprovar tendo por base o Relatório da Diretoria geral de Índios de 1848:

“Avalia-se em 200 o número de indivíduos desta nação célebre e guerreira. Vivem em diversos grupos aldeados nos altos terrenos demoninados Serra e Campos dos Paresis, e vagueiam desde as imediações do Diamantino até os Arraiais do Distrito de Mato Grosso. Posto que algumas vezes se ocultem de nós e manifestem desconfiança, em geral parecem dispostos a estreitar as relações que tem conosco, visitando de tempos em tempos as nossas povoações onde procuram ferramentas de lavoura, vestuário e quinquilharia em troca de peneiras, pacarás, cordas de rede, penas, cuias e fumo que preparam e enrolam com urubamba e é muito estimado das fumantes. Pouco entendem e falam o nosso idioma. Nunca nos hostilizam abertamente, suspeita-se porém que às vezes misturam-se aos Cabixis para cometer malefícios.”

(APMT - Diretoria de Índios - Livro I (1848-1860):10)

Os índios Paresi participaram dos importantes momentos do processo produtivo de Mato Grosso, especialmente no que toca à extração de poaia e do látex.

Em 1871 o Diretor Geral dos Índios, Antônio Luís Brandão, acusa o uso da borracha os Paresi de Diamantino, destacando que foram eles os pioneiros na extração e transformação do látex.

“Errantes pelos Campos da Vila do Diamantino também vivem diversos índios da tribo Paresi — entretanto, Excelentíssimo Senhor, nas matas do Rio Preto, Macuco, Amolar e Santana há extensos seringais d’onde os próprios índios extraem o necessário leite para fabricarem as pulseiras de que usam, alguns deles, que convenientemente examinadas tem dado provas de muito boa qualidades, assim, como, informa-nos de Montevidéu, que uma pequena quantidade extraída no Rio Preto, e vendida naquela praça, obteve ótimo preço nos mercados d’Europa — Tudo é serviço fácilimo aos mesmos índios; se apenas tiverem uma ligeira e usufruírem vantagens imediatas da permuta por todos os gêneros de que precisam — e afinal virá a ser uma ramo d’exportação pelo Rio Paraguai, e uma fonte de riqueza pública, como a tem o Pará e Amazonas.”

(Diretoria geral dos Índios - Livro 2 (1860/1875): 76)

O conhecimento do látex em Mato Grosso data do período colonial, porém sua utilização e comercialização, após beneficiamento, só se deu a partir de 1872. Assim, considerando que as famosas mangabeiras abundavam na região mato-grossense de Água Fria (rio Pulador) e na Região de Diamantino os Paresi, segundo o relatório acima mencionado, teriam os sido os primeiros a se utilizarem da borracha para confecção de suas pulseiras e na sua comercialização, visto que as primeiras mostras da borracha regional foram enviadas oficialmente, em 1872, para serem analisadas junto aos laboratórios franceses.

Rondon afirmou os Paresi conhecimento remoto desse vegetal, assim como do roteiro das famosas mangabeiras mato-grossense e o método de sua extração e beneficiamento;

“Foram os índios Paresis, conhecedores desse precioso vegetal que ensinaram, no planalto, o caminho que conduziu os primeiros explorados da indústria seringueira.”

(RONDON, Cândido M. da Silva — Segundo Relatório Parcial apresentado à Diretoria Geral dos Telégrafos e à Divisão de Engenharia do Departamento de Guerra. Rio de Janeiro, CLTE do MT ao AM, 1915: 78)

Mais uma vez, o SABER indígena e sua relação estreita e equilibrada com a natureza, era apropriado pelo branco, que passou a utilizá-lo, de forma selvagem.

Também, junto aos trabalhos extraídos de poaia, os Paresi participaram, o que pode ser constatado através do interessante Relatório de Antônio Aníbal da Mota, quando os índios das aldeias dos rios Sepotuba, Formoso e Juba se integraram nas frentes poeiras de trabalho. Teriam eles ainda servido de guias para indicação dos "fogões" de poaia (COSTA, Romana M. Ramos — Cultura e Contato: um estudo da sociedade Paresi no contexto das relações interétnicas. Rio de Janeiro, 1985 (Dissertação de Mestrado - UFRJ/Museu Nacional: 221-222)

Com a República passou a existir uma política direcionada para a questão indígena, e a Comissão das Linhas Telegráficas e Estratégicas, chefiada por Rondon, utilizou os Paresi nos trabalhos de abertura de estradas, assentamento dos postes, guarda-fios, chefes dos Postos Telegráficos e também como telegrafistas. Maria Fátima Roberto, antropóloga do Departamento de Antropologia da UFMT, assim nos relata:

"A Comissão Rondon inaugurou um novo momento na história do contato com grupos indígenas em Mato Grosso e, particularmente, com grupos Paresi envolvidos mais diretamente na instalação e conservação do telégrafo.

Famílias, aldeias inteiras, centenas de Paresi migraram pelo caminhos das linhas, atraídos pela proteção e assistência da Comissão Rondon. Dizimados por epidemias, invadidos por seringueiros e poeiros, atacados por tribos inimigas, os sobreviventes gravitaram em torno das estações telegráficas, confundindo-se com a sua história. Com as epidemias, muitos órfãos se agregaram e cresceram destinados ao telégrafo."

(Roberto, Maria Fátima — Histórico dos Paresi e as Linhas Telegráficas. Cuiabá, mimeo, s/d: 04)

Os Paresi foram fundamentais para a Comissão Rondon, pois serviram de guias no reconhecimento do território nacional que, naquele momento, estava sendo cortado no sentido Norte/Sul, para a implantação do telégrafo.

No que toca à educação, os Paresi tiveram uma participação intensa com a sociedade abrangente, tendo passado por várias escolas com métodos e técnicas diferenciadas.

A primeira delas ocorreu com a Comissão Rondon, junto ao Posto Telegráfico de Ponte de Pedra, quando as crianças indígenas Paresi eram levadas para esta escola e lá educadas. Romana nos relata a experiência:

“O sistema escolar obedecia às diretrizes das escolas públicas da rede estadual: funcionamento em dois turnos diários, com a frequência de 16 alunos, divididos em 3 classes; a primeira destinada à alfabetização; a segunda com uma programação que incluía livros de leitura, tabuada e caligrafia e a terceira procurava noções de história do Brasil, as quatro operações, leitura, caligrafia e aprendizada da prática de telegrafia elétrica”

(Costa, Romana M.R. 235)

A segunda experiência educacional esteve à cargo da Missão Anchieta que montou, em Utiariti, aproveitando as instalações do Posto Telegráfico, uma escola, para onde eram levadas crianças Paresi. Daniel Cabixi, um dos estudantes desta escola nos relata sua visão:

“...Houve sim, a escolarização, alfabetização e educação, em Utiariti, Internato Indígena, mantido pelos Jesuítas de 1945 a 1971, de grupos indígenas que para lá foram levados. Isso fazia parte do programa de assistência e promoção humana dos índios na Missão Anchieta.

... O sistema usado pela Missão Anchieta abrangia a educação como um todo, isto é, desde a escolarização à alfabetização. O processo usado consistia em arrebanhar as crianças nas aldeias para interná-los em Utiariti. Alí, dentro do sistema de escolarização sistemática, alfabetizava-se os índios, fazia-se a cristianização, através da pregação do catecismo e do evangelho. Enfim, lavava-se aos índios, através da Igreja, valores éticos, morais e religiosos da sociedade ocidental.”

(CABIXI, Daniel Mantenho — A Questão Indígena.

Cuiabá, CDTI, 1984: 21-22)

Os trabalhos iniciais da Missão foram desativados em 1968, tendo sido fechado o internato, com retorno dos índios para as aldeias.

Em 1950 instalou-se uma Missão norte-americana intitulada SAM, a qual desenvolvia trabalhos de cultivo de roças, construção civil, assistência sanitária e educacional. Enquanto Jorge, o dirigente da Missão, não interferiu na vida tribal, tudo foi muito bem, porém, no momento em que ele o fez, os Paresi solicitaram sua retirada:

“O Jorge disse aos halíti que queria um lugar para morar no meio deles. Eu disse para ele tratar bem do índio senão eu mandava ele embora. Jorge prometeu que ia construir sua casa, uma escola e um dormitório para a criançada. Disse que ia vender sua Kombi para fazer tudo isso. Ele escolheu o campo de abacaxi para fazer pista de avião. Halíti começou a abrir.

O Jorge tinha um armazém dentro da casa. Halíti comprava tudo do Jorge. Comprava fiado ou em dinheiro. Ele também trocava mercadorias por penas de ema. Neste tempo o pessoal trabalhava na mata de poaia. Jorge americano mostrou prá nós. Depois inventamos o azinato (artesanato) que Jorge vendia com nós em Cuiabá.”

“Jorge arrumava muita confusão com os índios. Primeiro ficava brabo com a “casa da jararaca” e chamava a casa de caso do diabo. Uma vez quis jogar as flautas no rio e acabar com elas. Ficava brabo quando tinha festa na aldeia. Eu avisei a ele que se ele fizesse confusão eu ia mandar eles embora. Jorge não acreditou...”

(COSTA, Op. cit. 295)

A quarta experiência foi também com outra Instituição norte-americana intitulada SIL (Summer Institute of Linguistics), a qual desenvolveu uma experiência interessante no campo do ensino bilingüe junto a uma aldeia Paresi situada junto ao rio Buriti. Bárbara Newman, lingüista do Instituto assim expressou a filosofia educacional:

“A maioria de nós teríamos que mudar profundamente, nossas atitudes em relação ao nosso próximo, ou seja, nesse caso, o indígena. Ele tem o direito de realizar seu potencial os sentidos e isto exige de nós, fé na capacidade de nosso próximo, permitindo que ele faça da sua língua, sua mente, seu poder de discernir o que é melhor para ele e sua comunidade. Assim o indígena alcançará a sua própria emancipação.”

A língua materna ou aquela do país em que somos criados, reflete os traços de sua cultura. Dessa forma, Newman considera que o índio deve aprender a sua língua tribal, mas também o português, a ser utilizado nos momentos em que o índio estabelecer relações com a sociedade envolvente.

(Boletim da FUNAI, 14 - set. 1975: 68 e 75)

A primeira turma de Monitores Bilíngues, formados pela FUNAI, escolheu como tema: *“Através do ensino lutamos pela emancipação do nosso povo.”* Bárbara Newman elenca cinco pontos destacados pelos formandos, os quais poderiam auxiliar no entendimento da questão indígena:

“Não temos liberdade de pensamento e ação. Não existe diálogo entre a comunidade indígena e a administração indígena.

Não há quem procure entender nossas necessidades, nossos desejos.

Sentimos falta de igualdade com o mundo não-índio em relação aos deveres e direitos de todo brasileiro.

Por falta de conhecimento não temos confiança no mundo não-índio.” (op. cit. 75)

A quinta experiência educacional ocorreu na década de 60 do nosso século e correspondeu a uma retomada dos trabalhos missionários jesuítas, através da OPAN, porém com uma filosofia remodelada. Não mais retiravam as crianças das aldeias, mas atuavam junto às mesmas. Daniel Caxibi assim se expressa com relação a este segundo momento:

"A partir do segundo quinquênio dos anos 60, concretizava-se aos poucos a aplicação do princípio devolver os índios para suas devidas aldeias e reservas. Este processo, desencadeado, fez parte na mudança da mentalidade de certos missionários da Missão Anchieta, pois concluiu-se que este sistema de educação, em vez de preparar o índio para integrar-se à sociedade nacional, alienava-o mais e mais." (Caxibi, op. cit. 22)

A filosofia jesuíta neste segundo momento assim foi expressa:

"No passado julgávamos dever transformar a vida nativa e dizíamos "civilizar". Por bom tempo não sabíamos que civilizar nossos índios era "matá-los". Na verdade, os peritos sobejamente demonstraram a riqueza de almas das pessoas simples. O simples na aparência repugnante de vida, costume e modo de estar, guardam um mundo interior de valores que os "civilizados" e os de outras plagas não possuímos". (COSTA, op. cit. 265)

Daniel Caxibi, índio da nação Paresi que passara pelas duas experiências assim relata o drama causando pela alteração:

"...É bom lembrar que este processo trouxe traumas para vários índios. Este trauma, conseqüência do despreparo para a readaptação nas suas áreas, criou complexos de inferioridade, tornando-os marginalizados na sociedade envolvente.

...Ao voltar para meu povo me encontrei diante de uma realidade chocante. Só me foi possível superar este impasse através do recebimento de uma conscientização maciça. Se não ocorresse isto, hoje eu seria um indivíduo mentalmente alienado. Depois disso, passei a compreender melhor a vida, realidade em que me criei, a realidade de meu povo. Procurei, então levar-lhes o conhecimento real das coisas. Por isso tentei, através de uma alfabetização, por em prática meus princípios.

...Neste trabalho deparei-me com vários problemas. Entre eles os seguintes:

- O fato de ter criado desde pequeno fora e não aprender o idioma do grupo, ofereceu barreira de comunicação entre meu povo e eu;

- *Não tinha base suficiente de conhecimento sobre o método a ser aplicado;*
 - *Falta de material didático à realidade Paresi;*
 - *Carência alimentar das crianças que freqüentavam a escola."*
- (Cabixi, op. cit. 24-25)

A partir de 1970 os índios ficaram em contato direto com o processo migratório, especialmente advindo do Sul do Brasil para a região. Assistimos neste momento a abertura da estrada BR 364, ocasião em que foram instaladas nas regiões circunvizinhas às aldeias Paresi empresas madeireiras, multinacionais, o que veio a influenciar e modificar substancialmente as relações sociais dos Paresi.

A partir de 1980 Postos da FUNAI foram instalados junto às aldeias Paresi, o que só foi aceito por eles, na medida em que viam neles a demarcação de suas terras, neste momento ameaçadas pelo desenvolvimento regional.

CONCLUSÃO

Concluindo, os Paresi estão presentes física e historicamente no contexto regional, numa demonstração de que os índios lutaram e participaram de todo o processo histórico regional, e que, pertencendo a uma sociedade diferenciada da hegemônica, ele, com sua própria presença física, insinua que os dramas da sociedade nacional somente poderão ser parcialmente solucionados, se soubermos compor um coro em que as múltiplas vozes, os múltiplos saberes estejam harmônica e democraticamente presentes.

UM CERTO “ANAL DE VILA BELA”

Paulo Pitaluga Costa e Silva

A pesquisa histórica acerca do passado matogrossense sempre reserva determinadas surpresas, seja por fatos e acontecimentos, ou por nomes e personalidades, ou ainda por meros documentos que surgem do inesperado.

Encontram-se muitas vezes ao acaso, livros nunca antes mencionados por qualquer escritor ou em qualquer bibliografia, documentos perdidos em arquivos, cartas em bibliotecas particulares, artigos publicados em revistas antigas e de difícil acesso, bem como, citações inusitadas em livros e que causam uma imensa confusão, principalmente na interpretação, análise e transcrição de um fato histórico.

É o caso específico de um certo “*Anal de Vila Bela*” citado por Virgílio Correa Filho em sua obra excepcional HISTÓRIA DE MATO GROSSO. Esse historiador, cita esse dito “*Anal*” às páginas 342 de sua obra mencionada, transcrevendo exatas 16 linhas do mesmo, dizendo textualmente após a referida transcrição: “*Assim registrou o Anal de Vila Bela, composto pelo escrivão Francisco Caetano Borges, sob as vistas, sem dúvida, do juiz que o firmou, juntamente com os vereadores, depois de “examinado com exata averiguação da verdade”, a 31 de dezembro de 1754*”.

Essa citação por certo passou despercebida por quantos já leram e pesquisaram a obra do grande historiador.

O fato é que, um trabalho denominado “*ANAL DE VILA BELA*”, cujo original se acha na Seção dos Reservados da Biblioteca Nacional de

Lisboa, foi lá encontrado pelo historiador português João Afonso Corte Real, e o fez publicar numa memória apresentada num Congresso Luso Brasileiro de História.

Nessa memória, Corte Real com muita propriedade faz pequena apresentação e comentários acerca desse Anal, inserindo ainda um índice onomástico após sucinta conclusão.

Esse documento é o denominado "*ANAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE DESDE O DESCOBRIMENTO DO SERTÃO DE MATO GROSSO NO ANO DE 1734*", elaborado pelo Senado da Câmara de Vila Bela em 31 de dezembro de 1754, assinado pelo escrivão Francisco Caetano Borges, Teotônio da Silva Gusmão, João Pereira de Cruz e outros mais.

Esse o documento oficial do referido Senado da Câmara da então séde da Capitania de Mato Grosso, cujo manuscrito foi parar, felizmente, na biblioteca lisboeta, salvando-se assim, de uma provável destruição, como aconteceu com muitos documentos importantes para nossa história, que ficaram nos arquivos de Vila Bela e Cuiabá.

Todavia, em se cotejando o texto desse Anal apresentado por Corte real em sua memória, com o transcrito por Virgílio Correa Filho em sua História de Mato Grosso, aquela mencionada transcrição de 16 linhas, não é encontrada no bojo do referido Anal apresentado no congresso de história.

Este documento, em seu final tem a mesma data daquele mencionado por Virgílio Correa, tal seja, 31 de dezembro de 1754, e ambos citam o escrivão Francisco Caetano Borges. Assim, obviamente ambos certamente deveriam ser o mesmo documento, em duas vias com alguma modificação de cópia.

Dessa forma, o texto transcrito por Virgílio Correa necessariamente deveria estar no bojo do Anal apresentado por Corte Real. Mas não está.

Inventar, o notável historiador matogrossense jamais a teria feito. Pular o trecho, o português Corte Real também não faria, face transcrição

ipsis litteris, na ortografia antiga, do documento setecentista.

Assim, fica uma pergunta: onde Virgílio Correa Filho teria encontrado aquelas 16 linhas de um dito Anal de Vila Bela e que transcreve em sua obra?

O estilo, é bem próprio dos documentos setecentistas, em especial as frases imensas, a assinatura de Francisco Caetano Borges, a data, tudo levando a crer que realmente não houve qualquer lapso, qualquer engano por parte de Virgílio Correa Filho.

Este emérito historiador das coisas do passado mato grossense, sempre teve uma preocupação com a verdade, com a busca das informações nas fontes, com a pesquisa séria de dados, documentos e fatos que realmente dessem margem a uma real interpretação dos acontecimentos.

Nunca falseou, nunca inventou, nunca concluiu erroneamente.

Por outro lado, Corte Real, ao apresentar num congresso de história um documento inédito, o fez através de uma bem elaborada memória, transcrevendo esse Anal de forma perfeita, obedecendo inclusive, aos detalhes ortográficos coloniais. É de todo improvável que, por descuido ou desatenção, houvesse ele simplesmente pulado um enorme trecho de 16 linhas ao apresentar o seu emérito trabalho.

Assim, conclui-se que, o Anal apresentado por Corte Real, de 31 de dezembro de 1754, assinado por Francisco Caetano Borges, é uma cópia, alguma transcrição daquele mesmo Anal, da mesma data e elaborado pelo mesmo escrivão, estudado, pesquisado e analisado por Virgílio Correa Filho, com algumas modificações efetuadas no momento da cópia.

O historiador mato grossense certamente viu e manuseou esse Anal, e poderia tê-lo feito provavelmente no Arquivo Público de Mato Grosso, em Cuiabá, durante alguma das pesquisas que por aqui realizava. Ou então, em algum outro local, ou mesmo, e isto é importante salientar, em algum arquivo particular.

Obviamente, um sendo cópia do outro, possivelmente por ocasião da elaboração do manuscrito que seria a cópia, o escrivão que a fez, cometeu enganos e distrações, e teria pulado o trecho encontrado por

Virgílio Correa Filho. Isso há pelo menos duzentos anos atrás.

A idéia de Virgílio Correa ter encontrado esse que seriam os originais do ANAL DE VILA BELA em arquivo particular, aqui em Cuiabá, é reforçada pela manifestação de um grande historiador militar que muito contribuiu para nossa historiografia regional.

Trata-se do general Raul Silveira de Mello, que por diversas vezes esteve em Cuiabá efetuando suas pesquisas históricas, que resultaram em nada menos que 28 títulos de livros, opúsculos e artigos publicados em revistas especializadas, e que enriqueceram sobremaneira a bibliografia histórica de Mato Grosso.

Silveira de Mello, em certa entrevista a jornal do Rio de Janeiro, na década de 50, após visita a Mato Grosso, criticou o fato de famílias cuiabanas deterem em seu poder preciosos documentos acerca da história deste estado, manuscritos esses que deveriam estar de fato e de direito, no Arquivo Público do Governo. Nessa reportagem, o general Silveira de Mello citou especificamente um certo ANAL DE VILA BELA, em poder de determinada família que à época detinha esse original, sem entretanto mencionar qual seria essa família cuiabana.

Vi e li o referido artigo, mas todavia, quando solicitei o mesmo a pessoa ligada à história regional, a mesma, por egoísmo cultural, se recusou a mostrar-me novamente a reportagem de jornal. Uma pena realmente tal comportamento.

Dessa forma, esse artigo do general Silveira de Mello vem tão somente reforçar a tese da dualidade do Anal de Vila Bela.

Um em Lisboa, na Biblioteca Nacional, onde foi consultado e compilado por Corte Real e devidamente apresentado no Congresso de História, e um outro Anal aqui em Cuiabá, possivelmente o próprio documento original escrito e assinado por Francisco Caetano Borges. Obviamente, esse exemplar deve ter sido aquele pesquisado por Virgílio Correa Filho, e de onde teria tirado aquelas 16 linhas que inseriu em sua História de Mato Grosso.

E esse mesmo exemplar, sem dúvida é aquele citado pelo general historiador, que o menciona textualmente como estando em mãos particulares aqui em Cuiabá. Ele deve ter visto e manuseado ou então sabido notícias do referido Anal.

Pelo menos em mão particulares. Pelo menos salvo das traças, dos desmazelos, e do desinteresse governamental, os grandes responsáveis pela destruição, nesses mais de dois séculos, de tanto documento importante para nossa historiografia.

Pelo menos em zelosas mãos particulares, que espero, algum dia, quando nada entreguem esse Anal de Vila Bela ao Arquivo Público, ou então o façam publicar divulgando esse importante documento para o conhecimento de todos aqueles que têm algum interesse nas coisas do passado deste Mato Grosso.